



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - **UNICAP**

PRO-REITORIA ACADÊMICA – **PRAC**

COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS – GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO

CURSO DE MESTRADO

LUZIA VALLADÃO FERREIRA

**A ATUAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO COMO VIGÁRIAS
PAROQUIAIS EM NÍSIA FLORESTA/RN (1963-1989):**

Uma Inovação Pastoral

RECIFE

2017

LUZIA VALLADÃO FERREIRA

**A ATUAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO COMO VIGÁRIAS
PAROQUIAIS EM NÍSIA FLORESTA/RN (1963-1989):**

Uma Inovação Pastoral

Dissertação de mestrado apresentada como parte dos requisitos para a obtenção o título de Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco UNICAP.

Linha de Pesquisa: Campo religioso brasileiro, cultura e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alencar Libório

RECIFE

2017

AGRADECIMENTOS

A Deus que, sempre presente na minha vida, ilumina meus passos e fortalece minhas decisões, inclusive a de retornar aos estudos. A Ele todo meu louvor!

Ao meu orientador, Dr. Luiz Alencar Libório, pelo acompanhamento capaz, estimulante e amigo, na execução deste trabalho.

Ao Dr. Newton Darwin Cabral, coordenador do Programa de Pós-graduação, meu grande incentivador, a quem dedico especial agradecimento pelas orientações e fundamental contribuição, durante todo processo da pesquisa.

Aos professores do mestrado da UNICAP que muito contribuíram para um significativo aprendizado na área das ciências.

A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, representada pelas comunidades de Recife (Casa Provincial) e de Maceió, pelo acolhimento e incentivo na realização desta pesquisa.

A Irmã Maria José Cardoso, Missionária de Jesus Crucificado (vigária em Nísia Floresta), pelo acolhimento, inclusive de hospedagem, contribuição e confiança pelo acesso irrestrito ao arquivo da Congregação. A ela, e a todas as que compõem a comunidade, meu agradecimento especial.

Ao Padre João Batista Chaves da Rocha por, carinhosamente, disponibilizar todo seu arquivo pessoal sobre a atuação das Missionárias em Nísia Floresta, facilitando a pesquisa.

A todos os entrevistados pela contribuição dada nos relatos e consistentes informações.

A todos os colegas pela amizade, com especial distinção para a amiga Jussara Kouryh, pelo apoio incondicional a mim dispensado.

A minha amiga, Irmã Beatriz Araújo, Filha do Amor Divino, pelo ilimitado apoio e colaboração na busca de dados para este trabalho.

Finalmente, agradeço a meus irmãos, Luiz Valladão Ferreira, Fernando Valadão Ferreira, Eunice Ferreira Firmino e demais familiares, pela presença amiga e sempre acolhedora.

RESUMO

Esta pesquisa volta-se para a segunda metade do século XX, quando a Arquidiocese de Natal/RN empreendeu inúmeras iniciativas com o fim de amenizar o sofrimento das famílias rurais e das periferias das cidades. Essas iniciativas tornaram-se internacionalmente conhecidas como “O Movimento de Natal”. Dentre essas iniciativas, impactante foi a experiência das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta/RN. Em função da carência de sacerdotes na Arquidiocese, Dom Eugênio de Araújo Sales entregou a administração dessa Paróquia às Missionárias de Jesus Crucificado, concedendo às Irmãs todos os direitos e deveres de vigárias paroquiais, exceto a administração dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, próprios do ministério sacerdotal. A experiência teve a duração de 25 anos, de outubro de 1963 a agosto de 1989, e sua importância consistiu em favorecer, aos trabalhadores rurais, condições de tornarem-se protagonistas do seu destino. Numa dinâmica de descentralização e respeito à cultura local, prepararam o povo para lutarem pelos seus direitos, em consonância com a doutrina social da Igreja Católica. Essa experiência mostra que uma evangelização nos moldes de uma pastoral inserida gera evangelizantes. Sua singularidade abriu espaço para uma reflexão a respeito do papel da mulher na Igreja, extremamente restrito na época. Daí porque chamou tanto a atenção do mundo inteiro.

Palavras chave: Vigárias Paroquiais; Evangelização; Inserção; Empoderamento.

ABSTRACT

This research turns to the second half of the twentieth century, when the Archdiocese of Natal/RN undertook numerous initiatives aimed at alleviating the suffering of rural families and people from the outskirts of cities. These initiatives have become internationally known as “Movimento de Natal”. Among these initiatives, the experience of the Parish Vicars in Nísia Floresta/RN was impressive. Due to the lack of priests in the Archdiocese, Bishop Eugênio de Araújo Sales gave the administration of the Parish of Nísia Floresta/RN to the Missionaries of Jesus Crucified, granting the Sisters all the rights and duties of parish vicars, except for the administration of the sacraments of Penance and of the Eucharist, proper to the priestly ministry. The experience lasted 25 years, from October 1963 to August 1989, and its importance was to favor conditions for rural workers to become protagonists of their life. In a dynamic of decentralization and respect for local culture, they prepared the people to fight for their rights, in line with the social doctrine of the Catholic Church. This experience shows that an evangelization as an inserted pastoral ministry induces evangelizers. Its uniqueness opened space for a reflection on the role of women in the Church, extremely restricted at the time. Hence it drew so much attention to the whole world.

Keywords: Parochial Vicars; Evangelization; Insertion; Empowerment.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO – AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA

ANCAR – ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL

ASP – ASSISTÊNCIA SOCIAL PENITENCIÁRIA

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

CALMAS – COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE LITURGIA, MÚSICA E ARTE SACRA

CEB – COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE

CEFESP – CENTRO DE FORMAÇÃO, ESTUDOS E PLANEJAMENTOS

CELAM – CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO AMERICANO

CHESF – COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

CNER – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

COPALA – COOPERATIVA DOS PRODUTORES ARTESANAIS DO LITORAL AGRESTE

CRB – CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

D.A. – DOCUMENTO DE APARECIDA

DENOCs – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

JAC – JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA

JEC – JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA

JFC – JUVENTUDE FEMININA CATÓLICA

JMC – JUVENTUDE MASCULINA CATÓLICA

LBA – LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

MISEREOR – GRUPO EPISCOAL ALEMÃO

MOBRAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

PPC – PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO

PE – PLANO DE EMERGÊNCIA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

SAR – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

UNICAP – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem de N. Sra. da Apresentação	23
Figura 2: Antiga Catedral Metropolitana de Natal.....	26
Figura 3: Atual Catedral Metropolitana de Natal.....	26
Figura 4: Congregação de Santa Doroteia do Brasil.....	352
Figura 5: Congregação das Filhas de Santana.....	36
Figura 6: Congregação das Filhas do Amor Divino.....	36
Figura 7: Congregação das Filhas de Caridade.....	36
Figura 8: Congregação das Franciscanas N. S. do Bom Conselho.....	37
Figura 9: Congregação das Missionárias Carmelitas.....	38
Figura 10: Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora - Salesianas.....	38
Figura 11: Congregação das Franciscanas Hospitaleiras.....	38
Figura 12: Dom Eugênio de Araújo Sales.....	43
Figura 13: Militantes da JAC em estrada para Pium-RN.....	44
Figura 14: Encontro de Padres, religiosos e leigos.....	52
Figura 15: Escola radiofônica em funcionamento.....	54
Figura 16: Grupo de Monitores e Monitoras das Escolas Radiofônicas.....	55
Figura 17: Treinamento de líderes para os Sindicatos Rurais.....	56
Figura 18: Trabalho artesanal.....	58
Figura 19: Reunião de Sindicato Rural.....	61
Figura 20: Maria Villac.....	68
Figura 21: Primeiras Missionárias com Dom Barreto.....	70
Figura 22: Primeiras Missionárias Oblatas.....	70
Figura 23: Madre Irany Bastos.....	83
Figura 24: Primeira Comunidade religiosa de Nísia Floresta.....	834
Figura 25: Matriz de Nossa Senhora do Ó.....	85
Figura 26: Habitação no Alto do Monte Hermínio.....	858
Figura 27: Casamento religioso num povoado, com a presença da Ir. M. José Cardoso.....	90
Figura 28: Irmã Irany, em visita às famílias nos povoados.....	903
Figura 29: Contatos informais.....	95
Figura 30: Publicações diversas.....	98
Figura 31: Ir. Marlene Pessoa Lins, distribuindo a eucaristia.....	103
Figura 32: Primeiro Conselho Paroquial.....	105
Figura 33: Aula de alfabetização pelo MOBREAL.....	113
Figura 34: Grupo de audiência, em formação com um monitor.....	114
Figura 35: Enchente ocorrida em povoado de Nísia Floresta.....	116
Figura 36: Trabalho de reconstrução.....	118
Figura 37: Torneio por ocasião da Festa da Padroeira.....	118
Figura 38: Coleta de doativos para a Campanha da Fraternidade.....	119
Figura 39: Coleta de doativos para a Campanha da Fraternidade.....	122
Figura 40: Assistência aos pescadores.....	125
Figura 41: Presença nos sepultamentos.....	127
Figura 42: Padre Otto Santana com Papa Paulo VI.....	145
Figura 43: Marcha da Fraternidade - coleta.....	146
Figura 44: Última comunidade religiosa de Nísia Floresta.....	147
Figura 45: Sala de estar.....	148
Figura 46: Sala de refeições.....	148
Figura 47: Corredor.....	148
Figura 48: Capela na residência.....	149
Figura 49: Atual fachada da casa das Missionárias em Nísia Floresta.....	149
Figura 50: Placa comemorativa da reconstrução da casa.....	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM ESPAÇO SOCIAL À ESPERA DE EMPREENDIMENTO	20
1.1 AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO: SINAIS DE ESPERANÇA	20
1.2 A ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN EM SEUS PRIMÓRDIOS	233
1.3 TRADIÇÃO MISSIONÁRIA DA ARQUIDIOCESE DE NATAL	244
1.4 MARCAS IMPRESSAS NO PERÍODO DE DOM EUGÊNIO SALES	277
1.5 OCORRÊNCIAS IMPACTANTES NO NORDESTE BRASILEIRO	29
1.6 CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS NA ARQUIDIOCESE DE NATAL	32
1.7 NOVA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA PARA UMA INSERÇÃO SOCIAL	40
2 UM ESPAÇO SOCIAL ORGANIZANDO EMPREENDIMENTOS	42
2.1 RAIAR DE NOVOS TEMPOS	42
2.2 O MUNDO DO CAMPONÊS NORDESTINO	45
2.3 SINTONIA DE IDEAIS	48
2.3.1 O Serviço de Assistência Rural (SAR).....	51
2.3.2 As Escolas Radiofônicas.....	53
2.3.3 Treinamento de líderes	55
2.3.4 Setor de cooperativismo e de artesanato	57
2.3.5 Sindicalismo rural	59
2.3.6 Participação social da mulher	62
2.4 O MOVIMENTO DE NATAL	62
3 UM ESPAÇO SOCIAL VIVENDO UM EMPREENDIMENTO	67
3.1 AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO	67
3.1.1 Fundação do Instituto	69
3.1.2 Vivenciando novos tempos.....	72
3.1.3 O convite	78
3.2 EXPERIÊNCIA PILOTO EM NÍSIA FLORESTA	82
3.2.1 Missionárias chegam a Nísia Floresta	82
3.2.2 Nísia Floresta	85

3.2.3 As primeiras impressões	89
3.2.4 Atraindo os olhares do mundo	94
3.3 ATUAÇÃO DAS VIGÁRAS PAROQUIAIS EM NÍSIA FLORESTA	99
3.3.1 Desenvolvimento dos trabalhos: olhar das vigárias	99
3.3.1.1 Pela soberania do respeito - 1963 a 1969	99
3.3.1.2 Pela supremacia da promoção humana - 1970 a 1979	110
3.3.1.3 Pela primazia da união - 1980 a 1989	120
3.3.1.4 Superando dificuldades	130
3.3.2 Desenvolvimento dos trabalhos - olhar da comunidade local	134
3.4 LEGADO BIPARTIDO	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	160
ANEXO N. 01 – Pioneirismo Pastoral de Dom Eugênio Sales	160
ANEXO N. 02 – Publicações sobre a experiência de Nísia Floresta	161
ANEXO N. 03 – Carta da Madre Villac abençoando a nova comunidade	162
ANEXO N. 04 – Carta com recomendações da Madre Villac	163
ANEXO N. 05 – Concessão para distribuição da Eucaristia	164
ANEXO N. 06 – Carta de Ir. Zely ao Sr. Arcebispo, Dom Nivaldo Monte	165
ANEXO N. 07 – Trechos do Relatório 1989, p. 9, 10, 15	166
ANEXO N. 08 – Relação dos Vigários dominicais em Nísia Floresta	167
ANEXO N. 09 – Irmãs que integraram a Comunidade de Nísia Floresta	168
ANEXO N. 10 – Relação dos entrevistados	169
ICONOGRAFIA	170

INTRODUÇÃO

A presença de Congregações religiosas femininas na Arquidiocese de Natal/RN, desde 1902, configura um fator de forte contribuição no desempenho pastoral da referida Arquidiocese, cada uma exercendo um trabalho específico em sintonia com seus carismas particulares. Dedicadas ao serviço escolar, hospitalar ou nas paróquias, a evangelização exercida pelas religiosas sempre se desenvolveu em sintonia com as propostas da Igreja, visando a aproximação do ser humano com Deus e sua promoção na sociedade.

Entretanto, apesar do que era empreendido pela Igreja, a sociedade no Nordeste do Brasil, continuava a se apresentar com intensos contrastes em se tratando das condições de vida e subsistência. Fatores diversos contribuíam para que a situação daqueles que viviam nas periferias das cidades ou no interior sofressem carências que afetavam a própria dignidade de seres humanos.

O Nordeste do Brasil, conhecido nacionalmente como uma região de pobreza material, onde a muitos faltam condições básicas para uma vida digna, revelou também uma riqueza cultural e coragem heroica no enfrentamento das dificuldades. Própria do povo nordestino é a capacidade de, numa ação de parceria, diagnosticar pendências e encontrar caminhos de solução para os seus diversos problemas, indo às raízes das questões (CABRAL, 2008, p. 80).

A partir da segunda metade do século XX, a Arquidiocese de Natal empreendeu inúmeras iniciativas com o fim de amenizar o sofrimento do homem do campo, dependente, quase que exclusivamente, dos benefícios que a natureza oferecia. Não faltaram personagens de valor que, com entusiasmo, abraçaram essa causa numa tentativa de fazer desaparecer a desigualdade entre o Nordeste e as demais regiões do país (PINHEIRO, 2003, p. 250).

Considerando a situação de subdesenvolvimento generalizado, essa Arquidiocese procurou se organizar e voltou-se para as camadas populares priorizando o social e a educação nestas referidas camadas (SANTANA, 2015, p. 133). Outro grave problema considerado foi consequência da II Grande Guerra Mundial que, instalando soldados americanos em Natal, ante a ameaça do socialismo e do comunismo, provocou um inchaço populacional com a migração

de pessoas do campo para a capital, atraídas pelas possibilidades de emprego. Ao final da guerra sumiram-se empregos e dólares, e o comércio caiu.

Quase diariamente passaram a ocupar colunas do jornal “A Ordem” problemas como: o desemprego, a vadiagem, a delinquência (principalmente a juvenil), a mendicância, o menor abandonado, a prostituição (principalmente de menores), a falta de luz, de água, de escola, de assistência médico-sanitária, de estradas, de policiamento, de assistência religiosa nos novos bairros que iam surgindo em Natal. (FERRARI, 1968, p. 52).

Em busca de novos rumos, uma ideia, contrária ao predomínio ultramontano, seria modernizar a instituição católica a fim de que pudesse contribuir significativamente na promoção cultural e social do povo sem, no entanto, perder a sintonia com a doutrina da fé católica.

Os setores eclesiais mais identificados com as lutas do período pensavam em mudanças na sociedade e na Igreja a partir dos anúncios de redenção dos oprimidos contidos nos Evangelhos, na Doutrina Social da Igreja e em documentos oficiais da Instituição (CABRAL, 2008. p. 21).

O clero nordestino, que já vinha articulando melhorias para a região num relacionamento de parceria com o governo, a exemplo a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e numa renovação interna, haja vista a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – que viabilizou um intercâmbio verdadeiramente salutar nas pastorais diocesanas, deu continuidade às propostas de investir para que o desenvolvimento chegasse a todo homem e ao homem todo. Vale reconhecer que desafios incluem dinamismo, competência e coragem para o enfrentamento, qualquer que seja o nível de dificuldade decorrente da situação em pauta.

Reunidos e fortalecidos pela fé, pela colegialidade episcopal e pela consciência dos deveres assumidos frente ao povo de Deus, bispos do Nordeste discutiram entre si, buscaram soluções definindo metas e, realizando conjuntamente, ações sociais à luz do Espírito Santo, conforme explicitaram, anos mais tarde, o seu particular discipulado, no Documento de Aparecida (D.A.188, p. 94).

Após um longo período de centralismo romano e estabilidade conservadora da Igreja católica, novas perspectivas se abriram apontando para uma reflexão teológica em favor da participação dos leigos no culto e na ação social.

Numa perspectiva histórica, R. Azzi (2008, p. 165-173) reflete o contexto da Igreja do Brasil, no período que antecede o Concílio Vaticano II, num confronto com a sociedade da época, ou seja, uma sociedade na qual aumentavam as dificuldades de assistência espiritual face ao crescimento da população nos centros urbanos e ao avanço do protestantismo e da secularização.

Neste sentido, o arcebispado de Natal protagonizou ações, entre as quais se encontra a atuação das “Irmãs vigárias” em Nísia Floresta.

O momento em questão - início da segunda metade do século XX - foi um período difícil, quando questões ideológicas (comunismo e capitalismo) exerciam forte influência na sociedade ampliando, sobremaneira, os problemas culturais e financeiros já existentes nas classes menos favorecidas. Como entidade acolhedora por excelência, a Igreja católica, no Nordeste brasileiro, sentiu a necessidade de solucionar questões humanitárias da população carente. O insuficiente número de sacerdotes nas dioceses configurava uma das grandes dificuldades porque se já não havia uma assistência adequada à área urbana, mais difícil ficava o atendimento às comunidades rurais.

O dinamismo de Dom Eugênio Sales teve início ainda no começo da segunda metade do século, em 1954. Por tal dinamismo, alcançou projeção nacional e internacional, sobretudo pelo pioneirismo pastoral, ao liderar uma ação desafiadora frente à realidade sociorreligiosa no Nordeste do Brasil (Ver ANEXO N. 01).

Tendo sido eleito bispo auxiliar de Natal, já em 1954, ao lado de Pe. Nivaldo Monte, Pe. Alair Vilar, Pe. Manoel Tavares e Pe. Pedro Moura, intensificou as ações voltadas para a promoção humana não apenas na população urbana mas também na rural. Dentre outras, tem-se a organização de trabalhadores rurais em sindicatos, a primeira Federação dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte, a Campanha da Fraternidade, as Escolas Radiofônicas que muito contribuíram para impulsionar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas e outras iniciativas integraram um conjunto de ações que posteriormente ficou conhecido como “O Movimento de Natal”. Foi, então, em função da escassez de sacerdotes em sua diocese que, como parte desse movimento, Dom Eugênio entregou a Paróquia Nossa Senhora do Ó, em Nísia

Floresta, a um grupo de religiosas Missionárias de Jesus Crucificado, tendo como fundamento desse desafio, transformar a Igreja local numa casa e escola de comunhão sendo as paróquias um local de vida e de oração (D.A., p. 95). Com visão larga, percebeu o potencial colaborativo das congregações religiosas femininas, e concedeu, às Missionárias de Jesus Crucificado em particular, todos os direitos e deveres de vigárias paroquiais, exceto a administração dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia, próprias do ministério sacerdotal.

Assim, em 1963, chegavam quatro Irmãs Missionárias, atendendo ao convite para contribuírem com este projeto experimental, pioneiro e inovador qual seja, a gestão de paróquia entregue a religiosas. Eram elas: Irmã Irary Vidal Bastos, Irmã Rosa Siebra, Irmã Maria José Cardoso e Irmã Odete Soares.

Apesar de um sacerdote visitar a comunidade local nos finais de semana para celebrar a missa, confessar e distribuir a comunhão, às Irmãs foi entregue a administração da paróquia com jurisdição igual à do vigário, podendo assinar todos os livros e documentos. Aos deveres inerentes à função de vigárias, acrescenta-se a responsabilidade pela coordenação do chamado Movimento de Natal na paróquia, do qual fazem parte as escolas radiofônicas, artesanato, cooperativa, Juventude Agrária Católica (JAC), clubes diversos e o sindicalismo rural (JORNAL A ORDEM, 11.07.1964).

Posteriormente, outras paróquias da Arquidiocese de Natal fizeram a mesma experiência. Taipu e São Gonçalo do Amarante também tiveram religiosas vigárias assumindo paróquias. Entretanto, Nísia Floresta, por ter sido a primeira com “Irmãs vigárias numa administração paroquial”, tornou-se o foco dessa pesquisa.

A presença das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado em Nísia Floresta, como vigárias paroquiais, impactou a vida da população proporcionando uma efetiva mudança de cenário em termos sociais e pastorais.

Ninguém acreditava, antes que isso fosse possível em Nísia Floresta. Mas muita coisa difícil de acreditar está acontecendo naquela pequena cidade. Tudo em consequência da revolução da fé realizada por aquelas quatro freiras jovens, sem complexos, tão ligadas a Deus, quanto ligadas ao mundo. Nelas, talvez se esteja realizando a imagem difícil de Cristo: “Se tiveres fé podereis remover montanhas” (JORNAL A ORDEM, 11.07.1964).

Fato concreto é que, após 50 anos, pode-se constatar o interesse pela preservação dessa história, por parte daqueles que vivenciaram ou acompanharam a experiência. Para eles, a memória não pode morrer.

O Pe. João Batista Chaves da Rocha, que já passou pela Paróquia de Nísia e atualmente é pároco de Nova Parnamirim e Capelão da Polícia Militar, disse que está feliz com a nova fase da casa. “Aparentemente tão simples a Casa onde residiram as Missionárias de Jesus Crucificado, pertencente a Paróquia de Nossa Senhora do Ó em Nísia Floresta é hoje um Espaço de Memória da Arquidiocese de Natal. Através do Decreto nº 02/2013 de 14 de fevereiro de 2013. A partir desse momento, ela não pode ser alugada, vendida e nem utilizada para outros fins”, comentou. Pe. Batista também falou da importância do envolvimento de todos neste projeto de preservar essa rica história (JUNIOR; SOUZA, [s.d.]).

Na época, a projeção da experiência em Nísia Floresta ultrapassou nossas fronteiras e visitantes estrangeiros procuraram ver de perto a atuação das religiosas. O fato despertou interesse. Entretanto, apenas algumas publicações a respeito do Movimento de Natal referiram-se ao desempenho das religiosas em Nísia Floresta, ainda assim, de maneira muito resumida. Rastreando-se o que nos permite a internet, não foi encontrado um estudo específico sobre a atuação acima referida com exceção de um artigo de Maria Jeane dos Santos Alves voltado para o aspecto de gênero e cidadania da mulher na Igreja (ALVES, 2008, [s.d.]). De resto, o que foi encontrado resume-se a comentários isolados.

Apesar da importância desse acontecimento percebe-se que estudos e publicações ainda são escassos, o que representa uma grave lacuna em termos históricos de uma pastoral encarnada no Nordeste do Brasil.

A Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em setembro de 1964, transcreveu um artigo publicado no *L'Osservatore Romano* em 18.06.1964, (nº 139, p. 5), que relatava a “Experiência em Nísia Floresta”. Esse artigo destaca a originalidade da “valorização de uma virgem cristã por parte da autoridade diocesana” e ressalta a grande esperança que a arquidiocese experimenta pelos frutos já colhidos, “sinal das bênçãos de Deus” (EXPERIÊNCIA..., 1964, p. 553). Além destas publicações algumas menções sobre este tema se fazem presentes em produções que relatam especificamente o “Movimento de Natal”.

Maria Jeane dos Santos Alves, em sua dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), menciona o fato e publica um artigo intitulado “Cidadania Religiosa: uma experiência de religiosas no Nordeste Brasileiro” no qual destaca a situação da mulher caracterizada pela discriminação de gênero, dentro da Igreja.

A vida religiosa no Brasil assim como a maioria das mulheres continua sendo marcada por esse processo de submissão. O papel das religiosas na Igreja é de complementação no trabalho pastoral ao trabalho do padre. Não tem o direito de construir sua própria história e nem de ascenderem na hierarquia da Igreja apesar de demonstrarem capacidade para tal (ALVES, 2009, p. 13).

A atuação das Irmãs Vigárias de Nísia Floresta suscitou algum aplauso por parte da imprensa escrita. Apesar de poucas fontes disponíveis atualmente, tem-se registrado o apreço pela forma como conduziram seus trabalhos.

Como afirma o Jornal A Ordem (1964):

Enquanto, em Roma, os bispos de todo o mundo estudam os melhores processos para que a Igreja se identifique com o mundo moderno, em Nísia Floresta (como em Taipú, também no Rio Grande do Norte) quatro freiras jovens, bem do século XX, regam com amor uma comunidade, para que se humanize e descubra Deus na sua própria vida (JORNAL A ORDEM, 18.07.1964).

Considerando a pesquisa como uma experiência vivenciada num período historicamente especial para o Nordeste do Brasil, haja vista ocorrer em plena ditadura militar, para referencial teórico fez-se a escolha de Alceu Ferrari, por ter realizado um trabalho acadêmico, específico sobre o Movimento de Natal ou seja, uma tese doutoral defendida em 1966, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, e publicada, no Brasil, em 1968, pela Fundação José Augusto, Natal.

Também tomou-se como referencial Riolando Azzi, pelo fato de ser um autor que trata sobre a História da Igreja com destaque para a Igreja no Brasil. Dentre suas obras, priorizou-se “História da Igreja no Brasil, Terceira Época (1930-1964)”, “A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira” e “Ascensão ou Decadência da igreja?”. Textos de outros autores foram manuseados com o fim de melhor fundamentar o conteúdo a ser formulado.

Em se tratando de um estudo como acima mencionado, importa ter claro que “tudo que é autenticamente religioso é sempre uma resposta a perguntas muito concretas”, como diz Queiruga (2003, p. 228). O conceito deste autor torna-se um forte referencial para este estudo, pois defende o pensamento de que Deus direciona seu amor a todas as criaturas, inclusive a quem não o reconhece, e não deve ser compreendido como um Deus que pune, gera sofrimento e é o responsável pelas crises do mundo moderno. O pensamento de William E. Paden também será utilizado para interpretar os dados coletados. Este autor ilumina a reflexão quando diz que ao se tratar de religião, importa verificar o ponto de observação que se toma pois é daí que serão determinados a visão, as questões e os dados (PADEN, 2001, p. 14).

O modelo metodológico adotado para esse estudo foi o da pesquisa qualitativa por considerar-se que o tema envolve dados subjetivos, e neles, destacam-se, sobretudo, relações interpessoais no cotidiano de uma comunidade urbana e rural, inclusive interferências de ordem pastoral com repercussões sociais e políticas. Acreditamos que este procedimento se apresenta o mais adequado tomando como base o que diz Minayo (2002, p. 21-22):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os passos no desenvolvimento desse trabalho se iniciaram com uma pesquisa bibliográfica apoiada nos autores Riolando Azzi e Alceu Ferrari, para contextualizar o período que antecedeu a experiência das vigárias e o Movimento de Natal no qual se insere a experiência de Nísia Floresta. Além disso, seguiu-se uma pesquisa documental nos arquivos da Cúria Arquidiocesana de Natal, da Paróquia de Nísia Floresta; e da Província Nordeste das Missionárias de Jesus Crucificado.

Esse estudo seguiu um caminho de conotação interdisciplinar em que as Ciências da Religião atuaram como suporte, aprofundando a investigação do sagrado presente nos acontecimentos. Nesse sentido, foi importante a contribuição das ciências auxiliares, a exemplo da Teologia que

colabora, também, para uma nova hermenêutica dos símbolos da tradição cristã pelo realismo que se impõe em um campo transdisciplinarmente aberto a história comparada das religiões e à crítica psico-social do fenômeno religioso (ARAGÃO, 2016).

Entrevistas foram realizadas e, nesta perspectiva, visitamos as cidades de Natal, Nísia Floresta e Recife, para uma maior interatividade com pessoas conhecedoras da experiência. Um roteiro de entrevistas foi previamente elaborado pois um trabalho científico implica “a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 25).

Os entrevistados foram selecionados em quatro níveis assim distribuídos: a) da hierarquia eclesial da Arquidiocese de Natal; b) das Missionárias de Jesus Crucificado que trabalharam em Nísia Floresta; c) das Missionárias de Jesus Crucificado que acompanharam a experiência como expectadoras; d) antigos paroquianos de Nísia Floresta/RN, todos com alguma ligação ao tema do estudo, perfazendo um total aproximado de dez participantes. Os dados coletados nas entrevistas gravadas foram devidamente transcritos e agrupados.

Para a análise dos dados, buscou-se, na fala dos depoentes, a relação entre o seu olhar de mundo e o entendimento da realidade do contexto em pauta. Os relatos semelhantes e contraditórios foram destacados para uma melhor compreensão e possível intuição de dados não revelados.

A formulação final, como resultado da pesquisa, procurou apresentar a atuação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado como vigárias paroquiais em Nísia Floresta, com suas repercussões sociais, políticas e pastorais entre 1963 a 1989. A exposição da temática se deu em três capítulos sendo o primeiro dedicado à contribuição das Congregações religiosas femininas na Arquidiocese de Natal na década que antecede a chegada das Missionárias de Jesus Crucificado em Nísia Floresta; o segundo voltou-se para identificar a dinâmica pastoral da Arquidiocese de Natal como protagonista de movimentos que visavam a favorecer o empoderamento das comunidades rurais; formar líderes como agentes de mudança num contexto de confrontos ideológicos e conceder a gestão de paróquias a religiosas com todos os poderes e deveres de vigárias;

no terceiro, o relato da atuação pastoral das vigárias em Nísia Floresta através do olhar das missionárias e do olhar dos paroquianos.

Acredita-se, porém, na importância dessa pesquisa como contributo para o campo das Ciências da Religião, no sentido de favorecer a compreensão do alcance de que uma pastoral comprometida com a qualidade de vida das pessoas, iniciada há mais de 50 anos, deságua na convocação que, hoje, a Igreja, através do Papa Francisco, faz a todos os cristãos no sentido de uma atuação efetiva na busca de soluções para os problemas atuais:

Quando amado, o pobre “é estimado como de alto valor”, e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação. Só isto tornará possível que “os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como ‘em casa’. Não seria, este estilo, a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino?” (FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 199).

UM ESPAÇO SOCIAL À ESPERA DE EMPREENDIMENTO

Congregações religiosas, masculinas e femininas, já desenvolviam atividades pastorais na Arquidiocese de Natal. Algumas trabalhavam em escolas, evangelizando crianças e jovens. Outras estavam em hospitais ou em paróquias. Entretanto, a população das periferias e da zona rural continuava sem os benefícios dessas atividades. Dom Eugênio Sales, na época administrador apostólico, despertou, então, para a necessidade de um trabalho direto com essas populações. Com esse intuito, liderou um movimento que repercutiu positivamente em favor dos mais carentes da região.

1.1 AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO: SINAIS DE ESPERANÇA

A presença das Missionárias de Jesus Crucificado em Nísia Floresta representa um acontecimento de importância ímpar na história da Igreja como um todo e proporciona, ao Nordeste do Brasil e, de modo especial, à Arquidiocese de Natal, um status de precursora frente aos desafios em tempos adversos.

Falar em adversidade, no entendimento da Igreja católica, é falar da adversidade que afeta a vida dos mais necessitados, dos que sofrem, dos que se encontram dispersos. Com essa concepção, ainda que os privilegiados do Pai possam ser encontrados em todas as classes sociais e em todos os lugares do mundo, o Nordeste do Brasil se distinguiu, em tempos passados, por abrigar tantos ameaçados em sua dignidade humana pela falta de recursos básicos de sobrevivência. Basta relatar alguns itens para que um quadro se forme dando uma ideia do que se pretende.

Um estudo realizado por Ferrari (1968) mostra que com uma população estimada em 31,32% do país, ao final de 1961, o Nordeste era a pior região servida de médicos atuando em hospitais, considerando que as capitais

concentravam esses profissionais num índice médio de 6,96 de médicos por 10 mil habitantes contra 0,41 por 10 mil, no interior (FERRARI, p. 272-273). Mostra ainda que “o único Estado nordestino que, em 1950, contava com 1/3 de alfabetizados entre sua população de 10 anos ou mais, era Sergipe (33,63%)” (FERRARI, p. 273).

Este fato vai acarretar outra situação lamentável que se refere à participação do povo na vida política. Em 1960, o alto número de analfabetos significava um baixo número de eleitores. Acrescente-se que, dos inscritos capazes de emitirem seus votos, boa parte não comparecia às urnas por não ter assegurada a liberdade do voto, na época ainda controlado pelos “coronéis” (FERRARI, p. 274). Esse quadro induz, em parte, a que se possa imaginar as adversidades pelas quais passavam inúmeros nordestinos, carentes, em meados do século XX.

É bem verdade que, nessa época, o governo federal já encarava a necessidade de voltar seu olhar para os problemas da região. A seca passou a ser considerada como um fator de ordem a ser regulamentado. Ao criar o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS), foram destinados recursos para construção de açudes e rodovias no Nordeste. Em 1968, seis capitais nordestinas (Aracajú, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza) e Salvador eram eletrificadas pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF).

Também algumas cidades do interior eram beneficiadas com essa energia vinda de Paulo Afonso. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, iniciou suas atividades em 1954. Seu objetivo consistiu em realizar estudos que, ao reconhecer os problemas do Nordeste, estabelecessem programas de orientação para o desenvolvimento da Região.

A SUDENE foi uma importante realização governamental que contou com a significativa contribuição do Episcopado Nordestino. Ferrari afirma que:

o “approach” do Nordeste em termos de desenvolvimento data do decênio dos anos 50 e se concretizou numa política de desenvolvimento regional a partir de 1960, com a atuação da SUDENE (FERRARI, 1968, p. 276).

É notório que, a partir da década de 50 do século XX, o Nordeste teve seu momento, como alvo de atenção do governo federal e, para isso, a Igreja teve expressiva performance.

A partir do governo JK, a ideologia desenvolvimentista tornou-se muito forte no país, e os setores mais abertos do episcopado e do clero aderiram a esse movimento com bastante otimismo, sem porém abandonar uma postura crítica. O pensamento desse expressivo grupo católico pode ser definido como um desenvolvimento reformista. Por um lado os prelados apoiavam a política oficial do governo, e por outro assinalavam a necessidade de sanar as graves injustiças sociais existentes sobretudo em determinadas regiões do país.

Em 1955 realiza-se no Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, onde se afirma que os problemas da região são de todo o país, cabendo ao governo federal a maior parcela de responsabilidade para a solução. Na Carta de Salvação do Nordeste se acenava à necessidade de reforma agrária (AZZI, 2008, p. 360).

Dentro desse cenário, o Rio Grande do Norte desempenhou um proeminente papel como Igreja, em favor do meio rural, na pessoa de Dom Eugênio de Araújo Sales. Sua atuação configura parte do trabalho que aqui iniciamos e se desenvolverá no segundo capítulo deste trabalho. Sua iniciativa de trazer as Missionárias de Jesus Crucificado para iniciar uma experiência inovadora em área rural é fruto de uma visão ampla e abrangente que se revela pelas palavras:

No momento presente, centenas de paróquias não têm pastor residente. As irmãs poderiam entrar de uma vez nessas paróquias e assumir todas as tarefas que, por sua natureza, não sejam reservadas ao sacerdote. A comunidade paroquial pode ser restaurada através do estímulo e da liderança assegurados por essas irmãs, com a participação dos leigos (SANTANA, 2015, p. 84-85).

Para Dom Eugênio, o caminho para amenizar os problemas do povo passa pelo planejamento pastoral, mas um planejamento que inclui o bispo, o clero, especialistas, como teólogos e sociólogos entre outros, tendo tanto quanto possível o povo envolvido em um processo participativo. Em sua prática, as reuniões ocorrem com a presença de líderes da diocese ou da paróquia, junto a clérigos, religiosos e leigos que ajudam a identificar os problemas a serem solucionados e a trabalhar em conjunto numa investida concreta (SANTANA, p. 83).

Dom Eugênio Sales, Movimento de Natal, Município de Nísia Floresta e Missionárias de Jesus Crucificado são, enfim, elos de uma corrente que embeleza a Arquidiocese de Natal/RN e engrandece a Igreja do Nordeste do Brasil.

1.2 A ARQUIDIOCESE DE NATAL/RN EM SEUS PRIMÓRDIOS

A Arquidiocese de Natal tem como padroeira Nossa Senhora da Apresentação e um breve relato se faz importante no que concerne às origens da religiosidade do povo potiguar que venera com grande fervor Maria, a Mãe de Jesus, que “escolheu esta terra para aqui vir morar”¹.

Um fato excepcional ocorreu em 21 de novembro de 1753, quando, segundo a tradição oral, pescadores locais acharam uma caixa enclavada às margens do Rio Potengi e ao abri-la encontraram uma bela imagem de Nossa Senhora com uma nota que dizia: “*Onde parar essa imagem, tirem-na e rendam-lhe culto. Nossa Senhora protegerá o local e defendê-lo-á de todas as desgraças*”.

Figura 1: Imagem de N. Sra. da Apresentação



Fonte: Disponível na Internet.

¹ Hino oficial da Arquidiocese de Natal/RN.

Os pescadores levaram-na para a igreja matriz e o vigário de então, padre Manoel Correa Gomes, colocou-a no altar-mor. Esta imagem, ícone de Nossa Senhora do Rosário, pelo fato de ter sido encontrada no dia de Nossa Senhora da Apresentação, passou a ser venerada com esse título. A religiosidade dos moradores foi profundamente marcada pela aparição dessa imagem e se estendeu na população potiguar católica como uma herança cultural e religiosa enraizada na sociedade.

Pela Bula *Apostolicam in Singulis*, do papa São Pio X, em 29 de dezembro de 1909, foi criada a Diocese de Natal que pertencia à Diocese da Paraíba desde quando, ao ser proclamada a República, em 1889, foram criadas 12 dioceses no Brasil.

Com o crescimento no número de fiéis, e considerando a extensão territorial da diocese, viu-se a necessidade de serem criadas outras dioceses. A primeira em Mossoró (1934) e a segunda em Caicó (1939). Criadas essas novas dioceses, o papa Pio XII elevou a Igreja de Natal à categoria de Arquidiocese, pela Bula *Arduum Onus*, com data de 16 de fevereiro de 1952, sendo Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas o seu primeiro Arcebispo Metropolitano.

1.3 TRADIÇÃO MISSIONÁRIA DA ARQUIDIOCESE DE NATAL

A Arquidiocese de Natal foi palco de acontecimentos que repercutiram positivamente em toda a Igreja do Brasil e do exterior.

A realidade de Natal e seu entorno, no início do século XX, em nada diferia da realidade dos demais Estados nordestinos em termos de carência das necessidades básicas para o povo. A doutrina católica que se apresenta no dever de aliviar o sofrimento do homem em suas necessidades, contou com a aquiescência de fiéis voluntários. Em virtude da disponibilidade do povo, a Igreja atuou na sociedade a ponto de o Brasil ser considerado, por muito tempo, um país oficialmente católico.

Dado, pois, que o homem no decorrer da sua vida terrena trilha, de um modo ou de outro, o caminho do sofrimento, a Igreja deveria, em todos os tempos — e talvez de um modo especial no Ano da Redenção — encontrar-se com o homem

precisamente neste caminho. A Igreja, que nasce do mistério da Redenção na Cruz de Cristo, tem o dever de procurar o encontro com o homem, de modo particular no caminho do seu sofrimento (JOÃO PAULO II, 1984).

Voltando nosso olhar para o passado, constata-se que apesar de, posteriormente, passar a ser um Estado laico, com governo liberal e influência de anticatólicos, a força da religiosidade popular permaneceu no interior das famílias. Por essa razão é que setores governamentais conseguiram, em meados do século XX, aglutinar cidadãos em praça pública, com o terço na mão, na histórica “Marcha da família com Deus pela liberdade” em oposição à instauração do regime comunista.

Sabe-se que, os fiéis católicos, desde a época colonial, seguiram as orientações de Roma embora subordinados ao governo da monarquia. Terminada essa, apesar de todos os problemas entre os poderes religioso e civil, a Igreja católica manteve-se na posição de marcar presença em todos os setores que viessem a ser local de decisão, para exercer seu poder de dirigir os destinos da sociedade brasileira. Em primeiro lugar importava seguir os preceitos que até então vigoravam para o exercício da ética e da moral subordinadas à Roma.

Assim, não se admira que existia uma certa negligência, ou mesmo falta de visão, que contribuísse, no início do século XX, para certa ausência de ações voltadas para os problemas de ordem social ou material, próprios das classes empobrecidas. Missões havia, mas não integradas no perfil do homem como um todo. A perspectiva que predominava era a salvação da alma.

A Arquidiocese de Natal, nesse contexto, encerra uma tradição missionária que remonta ao período colonial. É dessa Arquidiocese que o papa João Paulo II, em 5 de março de 2000, reconheceu, como protomártires do Brasil, trinta cristãos católicos massacrados pelos holandeses em Cunhaú e Uruaçu (1645). A trajetória missionária, e sempre atuante dessa Arquidiocese, contou com o compromisso ministerial do clero liderado pelos ilustres Dom Joaquim Antônio de Almeida (1911), Dom Antônio dos Santos Cabral (1918), Dom José Pereira Alves (1923), Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas (1929), bispos que antecederam ao período em estudo nesta pesquisa.

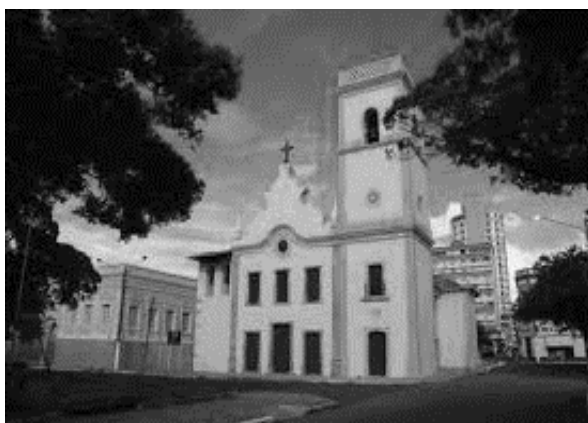
Dom Joaquim Antônio de Almeida teve um curto período de atuação em consequência do seu estado de saúde, mas em virtude da sua maior

preocupação, nos seus 4 anos de governo, improvisou um Seminário para a formação do clero chegando a ordenar 10 sacerdotes. Dom Antônio dos Santos Cabral reabriu o Seminário, fundou a Congregação Mariana de Moços a quem foram confiados o semanário “A Palavra” e a Escola de Comércio de Natal. A ele se deve a criação do primeiro órgão de divulgação oficial da Diocese, o “Boletim de Natal”. Dom José Pereira Alves foi dinâmico junto à classe intelectual e atraía a atenção dos homens em suas homilias. No VI Congresso de Crédito, realizado no Rio de Janeiro, foi-lhe atribuído o título de “bispo do cooperativismo”. Dom Marcolino Dantas priorizou a formação do clero. Construiu o Seminário Menor São Pedro e ordenou aproximadamente 40 padres. Como Arcebispo, teve a colaboração direta do bispo Auxiliar Dom Eugênio de Araújo Sales (FERRARI, 1968, p. 46). Os Arcebispos que sucederam Dom Marcolino Dantas foram, Dom Nivaldo Monte (1967), Dom Alair Vilar (1988), Dom Heitor de Araújo Sales (1993), Dom Matias Patrício de Macedo (1990) e Dom Jaime Vieira Costa, atual arcebispo metropolitano desde 2011.

Cada um, em seus respectivos governos e dentro das suas limitações, empreendeu esforços para que a Arquidiocese correspondesse aos princípios norteadores da vivência cristã em meio aos problemas característicos de cada época.

O destaque que se observa nesses esforços remete ao período em que Dom Eugênio Sales assume a função de administrador apostólico (1962), tendo ainda Dom Marcolino Dantas como arcebispo metropolitano.

Figura 2: Antiga Catedral Metropolitana de Natal



Fonte: Disponível na Internet.

Figura 3: Atual Catedral Metropolitana de Natal



Fonte: Disponível na Internet.

1.4 MARCAS IMPRESSAS NO PERÍODO DE DOM EUGÊNIO SALES

Para um melhor entendimento dos problemas em questão, considera-se interessante rever, embora superficialmente, o contexto da década de 50 do século passado, período que antecede o foco dos nossos estudos.

De grandes e profundas transformações políticas e sociais na sociedade brasileira (FREITAS, 1997, p. 47-48), aquela década marcou e propiciou novas posturas da Igreja na sua ação pastoral (FREITAS, 1997, p. 49). No confronto ante a realidade de milhares de pessoas vivendo na miséria e as orientações das encíclicas *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, uma nova consciência foi tomando corpo dentro da Igreja, direcionando para o que se pode chamar de “novos tempos”.

O empenho e a busca pela paz fazem parte da vida dos povos, já dizia Dom Helder (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 367), e continuará na pauta da humanidade porquanto desenvolvimento e paz são sinônimos (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 368), e se constroem no interior de cada ser humano. Se o desenvolvimento, econômico e cultural, não atinge todas as classes sociais beneficiando a vida de cada uma das pessoas, a pobreza ou a miséria se instaura e provoca desigualdades.

Logo no início dos anos 50, pelos braços do povo, retornava ao governo do país Getúlio Vargas, imprimindo uma política de desenvolvimento pela industrialização (GIANNOTTI, 2007, p. 153). Uma série de medidas adotadas, na verdade, mascaravam as desigualdades sociais. Aos poucos, a população se deu conta da situação e demonstrou sua insatisfação através de greves (GIANNOTTI, 2007, p. 146). A Igreja acompanhou de perto todo esse período (AZZI, 2008, p. 237; 620).

A marca do desenvolvimento impressa pelo governo Vargas ficou registrada com alguns empreendimentos. Dentre eles, favorecendo mais diretamente a região Nordeste, foi criado o Banco do Nordeste² (BNB), em 1952,

² O Banco do Nordeste (BNB) foi criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, para atuar no chamado Polígono das Secas que abrange municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará,

com um programa de orientação para o desenvolvimento da região. Vivia-se uma fase em que a Igreja católica, muito influente na sociedade, conquistara o restabelecimento de relações amistosas com o governo (AZZI, 2008, p. 235-236).

Chegado o governo de Juscelino Kubitschek, o entrosamento entre Estado e Igreja, existente nos governos anteriores, prosseguiu e a presença do clero se fez notar com alguns personagens que mais tarde exerceram papel de grande envergadura com expressão nacional e internacional, como o caso do Pe. Helder Câmara (AZZI, 2008, p. 236). Mais tarde, com Juscelino, teve-se a SUDENE em 1959 para promover o planejamento regional e entrosamento dos diversos órgãos federais. A criação da SUDENE foi resultado de desdobramentos da ação de “homens de Govêrno, técnicos, a opinião pública e, de maneira significativa, o Episcopado Nordestino” (FERRARI, 1968, p. 275).

A partir de meados dos anos 1950, em decorrência do maior comprometimento dos bispos do Nordeste com as questões sociais, a Igreja do Brasil passou a viver uma fase de otimismo, em sintonia com o entusiasmo desenvolvimentista do governo JK e do prestígio dado por ele à colaboração social da instituição católica. Havia muito alarde, embora os resultados fossem relativamente restritos. Não obstante, esse clima de entusiasmo ofereceu condições, não apenas para que se pusesse em movimento a pesada máquina institucional, mas sobretudo para que ela começasse a ser orientada por novos rumos de atuação pastoral (AZZI, 2008, p.634-635).

A Igreja do Brasil, por sua vez, também imprimiu marcas neste mesmo período, como por exemplo a reorganização da Ação Católica Brasileira (ACB) (1950), a criação da CNBB, em 1952, e da CRB, em 1954. A CNBB para assegurar uma estreita interação dos bispos em vista de ações conjuntas e a CRB para que os religiosos pudessem responder aos questionamentos da realidade de então.

Em termos de Igreja, vale a pena ressaltar uma série de acontecimentos que contribuíram não apenas para uma grande renovação interior da igreja, mas também para o alargamento de seus horizontes e o estabelecimento de relações mais sistemáticas e institucionais com as demais igrejas da América Latina e da América do Norte. Além disso, a arrancada desenvolvimentista, empreendida por Kubitschek, encontrou

Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. “Não mais um programa defensivo contra as secas, mas um programa orientado para o desenvolvimento da Região” (FERRARI, 1968, p. 275).

acolhida favorável por parte da Igreja, fomentando e tecendo entre Igreja e Estado uma relação não simplesmente de respeito mútuo e diálogo, mas, sobretudo, de fecunda cooperação em prol do desenvolvimento, (INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL-CNBB, 2003, p. 33).

1.5 OCORRÊNCIAS IMPACTANTES NO NORDESTE BRASILEIRO

Algo de inovador surgia no Nordeste nos anos que ficaram conhecidos como “os anos dourados”. Como consequência da modernidade e da industrialização, a migração tornou-se acelerada provocando alguns problemas para a população mais carente. Líderes católicos, então, mostraram-se mais atentos aos problemas sociais. Nesse período a Igreja aconselhou a permanência dos ruralistas em suas regiões de origem, buscou formas de atendimento às prostitutas, redimensionou o modelo de visita aos encarcerados. (AZZI, 2008, p. 175).

Nas décadas anteriores os bispos salientavam o papel da religião na manutenção da ordem e como base do poder constituído (AZZI, 2008, p. 352). Assim, a indissolubilidade do vínculo matrimonial, a submissão da esposa ao marido, a condenação aos métodos modernos sobre o controle da natalidade, a atenção que limitava o processo da educação sexual dos jovens e adolescentes ainda fazia eco em grande parte da sociedade de então. Pouco a pouco algumas dessas questões sofreram questionamentos e mudanças na prática comportamental das pessoas (AZZI, 2008, p. 341-350).

O processo de urbanização se acentuou na era Vargas atingindo as grandes cidades litorâneas e também outras do interior. A Igreja encontrava-se diante de uma sociedade que, a seu ver, corria riscos pela conduta iniciada em décadas anteriores sobre a frequência às praias e salões de dança, pela imoralidade no carnaval, pelos perigos do cinema, e a juventude exposta a uma educação laica sem a orientação rígida da fé cristã (AZZI, 2008, p. 164-174).

Os prelados repetiam, com frequência, que “a salvação da sociedade dependia da família, constituída dentro de um modelo por eles idealizado” (AZZI, 2008, p. 143).

através do casamento, a esposa passa a ser dependente do marido, devendo por conseguinte manter sempre uma atitude de submissão com relação a ele. Competindo ao marido a direção da família, não podia sua autoridade ser questionada de forma alguma [...] o princípio “até que a morte nos separe” devia servir de norma para todos os casamentos sendo o vínculo matrimonial considerado indissolúvel pela teologia católica [...] Não apenas o clero se opõe às novas concepções de paternidade responsável, mas acusa seus propugnadores desse avanço científico de atuarem com “intenções criminosas”, sob a inspiração comunista [...] Nos colégios católicos perduravam as mesmas restrições em termos de sexualidade. Prevaleceu durante todo o período a ideia básica de que a melhor forma de preparar a juventude para a vida adulta e sadia era a ignorância em matéria sexual (AZZI, 2008, p. 146-152).

Os problemas sociais eram percebidos e faziam parte das preocupações, mas ainda não entravam na pauta das ações sociais, propriamente ditas, das pastorais.

Até a metade do século, a voz mais comum da igreja foi de protesto contra essas mudanças de comportamento, denunciando a cidade como um lugar extremamente propício para a perversão moral. A partir dos anos 1950, os setores mais progressistas da Igreja afastaram-se desse coro de lamúrias e condenações e começaram a se preocupar com os problemas sociais, criados sobretudo pela acelerada migração para os principais centros urbanos do país (AZZI, 2008, p. 164).

Os problemas urbanos se avolumaram de tal forma que não havia como não aderir às propostas de um clero jovial e disposto a enfrentar uma luta pacífica que significava aproximar-se do povo para, com ele, buscar caminhos novos para os problemas novos.

A linha, até então adotada no combate ao protestantismo, continuou presente tendo, porém, o diferencial de priorizar o ser humano como um todo, ou seja, dirigir as ações pastorais a todos aqueles que tivessem sua dignidade em situação de risco, na perspectiva de resgatar e assegurar, a eles, os direitos básicos do ser humano.

Inúmeros acontecimentos ocorreram nesse período causando impacto na vida do brasileiro, em especial do nordestino. Também Natal e adjacências sofreram as consequências desses acontecimentos além das experimentadas anteriormente, ocasionadas pela presença das forças americanas no período de 1942 a 1945, quando da Segunda Grande Guerra Mundial.

Na realidade, a 2ª Guerra Mundial transformara completamente o panorama internacional. O mundo passou a ser dividido em dois grandes blocos, conflitantes entre si, com uma liderança forte e militante em cada um deles (INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL-CNBB, 2003, p. 31).

Abrindo um parêntese, dos americanos instalados na cidade, a população de Natal incorporou hábitos que sinalizavam avanço e progresso. A presença dos estrangeiros estimulou o aprendizado do novo idioma e ao final da guerra muitos natalenses falavam e escreviam corretamente em inglês (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Novos serviços foram criados para atender as demandas da época e o ganho se tornava promissor. Entretanto, assim como rapidamente cresceu o acesso a modernos bens de consumo, após o retorno dos americanos ao seu país, rapidamente a população se viu despojada do que parecia haver conquistado.

Terminada a guerra, desapareceu o americano e, com ele, o dólar e o ganho fácil.

Grande número de domésticas ficaram sem emprego. O comércio caiu vertiginosamente. Bares e cafés desapareceram com a mesma rapidez com que haviam surgido.

Muitos dos que tinham encontrado na mascateagem o seu ganha pão, passaram a engrossar as fileiras dos vagabundos.

Quase diariamente passaram a ocupar colunas do jornal "A Ordem" problemas como: o desemprego, a vadiagem, a delinquência (principalmente a juvenil), a mendicância, o menor abandonado, a prostituição (principalmente de menores), a falta de luz, de água, de escola, de assistência médico-sanitária, de estradas, de policiamento, de assistência religiosa nos novos bairros que iam surgindo em Natal (FERRARI, 1968, p. 52).

Voltando ao que refletíamos, já na década de 50, sofrendo ainda resquícios do que ocorrera anteriormente em função da guerra, a situação se agrava pelo contexto geral do país e pelo efeito da seca que, periodicamente, assola a região. Sabe-se que a Região Nordeste do Brasil está geograficamente situada numa área rica de recursos naturais, mas sofre, periodicamente, pela estiagem em grande parte do seu território.

Natal e cidades próximas, esquina do continente, possuem privilegiadas condições climáticas, mas não ficaram isentas dos problemas advindos da seca, visto que a cadeia produtora que supria a população em suas necessidades básicas estava condicionada à interação das várias fontes de

abastecimento, sobretudo a produção de alimentos, que requer fertilidade do solo sujeita às chuvas. Fazendo referência à Arquidiocese de Natal com as demais dioceses, consideremos que sua área abranja quase 53.000 km², o que requeria uma ingente missão a ser desenvolvida.

Em 1958, a população nordestina sofreu intensamente com uma seca histórica. O quadro social em toda região se agravou sobremaneira com a migração do camponês buscando sobreviver nas grandes cidades e, conseqüentemente, também em Natal. O inchaço populacional na capital provocou sérios problemas de difícil solução para a gerência governamental desprovida de vontade política para tal.

Na esperança de remediar as carências que já não se restringiam à área rural, pois também atingiam a urbana, a Igreja de Natal toma iniciativas pioneiras que chamaram a atenção de outras dioceses no Nordeste, no Brasil e no exterior.

1.6 CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS NA ARQUIDIOCESE DE NATAL

Dentre as importantes iniciativas na Arquidiocese, uma que colocamos em destaque é a presença de religiosas consagradas atuando, totalmente inseridas na vida do povo, numa área afastada do grande centro, da capital.

Religiosas já exerciam atividades em várias dioceses e paróquias no Rio Grande do Norte e se destacavam com elogiados reconhecimentos do episcopado. Entretanto, ainda que se voltassem para atender famílias carentes, suas contribuições ainda privilegiavam as classes bem favorecidas da sociedade, de acordo com as finalidades primeiras de suas fundações locais.

Se, do início do século XX até a Primeira Guerra Mundial, a Igreja de Roma acompanhava cuidadosamente a vida dos clérigos (Pio X), no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial a atenção se voltou para os leigos (Pio XI). Entretanto, após a Segunda Grande Guerra, ao lado de um intenso

trabalho de reconstrução das bases cristãs num mundo em ruínas, o Pontificado Romano voltou-se para os Religiosos.

Da Santa Sé, constantes recomendações foram emanadas para que se fizesse um trabalho de atualização nas Ordens e Instituições religiosas ante as necessidades e exigências próprias da época. No Brasil, uma das respostas a este apelo foi a criação da CRB com o intuito de, a exemplo da CNBB, contribuir para uma maior unificação de forças em vista da renovação pastoral.

Pode-se dizer que a fundação da CRB contribuiu para que também os institutos religiosos entrassem em clima de renovação, através de dois momentos: numa primeira etapa, foi dado destaque à necessidade de que os religiosos deixassem de atuar de forma isolada, tendo instrumento para um melhor conhecimento dos respectivos carismas e áreas específicas de atuação. Criavam-se dessa forma condições favoráveis para o desenvolvimento de tarefas conjuntas. Assim sendo, de modo semelhante aos bispos, também os religiosos podiam tornar mais eficiente sua presença apostólica no país (AZZI, 2008, p. 630).

Em 1955, o Rio Grande do Norte contava com 52 paróquias. Dessas, 44 estavam sob os cuidados de 44 padres seculares e 08 com sacerdotes religiosos³.

Até 1954, quando Dom Eugênio Sales foi sagrado bispo auxiliar, pela administração de Dom Marcolino Dantas, chegaram para a Diocese de Natal congregações religiosas sendo duas masculinas, Irmãos Maristas das Escolas (1930) e Sociedade de São Francisco de Sales – Salesianos – (1936) e cinco femininas, Filhas de Caridade São Vicente de Paulo (1936), Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho (1937)⁴, Irmãs Missionárias Carmelitas (1950), Filhas de Maria Auxiliadora – Salesianas – (1951) e Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (1953) (ARQUIDIOCESE DE NATAL, Arquivo eletrônico).

Outras congregações já faziam parte da estrutura arquidiocesana sendo três masculinas, Companhia de Jesus – Jesuítas – (1598), Franciscanos Menores Capuchinhos (1598/1938), Padres Carmelitas (1701) e três femininas, Congregação de Santa Doroteia do Brasil (1902), Instituto das Filhas de Santana

³ Cf. Revista Convergência, Ano I, Novembro de 1955, n. 5, p. 312.

⁴ MELO, Ir. Loreto, [s.d.], p. 283.

(1912) e Filhas do Amor Divino (1925) (ARQUIDIOCESE DE NATAL, Arquivo eletrônico).

As congregações religiosas femininas, que chegaram à Diocese no governo de Dom Marcolino Dantas, desenvolveram suas atividades em escolas (2), em hospital (1) e em paróquia (1). As que chegaram a convite de Bispos anteriores trabalhavam em escola (2) e hospital (1). No contexto cultural da época, a mulher ainda sofria resquícios de limitação no âmbito profissional (ARQUIDIOCESE DE NATAL, Arquivo eletrônico).

A sociedade colonial entendia que o lugar da mulher era o lar, e quando muito, poderia colaborar na assistência à saúde e educação das crianças e dos jovens. Apesar dos avanços que a mulher alcançou na sociedade de então, resquícios dessa ideia ainda perduravam no horizonte da sociedade, mesmo em meados do século XX.

Na lei orgânica do ensino secundário, promulgada em 9 de abril de 1942, encontram-se prescrições especiais para o ensino secundário feminino.

Após a promulgação da lei, a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo organizou um curso de emergência para a preparação de professoras de economia doméstica “sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde” (AZZI, 2008, p. 348).

A contribuição das congregações masculinas, ao longo do tempo, esteve vinculada à penúria da sociedade. Enquanto a dinâmica clerical sustentava a linha tradicional da Igreja ou seja, voltada para o culto, os religiosos masculinos, pelos seus carismas, avançavam no sentido de um apostolado que atendesse às necessidades sociais emergentes, convergindo suas atividades para as periferias.

Já as religiosas tiveram sua importância em função do desempenho junto às crianças, jovens e famílias de modo geral, no sentido de encaminhá-los a uma vida direcionada pelos princípios cristãos, seja pelo atendimento na saúde ou nas escolas.

A presença das congregações religiosas femininas na Arquidiocese de Natal sempre foi de grande apreço para as autoridades eclesiais locais considerando o esmero com que se voltavam para a observância das orientações diocesanas. Para elas predominava um apostolado voltado à

conservação de valores tradicionais seguindo orientações e diretrizes dos fundadores e combatendo o ensino leigo e protestante, sempre em consonância com os padrões de épocas anteriores (AZZI, 2008, p. 525-528).

Isso não significa dizer que os problemas sociais eram negligenciados ou invisíveis a membros pertencentes a essas congregações. Embora predominasse um apostolado conforme dito acima, sempre houve uma ação pastoral diferenciada, diretamente voltada para problemas sociais, que surgia pela sensibilidade de algum membro da comunidade religiosa tocado pela ação do Espírito Santo.

Das oito congregações femininas atuantes na Arquidiocese pouco se pode detalhar, em termos de atividades sociais, porque pouco foi publicado na mídia ou registrado internamente nos arquivos das congregações, até porque, se bem que existissem, eram atividades extras, não relacionadas com o propósito primordial da sua presença na Arquidiocese.

Quanto a isso vale salientar que, muitas das fundações no século XIX e início do século XX, além de constituírem parte da meta do episcopado brasileiro devido à separação entre Igreja e Estado, a sociedade estava sujeita à interferência do protestantismo que crescia em larga escala e, portanto, as escolas serviam de instrumento adequado para atender os objetivos do momento.

De certa forma, é preciso reconhecer que atuar na educação ou na saúde significa exercer um belo e causticante trabalho em benefício da sociedade que precisa equilibrar saúde física e mental/cultural, sem o que resulta em incerto o bem estar social.

Uma breve referência sobre a contribuição das congregações religiosas femininas na Arquidiocese de Natal precisa ser apresentada, embora não faça parte do objeto de estudo neste trabalho.

As Irmãs da Congregação de Santa Doroteia do Brasil foram as primeiras que chegaram a Natal, em 1902, graças ao pedido de Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, bispo da Paraíba, a cuja jurisdição eclesiástica pertencia o Estado do Rio Grande do Norte.

A intenção de Dom Adauto Miranda Henriques era criar um estabelecimento de ensino religioso também para as moças, por causa da rápida expansão do protestantismo. De Recife vieram as primeiras Irmãs que, de imediato, iniciaram as atividades educacionais. Ao longo do tempo e com o apoio de pessoas ilustres da cidade, o colégio que recebeu o nome de Colégio da Imaculada Conceição, se fez referência pela proposta educativa de evangelizar através da educação.

Figura 4: Cong. de Sta. Doroteia do Brasil



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

Em seguida vieram as Irmãs Filhas de Santana. O Instituto das Filhas de Santana foi fundado por Madre Rosa Gattorno, em 1866, na cidade de Piacenza, Itália. Em 1912, as Irmãs chegaram em Natal para trabalhar no Hospital das Clínicas. Somente alguns anos depois, iniciaram atividades educacionais com a criação do Colégio Maristela.

Figura 5: Cong. das Filhas de Santana



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

A Congregação das Filhas do Amor Divino tem sua origem na Áustria e foi fundada por Madre Francisca Lechner com o objetivo de proteger a mulher em suas dificuldades, de modo especial aquelas que buscavam, nas cidades grandes, um meio de sobrevivência. Muitas que chegavam da área rural eram exploradas e precisavam de apoio em todos os sentidos.

Figura 6: Cong. das Filhas do Amor Divino



Fonte: Arquivo pessoal

Chegaram ao Rio Grande do Norte em 1925 e se instalaram na cidade de Caicó. Posteriormente abriram escolas em Assú e em Natal. A educação e a evangelização das crianças e da juventude feminina foram parte das suas atividades. Com o sistema de internato atendiam, também, jovens da área rural. Com isto conquistaram apreço das famílias.

Em 1936 as Filhas de Caridade São Vicente de Paulo iniciaram um trabalho apostólico mais direcionado ao cuidado com os mais carentes, em Natal. A abertura do Patronato da Medalha Milagrosa teve como objetivo atender as famílias empobrecidas em suas necessidades básicas tais como o fornecimento de alimentos para uma semana, orientação médica, e em casos de doença grave, o conforto espiritual com a unção dos enfermos. 1936 as Filhas de Caridade São Vicente de Paulo iniciaram um trabalho apostólico mais direcionado ao cuidado com os mais carentes, em Natal. A abertura do Patronato da Medalha Milagrosa teve como objetivo atender as famílias empobrecidas em suas necessidades básicas tais como o fornecimento de alimentos para uma semana, orientação médica, e em casos de doença grave, o conforto espiritual com a unção dos enfermos.

Figura 7: Cong. das Filhas de Caridade São Vicente de Paulo



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

Mais tarde, passaram a acolher moças do interior do Estado que pretendiam completar seus estudos na capital e/ou assumir algum emprego. Algumas contribuíam com uma pequena mensalidade e as que não podiam eram aceitas em nome da caridade.

As Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho tiveram sua origem na cidade de Bom Conselho/PE em 1853, quando quatro jovens tomaram o hábito religioso. O missionário capuchinho, Frei Caetano de Messina, fundador da Congregação, sentiu-se tocado pela miséria material e espiritual do povoado, originalmente conhecido como Papacaça. O objetivo da fundação voltou-se para o “estabelecimento de um Colégio para o sexo feminino, para órfãs desvalidas”⁵. A convite de Dom Marcolino Dantas, bispo de Natal, em 1937, as Irmãs iniciaram suas atividades educacionais na cidade de Ceará-Mirim/RN com a fundação do Ginásio Santa Águeda.

Figura 8: Cong. das Franciscanas de N. S. do Bom Conselho



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

⁵ Arquivo da Congregação – Livro de Tombo nº 1, p. 3-4.

Em 1940, Dom Marcolino dirigiu-se ao povo de Nova Cruz/RN com as seguintes palavras:

O colégio católico numa paróquia é um índice de seu progresso moral e intelectual. Nova Cruz é um belo exemplo do que afirmo. Por iniciativa do Padre Rebouças de Moura, encorajado e, eficientemente, auxiliado pelas autoridades locais e pelo povo, vai ser fundado, em Nova Cruz, o “Colégio Nossa Senhora do Carmo”. A Freguesia, a comarca e o Município estão de parabéns.

Bato palmas a este sadio movimento de espiritualidade, cultura e patriotismo, E é com imenso prazer que nomeio a comissão para a fundação do colégio que espero em Deus nosso senhor, dará frutos magníficos, para o patrimônio espiritual de Nova Cruz e para a glória da Religião e da Pátria.

A direção do novo Colégio será confiada às Irmãs Terceiras Franciscanas, com tirocínio vitorioso, em diversas cidades do Estado de Pernambuco e na cidade de Ceará-Mirim⁶. (LIVRO de Tombo de NOVA CRUZ).

Dada a necessidade de acolher as Irmãs de Ceará Mirim e Nova Cruz que precisavam ir a Natal para estudos, tratamento de saúde ou para outros negócios, a ideia foi instituir uma atividade em Natal. Apoiadas pelo Governo Geral e pelo Sr. bispo Dom Marcolino, surgiu o Externado Nossa Senhora de Fátima em 1952. No ato da inauguração receberam palavras de estímulo e consideração da autoridade eclesiástica local.

As Missionárias Carmelitas são originárias de Recife, tendo sido fundadas pelo Frei catalão José Maria Casanova Magreti, em 1938. Em 1952, chegaram a Natal para assumirem a administração dos serviços internos da Policlínica do Alecrim. Nessa função dedicaram-se por 53 anos seguindo o carisma expresso no viver a fraternidade orante e estar disponível para a missão no meio dos pobres e excluídos da sociedade.

Figura 9: Cong. das Missionárias Carmelitas



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

⁶ Arquivo da Paróquia de Nova Cruz – Tombo 2, 44-45. Carta de Dom Marcolino.

Figura 10: Filhas de Maria Auxiliadora - Salesianas



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

As Filhas de Maria Auxiliadora – Salesianas – formam uma família religiosa que nasceu da diligência de Dom Bosco e de Maria Domingas Mazzarello pelas crianças. As Irmãs chegaram em Natal no ano de 1951. Desde sua chegada dedicam-se na missão de educadoras. Assim, contribuem na Arquidiocese formando a juventude nos princípios cristãos.

As Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC) iniciaram, em 1912, seus trabalhos na cidade de Mossoró atendendo ao pedido de Dom Joaquim Antônio de Almeida, bispo de Natal, que desejava uma instituição educacional destinada a meninas. A Congregação foi fundada em Lisboa, no dia 3 de maio de 1871, pela Madre Maria Clara do Menino Jesus e pelo Padre Raimundo dos Anjos Beirão, com o objetivo de glorificar a Deus pela prática da hospitalidade. Vieram de Portugal 6 (seis) religiosas que, acolhidas e apoiadas pela comunidade mossoroense, inauguraram o Colégio Sagrado Coração de Maria, atuante ainda hoje na região. Sem fugir ao foco das suas atividades, procurou favorecer melhorias de vida aos mais carentes através da fundação da Escola São Francisco que, de início, registrou a matrícula de 100 alunas em regime de gratuidade.

Figura 11: Cong. das Franciscanas Hospitaleiras



Fonte: Cúria Arquidiocesana de Natal

Na década seguinte (1920), em função de uma grande seca na região, acolheram, em suas dependências, os flagelados e os prepararam para a 1ª Eucaristia. Além dos cursos básicos, ofereceram, ainda naquela década, cursos profissionalizantes como o Curso Comercial e outros de datilografia, pintura, desenho, música e trabalhos manuais.

Esse breve relato permite considerar que, embora as congregações religiosas femininas tenham atuado no âmbito limitado da educação e da saúde, estavam, na sua época, atendendo as necessidades da sociedade como tal. Como instituições privilegiavam os objetivos fundacionais.

A instituição católica apostou na educação das classes dirigentes e centrou nelas o melhor de seus esforços na certeza de que, através delas, encontraria um canal adequado para influir na construção da sociedade (AZZI, 2008, p. 108).

Convergingo todas as atenções para as atividades missionárias que, tradicionalmente, vinham desempenhando, as religiosas encontravam ali, no que faziam, um campo vasto e suficiente para seus apostolados. Toda uma visão cultural proveniente da época colonial referente à educação feminina e da formação advinda das origens fundacionais das congregações que, em sua grande maioria, era europeia, justifica esta distância dos problemas sociais enfrentados pela população, em especial a população rural.

Contudo, deve-se reconhecer, à medida que a sociedade evoluía, cultural e tecnologicamente, as demandas começavam a tomar rumos alheios ao universo vivenciado pelas Irmãs. As atividades isoladas que se voltavam para o aspecto social propriamente dito – realizado por algumas das Irmãs – revelavam o despertar para uma atualização das obras que, nem sempre, foram ampliando seus campos de ação.

1.7 NOVA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA PARA UMA INSERÇÃO SOCIAL

Ocorre que o cenário, já descortinado, de uma sociedade em crescente desigualdade de condições para uma vida digna, na qual os direitos básicos de saúde, educação, moradia era gritante, fez eco e caminhos foram buscados.

A Arquidiocese de Natal, através de Dom Eugênio Sales, consciente da amplitude do problema e, mais ainda, consciente de que para cada situação é preciso um específico expediente, diagnosticou e intuiu ser mais eficaz recorrer à colaboração de uma Congregação religiosa, com experiência em serviço social, para iniciar uma ação totalmente inserida no meio popular em uma de suas paróquias.

Das congregações que já atuavam na Diocese, como visto anteriormente, nenhuma estava inserida no meio popular. Embora tivessem em seus objetivos olhar e ajudar os mais necessitados, faziam-no sem uma estrutura adequada ao que se fazia necessário na visão de Dom Eugênio. Instaladas em

áreas nobres da cidade e desenvolvendo suas habilidades mais diretamente com a burguesia, acreditavam estar atendendo às necessidades da Igreja preparando jovens e crianças para no futuro exercerem dignamente suas profissões sendo exemplo de bons cristãos.

As palavras de Dom Eugênio mostram que apesar do esforço, algo ainda precisava ser feito para que esse serviço estivesse efetivamente integrado aos objetivos da Diocese numa visão de abrangência maior.

Na região, a Igreja tem um grande número de escolas dirigidas por ordens religiosas. Apesar de todo o seu trabalho, muitas vezes não estão realmente promovendo a vida cristã dos seus alunos. Estamos fazendo um grande esforço agora para transformar as escolas em verdadeiras comunidades, envolvendo alunos, professores e pais. Nós sentimos que essas comunidades podem ter uma força extraordinária para a formação religiosa dos alunos, para preparar os futuros líderes cristãos (SANTANA, 2015, p. 76).

Esta declaração, em absoluto, desmerece, pelo Sr. Arcebispo, o trabalho desenvolvido pelas congregações estabelecidas em Natal. Apenas evidencia a necessidade de um trabalho mais específico junto aos mais excluídos que estavam em Nísia Floresta. Em sua concepção, fazia-se necessário estabelecer uma nova forma de trabalho, uma experiência ainda não exercida na Igreja Católica, que se resumia a entregar a religiosas, a administração de uma paróquia sem padre residente.

Para concretização dessa experiência, Dom Eugênio dirigiu o convite às Missionárias de Jesus Crucificado que, aceitando o desafio, iniciaram suas atividades ali, em Nísia Floresta, em 1963, período de grandes acontecimentos marcantes na história do nosso país.

2 UM ESPAÇO SOCIAL ORGANIZANDO EMPREENDIMENTOS

Ainda na década de 50, em Natal, a condição de vida de muitos camponeses nordestinos, e habitantes da periferia na cidade, tornou-se preocupação para algumas lideranças eclesiais. Nos anos que se seguiram, em sintonia de ideais, voluntários com diversas aptidões técnicas uniram-se a essas lideranças, numa ação multifacetada, buscando alternativa de vida saudável para todos. Daí, surgiu o movimento que ficou conhecido como “Movimento de Natal”.

2.1 RAIAR DE NOVOS TEMPOS

O início dos anos 60 foi um tempo de efervescência político-social com amplos debates, sobretudo com a questão das reformas: agrária, educacional, da previdência, da política, e a Igreja do Brasil deu sua contribuição como entidade que, por princípio, visa ao bem social do ser humano.

A Igreja do Brasil, estruturada desde o ano de 1952 na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a primeira em todo mundo a se organizar, com expressiva liderança de Dom Helder Câmara, percebia o clamor pelas mudanças sociais como expressão dos valores evangélicos. As Reformas de Base receberam apoio explícito do Episcopado, a ponto de designar vários Bispos para percorrerem o país promovendo estudos e debates sobre esses temas (SANTANA, 2015, p. 178).

Como sinalizamos no capítulo anterior, a Igreja começara sua investida em favor da classe sofrida e, no Nordeste, essas reformas, além de necessárias, precisavam fazer parte da consciência da população, a fim de que todos contribuíssem como protagonistas e beneficiários do processo.

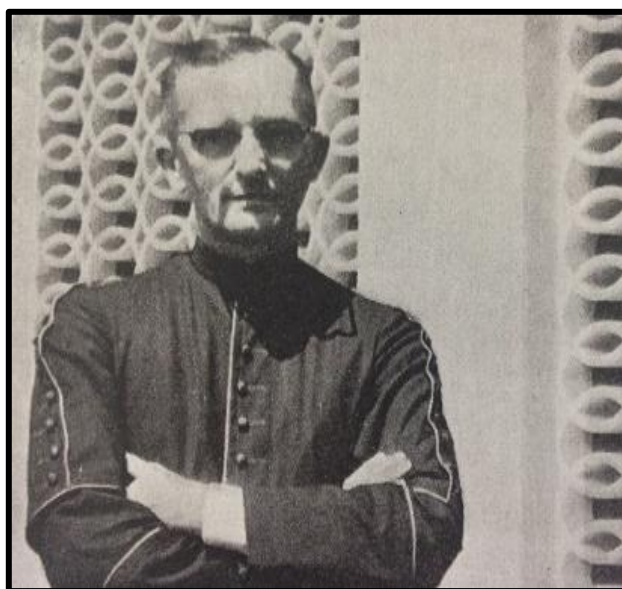
Famílias da área urbana, e sobretudo da rural, precisavam resgatar sua dignidade e cidadania e, nessa luta, a figura de Dom Eugênio Sales merece destaque especial porque, como agente inspirador de uma diferenciada dinâmica pastoral na Arquidiocese de Natal, imprimiu marcas indelévels neste período em que a história registra benéficas e surpreendentes inovações.

Desde os tempos de jovem, Pe. Eugênio sentiu-se tocado pelos problemas de ordem social e, ao ser instituído Diretor Espiritual do Seminário

Menor, em Natal, iniciou, em 1945, um trabalho de formação da Juventude Masculina Católica (JMC). Meses depois, por ocasião da I Semana Diocesana de Ação Católica, realizada em Natal, temas como “a cooperação da Ação Católica nas obras sociais” foram tratados (FERRARI, 1968, p. 58).

Vivia-se um tempo marcado pelo final da II Grande Guerra com o retorno dos americanos aos EUA, deixando a cidade dilatada com bairros novos, e sérios problemas daí decorrentes, conforme já mencionado.

Figura 12: Dom Eugênio de Araújo Sales



Fonte: COLLARD. Is.d.l. p.60.

Tendo como companheiro de ideais o Pe. Nivaldo Monte, um planejamento foi logo colocado em prática com a colaboração de leigos da Ação Católica. Assim, sutilmente, teve início o que, posteriormente, ficou conhecido como “o Movimento de Natal”. Na fase urbana do Movimento, os jovens da JMC e as jovens da Juventude Feminina Católica (JFC) eram liderados por Pe. Eugênio e Pe. Nivaldo, respectivamente.

A JFC, com seu líder, dedicou-se à organização da Escola de Serviço Social enquanto que a JMC, com Pe. Eugênio, dava continuidade ao trabalho de assistência religiosa aos presidiários, agora com novas características, ou seja, de Assistência Social Penitenciária (ASP).

Com o decorrer das atividades, novas situações preocupantes eram percebidas e soluções iam sendo encontradas ampliando, assim, a ação dos grupos.

Nas necessidades urgentes de uma cidade que vivia uma fase de verdadeira inchação demográfica e no despreparo e morosidade dos Poderes Públicos em fazer face à nova situação, está o motivo principal da ação direta da Igreja no campo social e do conseqüente surto de obras sociais nos anos de 1945 a 1965, que caracterizam o que denominamos de FASE URBANA do Movimento (FERRARI, 1968, p. 66).

No Carrasco, bairro extremo da cidade, na então Vila dos Pobres, uma escola foi estabelecida numa casinha adquirida por Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), graças a uma campanha de garrafas vazias, organizada pelos rapazes da Juventude Estudantil Católica (JEC) e jovens da JFC. Três anos depois a escola teve seu prédio construído com um anexo que funcionou como ambulatório. Assim, nasceu a primeira escola e o primeiro serviço médico do bairro, na Escola-Ambulatório Matias Moreira.

Em 1958, para essa comunidade, seria inaugurado um Centro Social. Por tão relevantes serviços à localidade, a Câmara Municipal de Natal, aos 18 de dezembro de 1956, concedeu o título de Cidadão Honorífico da Cidade a Dom Eugênio e aprovou o Projeto-Lei que transferia o antigo nome da Vila dos Pobres para Vila Dom Eugênio (FERRARI, 1968, p. 61).

Figura 13: Militantes da JAC em estrada para Pium-RN



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 54.

Importante ressaltar que a Ação Católica foi o instrumento sem o qual o Movimento de Natal não seria o que realmente foi. Iniciada durante o governo de Dom Marcolino Dantas, a Ação Católica adquiriu uma performance de conotação social quando, a partir de 1945, foi liderada por alguns dos seus assistentes. O apoio que antes lhes era conferido restringia-se ao preparo de um

Catecismo para ser utilizado nos apostolados em escolas, fábricas, e bairros, porque Dom Marcolino, pela sua formação, não priorizava os problemas sociais.

Sua principal preocupação era a formação do clero e a difusão dos princípios católicos, fato expresso pelas iniciativas de trazer congregações religiosas para atuarem em escolas e hospitais. Isso, no entanto, ficou relativizado por permitir que seus assistentes exercessem, na Diocese, ações de caráter social em consonância com o espiritual.

É em função desta abertura que se torna possível elencar nomes que se destacaram pelo zelo e acompanhamento dos trabalhos no início do Movimento. Assim temos que, a partir da constatação de que alguma coisa precisava ser feita, Cônego Luiz Gonzaga do Monte, Mons. Paulo Herôncio de Melo, Dom Manoel Tavares, Mons. Pedro Moura, Mons. Expedito de Medeiros, não se acomodaram e, dentro de suas possibilidades, realizaram ações em favor do social em suas áreas de atuação. O grito calado de uma população sem vez e sem voz pode, enfim, ser ouvido.

2.2 O MUNDO DO CAMPONÊS NORDESTINO

Reportando-nos aos meados do século XX, um dos grandes problemas da população era a seca. Além do fato de que as chuvas, na região em geral, não ultrapassavam a média de 300 milímetros por ano, ocorria que tratava-se de um fenômeno irregular. Num período de estiagem prolongada, com mais de um ano sem chuva, a suficiente produção dos alimentos não acontecia.

Acontece que o problema maior consistia nem tanto nas estiagens, mas, de modo específico, na falta de habilidade do camponês em lidar com essa realidade. Pelo despreparo técnico, problemas se agravavam até mesmo quando a estiagem não era tão violenta.

A consequência disso era a inevitável fome. Bastava a percepção de que a estação das chuvas não traria o que era necessário à lavoura, e o medo já se espalhava entre os camponeses. Aquilo que o governo providenciava para suprir a crise era sempre insuficiente e administrado de forma desorganizada,

muitas vezes favorecendo oportunidade para a exploração de alguns em benefício próprio, seja para enriquecimento ou para aumentar seu poder político.

Uma das saídas encontradas pelo homem do campo era migrar para outras terras, buscando, na capital do Estado, ou mesmo no Sudeste do país, uma forma de sobrevivência. O que fazer para segurar o homem no seu chão? Essa era uma questão que precisava ser solucionada sem a pretensão de coibir o direito de ir e vir das pessoas. A preocupação era oferecer a esse homem a liberdade de ir ou ficar segundo sua vontade própria.

Num relato do próprio Dom Eugênio, a respeito da vida da família rural, tem-se um quadro verdadeiramente inquestionável, digno de fé e endossado por quem teve oportunidade de percorrer e observar a vida do trabalhador braçal, conhecido como “alugado”, “boia fria” nas fazendas.

A família típica dos pobres, e devo lembrar que abrange cerca de 80% da nossa gente, vive em uma pequena casa de taipa. Em muitos casos, há apenas um único cômodo. O piso é de terra batida. As famílias são grandes, podendo chegar a 10 ou 15 pessoas que habitam na mesma casa de um só quarto. E como tanta gente consegue dormir em um espaço tão pequeno? Pendurando redes por toda a casa, em diferentes ângulos e alturas.

Durante a estação seca, mesmo em anos de chuva regular, percebe-se o povo emagrecendo (SANTANA, 2015, p. 26).

Continuando, o modo de vida dessas famílias, que viviam como “moradores”, era de insegurança porque não tendo a propriedade da casa e do terreno, a qualquer momento poderia ser colocado para fora sem qualquer tipo de direito. Essa situação remete a uma vida de dependência quase que total, em relação ao patrão, dono da propriedade.

O ganho pelo trabalho realizado variava de acordo com o que era estabelecido pelo patrão. Nesse cenário, todos da família com idade acima de 10 anos, precisavam dar sua quota de serviço para que a renda melhorasse um pouco. Em consequência, a escola saía da rotina das crianças, o que ampliava o número de analfabetos.

Esse quadro é profundamente perturbador, injusto. E mudar não é fácil, pois o proprietário está em posição favorável, já que a lei funciona para ele. Quando o pobre trabalhador se vê diante da ameaça de expulsão, encontra-se sem saída. Sente-se como um animal desprezado. E nem sabe que existe outra vida

possível, sem as dores que está vivendo (SANTANA, 2015, p. 27).

O nível de educação nas populações pobres entrava em choque com o que retratavam as estatísticas do censo. Para efeito desses dados, os considerados alfabetizados eram todos que sabiam desenhar o nome num papel.

Na verdade não sabiam ler, nem escrever. Muito menos interpretar. E, nessa situação vivia a maioria dos pobres na área rural e até mesmo nas periferias dos centros maiores. Esse analfabetismo velado tornava-se um grande empecilho para mudanças das estruturas sociais.

Temos claro que uma pessoa sem os devidos conhecimentos não consegue participar ativamente da vida política da sua sociedade. Acrescenta-se que, nessas condições, por ser considerado alfabetizado e ter o direito adquirido, o voto era, muitas vezes, o “voto de cabresto”, ou seja, aquele indicado pelo patrão que orientava segundo suas intenções. Como afirmou Dom Eugênio,

alfabetização e ensino básico são essenciais para as massas pobres poderem assumir o seu próprio destino. Sem educação não há como conquistar a independência, porque só por meio dela se obtém o poder necessário para organizar pressões por uma sociedade mais justa. Assim que essas pessoas aprendem a ler e escrever, um novo mundo se abre. A educação básica proporciona novas possibilidades e novas esperanças. Na verdade, dar educação é como restituir a visão ao cego. (SANTANA, 2015, p. 31).

Em se tratando de saúde, no período que abrange a realidade em pauta, o que se tem registrado pela pesquisa de Ferrari (1968) era algo altamente preocupante, que reclamava atitude urgente apesar das dificuldades operacionais. Segundo o autor, das 365 famílias por ele pesquisadas em 8 comunidades, 85 dispunham de privadas. Algumas de tijolo com fossa e outras de palha, sem fossa, tendo apenas uma proteção contra olhares alheios.

A água disponível para a população interiorana era proveniente de rios, barreiros, açudes ou lagoas. Sabe-se que, nesses locais, é costume as pessoas lavarem roupa, tomarem banho, darem de beber a animais e essas práticas concorrem para que a água fique imprópria para o consumo humano. O resultado verificado era um alto índice de verminose (FERRARI, 1968, p. 122-125).

Esse problema não estava restrito às áreas rurais. Também em Natal a mortalidade infantil chegava a 38% de todos os recém-nascidos antes de atingirem a idade de um ano. A má nutrição foi causa de outras doenças, tais como tuberculose. Em entrevista, assim se expressou Dom Eugênio:

Outro fator causador de doenças e mortalidade é a falta de saneamento básico. As águas do abastecimento público são em muitos casos contaminadas, constituindo grave ameaça à saúde pública. Dou-lhe um exemplo: em Touros, cidade rural em minha diocese estima-se que 90% da população local esteja contaminada com esquistossomose, transmitida pela água (SANTANA, 2015, p. 30).

Muito poderia ainda ser acrescentado para configurar o cenário de vida com os problemas que muitos dos nordestinos enfrentavam. O que foi acima apresentado corresponde a uma amostra para justificar as ações do movimento iniciado pela Igreja, em Natal.

Caberia ao governo, porque a ele compete, providenciar formas para solucionar todos esses problemas. Entretanto, na visão de Dom Eugênio, quando o governo por um motivo ou outro não atende a população como deveria, cabe à Igreja agir porque “se a mensagem do Evangelho transforma a alma, também produz repercussão no corpo”.

Entre essas realidades temporais, não se pode deixar de salientar com ênfase especial a atividade política. Esta abraça um vasto campo desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis (LIBÂNIO, 1979, p. 251).

Assim, cabe ao cristão contribuir com os necessitados e cabe à Igreja, como instituição, convocar, preparar, formar leigos para atuarem nesse terreno.

2.3 SINTONIA DE IDEAIS

Se na primeira metade do século XX o governo solicitava a colaboração da Igreja para evitar o agravamento da crise via reformas sociais, na segunda metade a Igreja se aproximou do governo, através do Ministério da Agricultura, buscando essas reformas, ainda que mantendo um espírito conservador.

Em Pernambuco e na Paraíba a luta conduzida por Francisco Julião seguia uma linha socialista nos moldes de Cuba. O Rio Grande do Norte enfrentou o problema de então com outra perspectiva de atuação, em total consonância com a doutrina social da Igreja.

Sob o estímulo das lideranças leigas, a partir de 1950 se observa uma maior abertura de bispos e padres com relação às questões sociais do país; mesmo assim, o atendimento a essas necessidades apresenta-se com frequência como forma de contraponto ao avanço dos comunistas e socialistas (AZZI, 2008, p. 352).

Até agora somente um pouco da realidade vivida pelos pobres em Natal e cidades circunvizinhas foi mencionada, mas já é o suficiente para introduzir um perfil das intenções e do pensamento de Dom Eugênio em seu trabalho social na liderança de ações concretas para uma mudança de mentalidade e de atitudes, em vista de uma justiça social.

Não se trata, aqui, de louvores à pessoa de um bispo, mas a tentativa de desvendar motivações que o impulsionaram em ingente tarefa. Considerado, dentro e fora da Igreja, como uma pessoa conservadora, surpreende-nos quando expõe propósitos numa luta imaginada ideológica, posicionando-se como representante da Igreja.

Quero deixar bem claro que a posição da Igreja não é negativa. Nossa preocupação não é a luta contra o comunismo. A Igreja faz pregação de reformas sociais. Queremos construir uma sociedade melhor no Brasil. É um esforço construtivo, repito. Isso é muitas vezes incompreendido. Certamente a Igreja condena veementemente o comunismo. Condena-o fortemente, assim como o capitalismo liberal. Mas nossa preocupação não é primordialmente a de fazer condenações. Pelo contrário, queremos estabelecer e concretizar, na prática, uma doutrina social positiva. Acreditamos ser essa a melhor maneira de impedir o crescimento da influência do comunismo e o entrincheiramento da ordem liberal capitalista injusta. É o que queremos para que se dê aos homens uma alternativa de vida possível que conduza a uma ordem social igualitária e mais justa (SANTANA, 2015, p. 48).

Realizar um trabalho que conduza a uma ordem social igualitária e mais justa, oportunizando a todos uma alternativa de vida saudável é, indiscutivelmente, um trabalho que não se começa partindo de uma espécie de projeto já antecipadamente elaborado, com as ações previstas e articuladas, tendo um roteiro determinado e um final estabelecido. Além do mais, ninguém o

realiza sozinho. Um trabalho com essas características só pode ser concretizado em conjunto, em colaboração, em consenso, em sintonia de ideais.

Tudo foi começando aos poucos, paulatinamente, seguindo a ordem natural dos acontecimentos e das percepções que chamavam a atenção das pessoas mais sensíveis e dispostas a doarem-se como forma de retribuir o dom da vida, suscitando vida para outros.

Já fizemos uma referência sobre as origens do Movimento de Natal quando abordamos o trabalho de jovens da JMC e da JFC, especificamente na assistência religiosa e social a presidiários em Natal, na organização da Escola de Serviço Social e nas ações em Morro Branco e Carrasco, bairros de periferia.

Embora seja citado que cinco foram os primeiros sacerdotes colaboradores de Dom Eugênio, apenas quatro nomes são mencionados deixando, segundo Pe. A. Collard em seu livro sobre o Movimento, que o anonimato de um serviu como “um jeito” delicado, que permitia a muitos se incluírem entre esses primeiros (FERRARI, 1968, p. 70).

Assim, temos Dom Eugênio como o líder assessorado por Dom Manoel Tavares, então pároco de Angicos, posteriormente bispo de Caicó; Dom Nivaldo Monte, na época bispo de Aracaju; Monsenhor Exedito Sobral de Medeiros, vigário atuante da Paróquia-piloto de São Paulo do Potengi; e Monsenhor Pedro Rebouças de Moura, pároco de Nova Cruz e fundador das Irmãs de Santa Gema Galgani (FERRARI, 1968, p. 69). Nessa lacuna, talvez proposital, abre-se o espaço para algum outro nome se colocar como participante nesse pioneiro exercício de cidadania e evangelização.

É importante ressaltar que a forte característica do Movimento de Natal baseia-se na visão de que evangelizar não se restringe a catequisar, atrair fieis à Missa, ministrar sacramentos. Sua particularidade consiste na compreensão de que a pessoa precisa ser olhada e atendida em todas as suas necessidades. Com esse entendimento, a ação apostólica não se torna completa se a atenção do evangelizador se volta apenas para uma das necessidades do ser humano. Para os envolvidos nessa dinâmica, a vida espiritual se fortalece quando consegue visualizar caminhos de solução para seus problemas (CLOIN, 1962, p. 455).

Isso significa dizer que a ação social, desenvolvida em favor do carente, seja na área urbana, seja na rural, estava conjugada com a evangelização. É por esse motivo que, sem que se possa precisar, no quadro de pessoas envolvidas, mais de duas centenas de voluntários doaram parte de seu tempo e de seus conhecimentos fazendo com que os objetivos fossem, em grande parte, atingidos. Eram leigos já com formação acadêmica concluída ou em processo, como vários da Faculdade de Serviço Social, que se uniam a Religiosas, pela consciência de suas responsabilidades na vida da Igreja.

Quem analisa a vida da Igreja de fins do século passado até nossos dias, tem a impressão de um enorme organismo que, passado um período de torpor, se põe de novo em movimento.

De fato, “Movimento” é a palavra que mais ecoa na vida cristã hodierna: movimento bíblico, movimento litúrgico, movimento ecumênico, movimentos de ação católica e de laicato, movimento por um mundo melhor.

A vida cristã do século XX, apresenta um dinamismo como poucas épocas da história.

Nunca, talvez, o laicato tomou tão firme consciência de suas responsabilidades dentro da vida eclesial (AZZI, 1962, p. 262).

Desde o final do século passado, a Igreja se apresentava em uma fase de renovação, requerendo maiores compenetração das obrigações de vida moral, intensidade da vida apostólica e vivência da piedade litúrgica (AZZI, 1962, p. 295).

2.3.1 O Serviço de Assistência Rural (SAR)

À medida que o grupo procurava solucionar questões na capital, ia concluindo que parte de tais problemas eram consequência das condições de vida no meio rural. Foram surgindo, então, questionamentos sobre o que poderia e/ou deveria ser feito, ainda que já existissem ações isoladas no interior, voltadas para a resolução dos seus problemas.

Podemos dizer que o ponto de partida, propriamente dito, do Movimento se deu com a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), pelo grupo da Juventude Masculina Católica. O período de 1948 a 1949 foi de organização para o estabelecimento do SAR, que se deu aos 23 de outubro de

1950, quando urgia a preparação da I Semana Rural no Estado. Para tanto, o grupo contava com uma máquina de escrever emprestada, um bureau, um local e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Nessas condições, as ações a serem realizadas eram eleitas em função dos recursos disponíveis.

A I Semana Rural foi um momento de informação, conscientização, reflexão a partir dos dados levantados numa pesquisa, e realizada a título de colaboração por Otávio Nóbrega – concluinte da Escola de Serviço Social. Essa pesquisa retratou a necessidade de estudarem melhor o problema de assistência técnica e sanitária além das outras questões como a alimentação, os métodos agrícolas, a escola sem alunos etc. Aquela I Semana contou com a participação de representantes das três Dioceses do Estado, estando presentes sacerdotes, professores, fazendeiros, trabalhadores rurais e todos os Chefes de Serviços Públicos atuantes na área rural. Como resultado, uma das decisões foi constituir uma Missão Rural ambulante que, percorrendo várias cidades do Estado, levasse energia e disposição para mudanças.

Visando ao bem estar das comunidades rurais, essa equipe de profissionais voluntários ia a diversas localidades dando assistência de um dia com palestras sobre saúde, escola, técnicas agropecuárias e oferecendo atendimento médico e extração de dentes. Cerca de 110 visitas a diversos povoados do interior do Estado foram registradas por Ferrari.

O SAR continuou organizando Semanas Ruralistas e Missões Rurais como espaços dinâmicos e favoráveis para levar informações e promover mudanças, porque o homem esclarecido se torna capaz de optar, de direcionar sua vida e minimizar as questões sociais existentes.

Figura 14: Encontro de padres, religiosos e leigos de vários estados do Nordeste, em Ponta Negra, para partilharem experiências.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 104.

Além de ter inspirado a Missão Rural, as Semanas Rurais contribuíram bastante para o trabalho do SAR no sentido de trazer conhecimento mais científico dos problemas através do contato com técnicos representantes de vários órgãos governamentais. Desses encontros foi que surgiu a Carta Pastoral dos Bispos do Rio Grande do Norte sobre o problema rural no Estado.

Se no início eram seis os sacerdotes envolvidos com a questão (FERRARI, 1968, p. 70), após a I Semana Rural, vários outros membros do clero se achegaram aos encontros mensais em Ponta Negra, que passaram a ser um dia de retiro espiritual e de busca de soluções para os problemas do meio rural (FERRARI, 1968, p. 74).

2.3.2 As Escolas Radiofônicas

Dando continuidade ao processo inovador de evangelização voltado para o mais carente, surgiram as Escolas Radiofônicas, de grande repercussão em todo o Rio Grande do Norte. A ideia surgiu após uma viagem de Dom Eugênio por alguns países da América Latina, ocasião que conheceu o trabalho de Monsenhor Salcedo, Bispo na Colômbia. Retornando ao Brasil, como presidente do SAR e diretor presidente da Emissora de Educação Rural, viu a possibilidade de incrementar e estimular o processo de educação nas comunidades rurais com essa experiência.

Reconhecidamente, utilizar esse instrumento de comunicação foi uma estratégia ímpar no processo de dinamização do evangelizar concatenado à conscientização do povo. O alcance da mensagem radiofônica em nada se assemelha em comparação a outros meios de transmissão dos conteúdos.

O alvo da dinâmica pedagógica era tanto a alfabetização quanto a educação de base. A alfabetização de jovens e adultos que a Diocese de Natal ofereceu através das Escolas Radiofônicas foi, no Brasil, a primeira experiência em educação de base pelo rádio. Com essa experiência buscava a integração entre a comunidade rural e a sociedade em geral.

O funcionamento das aulas acontecia com a participação de três elementos fundamentais: uma professora locutora, a monitora e os alunos. A professora locutora, profissional da área de educação, do estúdio da Emissora de Educação Rural, transmitia o conteúdo que era captado pela monitora e os alunos em seus receptores especiais. Em seguida a monitora, utilizando quadro, giz, cartazes e cartilhas orientava os alunos, esclarecendo sobre as tarefas a serem desenvolvidas. Essa monitora devia ser uma pessoa alfabetizada, voluntária, envolvida com a comunidade e indicada pelo vigário local ou por um dos líderes comunitários.

Figura 15: Uma escola radiofônica em funcionamento.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 65.

As aulas versavam sobre higiene familiar, agricultura, tratamento de animais, culinária, princípios cooperativos, cidadania, além do ler e escrever. Afora acompanhar o aluno, de acordo com as orientações da professora locutora, a monitora era responsável pela matrícula dos alunos, pela organização do ambiente das aulas e pelo envio, para o SAR, do relatório demonstrativo da frequência desses alunos.

Os alunos, parte dos 70% de analfabetos no Estado, eram trabalhadores rurais que residiam em sítios ou fazendas numa faixa etária que variava entre adolescentes e idosos. A maioria entre 17 a 25 anos de idade. Ao final dos períodos letivos o SAR enviava as provas que seriam aplicadas pelas monitoras.

Essa experiência, implantada pela Diocese de Natal, reforça a importância da atuação da Igreja Católica no que tange ao reconhecimento de que as necessidades e os direitos do ser humano se sobrepõem a qualquer outro valor que possa ser reivindicado na sociedade.

Figura 16: Grupo de Monitores e Monitoras das Escolas Radiofônicas, ao final de uma sessão de treinamento, segurando o receptor que lhes foi confiado.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 63.

2.3.3 Treinamento de líderes

Desde o início dos trabalhos, a equipe do SAR percebeu a necessidade de capacitar agentes das comunidades para acompanhar de perto o desenvolvimento das ações. Com a colaboração da Escola de Serviço Social, veio a ideia de um treinamento para despertar lideranças e, em Jundiá, em 1952, foi realizado o primeiro treinamento de líderes rurais.

Nesse primeiro curso os temas tratados foram sobre paróquia, comunidade, escola, família. Antes de finalizar o curso um debate foi realizado sobre os problemas de cada município com o objetivo de ser elaborado um planejamento de ação.

Para os organizadores era importante que os participantes se descobrissem como pessoas humanas dotadas de inteligência, com direito à realização pessoal e com uma vocação missionária; que despertassem para a

consciência de sua responsabilidade pela comunidade como cidadãos e membros de Igreja; e que entendessem que precisavam agir em grupos para atingirem os objetivos propostos.

Figura 17: Treinamento de líderes para os Sindicatos Rurais.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 70.

De início, na comunidade, houve uma certa dificuldade para colocarem em prática o que fora planejado, mas, com a intensificação dos cursos, em termos de maior duração e ênfase nas técnicas de grupo, os resultados tornaram-se mais gratificantes.

O apoio financeiro para o primeiro curso veio de algumas Instituições e das Paróquias que enviavam os cursistas. Um convênio, firmado depois, facilitou a execução dos treinamentos posteriores.

Durante o 1º treinamento promovido pelo SAR, esteve em Natal o Dr. José Artur Rios, o qual, apenas regressando dos Estados Unidos, fora nomeado Coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural. Ouvindo falar do trabalho realizado no Rio Grande do Norte quis ver pessoalmente o que lá se estava realizando. Foi nessa ocasião que o próprio Coordenador da CNER ofereceu ao SAR um convênio que foi firmado no Rio aos dezesseis de maio de 1952, pelo qual o CNER se comprometia a dar assistência técnica e financeira para o projeto do Centro de Treinamento e para o Programa das Missões Rurais (FERRARI, 1968, p. 79-80)⁷.

⁷ CNER – Campanha Nacional de Educação Rural.

Os treinamentos multiplicaram-se no meio rural, assim como os Clubes de Jovens, de Mães, Agrícolas e Juvenis. Em consequência, vieram cursos de corte e costura, bordado, arte culinária, indústrias rurais caseiras. Também foram organizadas campanhas de saúde e de frequência à escola; experiências sobre criação de galinhas, hortas caseiras, combate a formigas e lagartas; atividades recreativas que aconteciam não só no povoado, mas nos sítios e fazendas.

A característica do líder rural era a de alguém do meio com potencial de influência, voluntário, inovador, democrático, solidário e missionário para que, atingindo outros membros da comunidade, fizesse crescer o número de envolvidos nos projetos (FERRARI, 1968, p. 80-81).

2.3.4 Setor de cooperativismo e de artesanato

A filosofia do modelo cooperativista une crescimento econômico e bem-estar social. Com o sistema de adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos sócios, contribui para a geração de empregos e, conseqüentemente, para a melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas. Conhecendo a importância do cooperativismo para o desenvolvimento, uma das iniciativas de vulto, como parte das atividades do Movimento de Natal, foi a criação de Cooperativas. Além do mais, tratava-se de uma ferramenta de combate à exclusão social e empoderamento da comunidade.

Outras cooperativas já funcionavam na região e para que a experiência da Igreja fosse bem sucedida, o SAR, também neste setor, estruturou treinamentos de líderes para que, além de desenvolverem um espírito cooperativista, pudessem adquirir capacidade técnica para administrá-las. Para tanto, no período de 1956 a meados de 1966, foram realizados 14 treinamentos, 8 cursos noturnos em bairros da capital, 151 palestras, 12 estágios, 23 programas radiofônicos, 4 encontros com dirigentes e sócios de cooperativas e 253 viagens para organização, supervisão ou assessorias (FERRARI, 1968, p. 42).

Em 1966, além do que já foi mencionado acima, aconteceram 68 reuniões com sócios. Algumas com visitas de supervisão, contatos com diretorias no interior, orientação a membros para assumirem trabalhos de tesouraria e 1 dia de estudo para a fundação da Cooperativa Central (FERRARI, 1968, p. 142-143).

A fundação dessa Cooperativa deu-se em julho desse mesmo ano, tornando-se filiadas a ela as Cooperativas: Arquidiocesana de Natal, as Populares Mistas de Nísia Floresta, Surubajé e Santana do Matos, e as Agrícolas Mistas do Espírito Santo, Várzea e Pium.

Figura 18: Trabalho artesanal - confecção de bolsa em fibra de sisal.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 73.

Algumas atingiram resultados surpreendentes como a Arquidiocesana de Natal e a de Crédito de Santana do Matos. Outras tiveram bom desempenho sendo que a Popular Mista de Surubajé, a mais antiga, por falta de capitalização teve pouco desenvolvimento. Nem todas tiveram o acompanhamento necessário, fato que se justifica pela exaustão do trabalho exercido por apenas 6 membros do setor: uma coordenadora, duas educadoras cooperativistas, dois técnicos em contabilidade e uma secretária (FERRARI, 1968, p. 142-144).

Também os artesanatos tiveram atenção semelhante às que foram prestadas ao setor cooperativista. Os treinamentos, entre 1959 e 1965,

chegaram ao número de 33, atingindo cerca de 450 participantes. A grande maioria ocorreu no interior, com duração que variava entre 5 dias a três semanas.

Ao ser criada a Cooperativa dos Produtores Artesanais do Litoral Agreste (COPALA) em 1963, das 450 artesãs, 60 se associaram. No ano seguinte o número de sócias aumentou para 429 e atingiu, em 1966, a quantidade de 680. Nesse período, o capital social inicial, que não chegava a 100 mil cruzeiros, foi crescendo ano a ano, atingindo o valor de 4,1 milhões (FERRARI, 1968, p. 145).

A matéria prima utilizada provinha do local, e entre outros estavam o algodão, o sisal e a palha de carnaúba com o que confeccionavam sacolas, tapetes, rendas etc. O poder aquisitivo das cooperadas foi muito gratificante e, comparando com o salário de outras categorias, dava-lhes robustez e elevação da autoestima.

2.3.5 Sindicalismo rural

O que estava movendo as ações da Arquidiocese de Natal era, sobretudo, a busca de caminhos novos num projeto político-ideológico em consonância com a Doutrina Social da Igreja contrária, por sua vez, ao comunismo e ao capitalismo selvagem.

A via encontrada para as mudanças, embora conservasse uma estrutura capitalista de produção e integração com autoridades governamentais, consistia num trabalho de organização das comunidades sob o acompanhamento de um líder comunitário, unido a técnicos e intelectuais que seguissem as diretrizes traçadas pela Igreja.

A ideia surgiu da proposta de Julieta Calazans, uma assistente social especializada em sindicatos (PAIVA, 1992, p. 155-156). Para colocar em prática este projeto, a Arquidiocese fez uso da estrutura que vinha atuando através do SAR e criou, em 1960, o movimento sindicalista rural (FERRARI, 1968, p. 91). Sua primeira investida resumiu-se em incutir, na classe trabalhadora do campo,

a importância de conhecer sua realidade social, a visão de mundo e de trabalho integrado.

A estratégia adotada, desde o início, foi preparar, entre os trabalhadores, pessoas-chave, para assumirem a liderança do sindicato. Segundo Dom Eugênio, "Julieta e o departamento organizado no SAR não se dedicaram simplesmente à organização de sindicatos, como tal" (SANTANA, 2015, p. 109). A função da equipe do SAR se resumia em formar cristãos que pudessem exercer influência nos sindicatos com visão orientada pela Doutrina Social da Igreja.

O primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, ocorrido em maio de 1961, reivindicava uma série de benefícios para os trabalhadores.

Continuando sua expansão, o movimento sindicalista, atuando integralmente à Ação Católica, em especial à JAC, realizou "I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte", de 22 a 24 de maio de 1961, em Natal, comemorando, inclusive, o 1º aniversário do Congresso Mundial da JAC. Teve como objetivo a *"promoção do homem do campo pela **união da classe**, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja e leis de nossa Pátria"* (apud CALAZANS, 1983, p. 20). Grifo original.

Esse Congresso delinea as diretrizes da Igreja para a sindicalização rural, destacando-se o "legalismo" presente nos documentos do Congresso, a partir dos objetivos acima citados: **promoção do homem do campo**, porém, **dentro das leis de nossa Pátria**.

Nas conclusões e sugestões finais, no tocante à legislação trabalhista, reivindicam sua aplicação ao campo. Pedem, por exemplo, a ampliação do salário mínimo rural, a efetivação da reforma agrária "segundo os princípios cristãos", realização do contrato individual de trabalho entre proprietários e trabalhadores rurais etc. (PAIVA, 1992, p. 162). Grifo original.

O movimento sindical cresceu, impulsionando a criação de outros no Nordeste, atingindo a quantidade de 38 sindicatos, em 1962, enquanto 91 aguardavam o necessário reconhecimento. Em pouco mais de 4 anos, a adesão de sindicalistas subiu para 45 mil, o que indica uma intensa mudança de mentalidade.

Com o desenrolar dos fatos, problemas surgiram entre patrões e empregados, cada um lutando pelo que julgava ser mais conveniente para si. Conforme afirmou Dom Eugênio,

houve uma forte tendência de associar o sindicalismo com o comunismo e perseguir os trabalhadores que se envolviam com os sindicatos. Em casos frequentes, se insurgiram fortemente contra os sindicatos e estenderam sua reação contra a Igreja, seus bispos e padres.

Em algumas paróquias, os sacerdotes, juntamente com os trabalhadores, receberam ameaças, mas mantiveram seu apoio aos mais fracos. Esse é um dos aspectos dramáticos do movimento sindical (SANTANA, 2015, p. 110).

Figura19: Reunião local de membros de um sindicato rural.



Fonte: COLLARD, [s.d.], p. 71.

O sindicalismo se fortaleceu e começou a tomar posições, afastando-se, aos poucos, do SAR. Com o golpe de Estado de 1964, muitos dos sindicatos fecharam e outros enfraqueceram. Apesar da independência em relação ao SAR, naqueles que permaneceram ativos, a influência dos assessores católicos continuou, direcionando suas atividades pautadas na Doutrina Social da Igreja (PAIVA, 1992).

O sindicalismo rural no Estado estava começando a caminhar com "os próprios pés". Entretanto, o aprofundamento da crise política brasileira e a radicalização da luta de classes engendrou o golpe de Estado de 1964, pondo um fim nas lutas dos trabalhadores, daquele período. Só restaram prisões, processos, perseguições.

Entretanto, apesar da movimentação que criou, das lutas contra as injustiças e pelos direitos dos trabalhadores do campo, o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte não ultrapassou os limites de uma atuação reformista e legalista, embora tenha assumido posições radicais de luta, notadamente nos momentos de crise. A influência dos assessores católicos e o direcionamento de suas atividades pautadas na Doutrina Social da Igreja foram uma barreira que conteve o movimento (p. 175).

2.3.6 Participação social da mulher

Considerando a época em que nos detemos neste estudo, é natural que os agrupamentos de caráter sindicalista ou cooperativista tivessem, entre seus afiliados, a predominância de pessoas do sexo masculino. De modo geral, a mulher se dedicava mais às atividades caseiras e, no Nordeste, esse quadro é mais acentuado pela cultura fortemente machista, herança da própria história colonialista. O que se observa é que o SAR encontrou, de modo especial nos Clubes de Mães e de Jovens, espaço para incutir nas mulheres a iniciativa de participação em outras atividades além das caseiras, religiosas e de educação.

Registros mostram que, nos Centros Sociais, nos Clubes Agrícolas, na JAC, nas Cooperativas de Artesanato, nas Escolas Radiofônicas (grupos primários), a presença da mulher se igualava ou superava a dos homens (FERRARI, 1968, p. 179-180).

Sobretudo nas comunidades interioranas, independentemente do trabalho do SAR, a mulher já desempenhava um papel de fundamental importância. Assim, atraí-las para uma atuação em âmbito mais comunitário era questão de estratégia. Politizar seria o caminho a ser percorrido e foi isso que o SAR realizou.

Do ponto de vista de desenvolvimento de comunidade (pelo menos, de pequenas comunidades rurais), parece-nos de extrema importância o fato de o SAR haver ampliado a função social da mulher ou de lhe haver atribuído novos papéis sociais na comunidade: o nível de instrução é mais elevado entre as mulheres, e são precisamente elas que têm mais tempo disponível. Não teria, por conseguinte, a mulher um papel de destaque no desenvolvimento de comunidades do tipo que analisamos? (FERRARI, 1968, p. 180).

2.4 O MOVIMENTO DE NATAL

Muito já se escreveu, no Brasil e no exterior, sobre as ações do Movimento de Natal. Ainda que estas ações não tenham sido totalmente inéditas, se as considerarmos, uma a uma, isoladamente, vale a observação de que em

todo o seu conjunto, seu desenvolvimento mereceu e ainda merece destaque por terem sido realizadas dentro de um especial período, em uma mesma Diocese, com um único espírito de unidade.

Alguém poderia dizer que, em outros locais, estas ou aquelas experiências aconteceram anteriormente e isso seria uma verdade. Nesse estudo temos o exemplo das escolas radiofônicas que foram inspiradas na iniciativa do Monsenhor Salcedo, bispo da Colômbia. Sindicatos e cooperativas também já funcionavam em algum lugar.

É muito natural que experiências bem sucedidas em determinado local, sejam copiadas em outras localidades, principalmente quando uma equipe trabalha liderada por alguém que valoriza cada participante e oportuniza que outras ideias, que não a sua, sejam postas em prática. Com isso pretendemos dizer que a pessoa de Dom Eugênio, como líder do Movimento, teve um desempenho altamente democrático, permitindo que todos de sua equipe se sentissem empoderados, tal qual procuravam despertar nas famílias empobrecidas do Nordeste esse empoderamento.

A liderança por ele exercida foi a mola propulsora de todo um trabalho que nunca aconteceria se estivesse numa coordenação imperiosa. Apontar caminhos e acompanhar os caminhantes foi o segredo do sucesso de um trabalho em que todos, voluntários e remunerados, se sentiram parte ou figura indispensável na realização dos objetivos propostos.

Seria muita pretensão dizer que tudo ocorreu na mais perfeita organização, sem problemas, e que todos os objetivos foram atingidos. Em se tratando de ação comunitária sempre existe a possibilidade de contratemplos, indefinições, conflitos e, no que se refere aos sindicatos, por exemplo, os problemas foram mais visíveis.

Não foi fácil contornar os choques entre empregados e patrões nos momentos de discordância. Apesar do impulso das cooperativas, nem sempre o resultado financeiro agradou, seja por deslizamentos de administração, seja pela produção inadequada ou, ainda, por falta de matéria prima, por vezes em consequência de fatores climáticos da região. O importante, entretanto, é o diagnóstico que confere um percentual positivo a todo o processo de execução.

Vale ressaltar que toda e qualquer inovação se depara com aplausos e reprovações. A audácia do posicionamento de alguns diante de certas circunstâncias inspira também, em outros, argumentos que contrariam a lógica de quem se posiciona no enfrentamento dos problemas.

As inspirações são várias e fogem ao controle de quem pretende interpretá-las e/ou defini-las. Muitas vezes a acomodação, o medo de enfrentar forças adversárias paralisam pessoas de boas intenções e em defesa própria formulam justificativas sob o véu das instituições. Controvérsias fizeram parte do processo mas não esmoreceram o entusiasmo dos líderes.

Para relatar todo o desempenho do Movimento de Natal seria necessário discorrer um número sem fim de laudas pois o conteúdo não se esgotaria em um único livro. Também esse não é o foco deste estudo. Aqui, importa uma breve referência a um momento histórico em que a Igreja não se furtou em contribuir para minimizar as dificuldades sofridas pelo homem do campo, e da periferia das cidades, num processo que, saindo do assistencialismo, galgou patamares de dignificar a pessoa humana como cidadão e missionário.

Do Movimento de Natal surgiram várias atividades que atingem o País inteiro. A sindicalização rural no Brasil começou praticamente em Natal e conseguiu despertar a mesma sindicalização através de todo o Brasil. Toda a Educação de Base pelo rádio teve início também no Movimento de Natal, e hoje há um convênio do Governo Federal para toda a área menos desenvolvida do País. Outra atividade que vai se espalhando é o trabalho de politização, dando consciência ao homem de sua dignidade e fazendo-o raciocinar tornando-se assim independente. A CNBB, após a experiência do Secretariado Regional do Nordeste, dividiu o País em sete Regiões com Plano de Emergência. O Secretariado do Nordeste é parte integrante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e não do Movimento de Natal (SALES, Revista da CRB, Ano X, n. 105, março/64, p. 133).

Crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, tiveram a oportunidade de mudar de vida através da conscientização, do reconhecimento do seu devido valor, tendo a sua disposição meios de transformar o mundo ao seu redor e o seu próprio mundo.

O Movimento de Natal chamou a atenção de personalidades de vários países. Incontáveis são os que visitaram não só a sede, mas os lugares onde

o fenômeno acontecia porque queriam conhecer e para tal precisavam ver de perto, comprovar, aprender com aquela gente que passou da acomodação para a luta por melhores dias.

Se antes a conformidade reinava, deixando inerte aquela gente, os estudos atuais empreendidos conduzem à percepção de que era por não terem a consciência de que o mundo em que viviam era resultado do que faziam dele e para ele. Assim também acontece na vida de cada um. Ser protagonista e não entregar a outrem o que lhe compete fazer – eis o legado que o SAR deixou, através dos trabalhos empreendidos sob a liderança de Dom Eugênio e companheiros do clero, auxiliados por pessoal técnico.

O trabalho estava iniciado, mas um longo caminho ainda precisava ser percorrido. Os limites da atuação precisavam ser expandidos. Enquanto outras dioceses, inspiradas nesse trabalho, iniciavam suas experiências, muito ainda precisava ser feito na Arquidiocese de Natal.

Os leigos estavam sendo preparados e começavam a assumir seu papel na comunidade. Mas, para atingir toda extensão do Estado e chegar a cada cidadão do campo, era preciso um contingente maior de pessoas ligadas diretamente à Igreja para acompanharem de perto o processo de conscientização de novas comunidades.

Como conduzir um trabalho que tende a se expandir, mas que exige um dinamismo intenso e exigente? Em todo o Brasil o número de sacerdotes era reduzido, ou melhor, insuficiente para atender todas as paróquias. No Rio Grande do Norte, até 1963, estavam instaladas 60 paróquias e muitas não tinham pároco residente.

A Igreja despertava para a consciência acerca da participação do leigo e a Arquidiocese de Natal valeu-se dessa força para dar andamento às atividades do Movimento que objetivava despertar o homem do campo para o seu protagonismo. Também as religiosas fazem parte desse múnus sacerdotal já pelo batismo, reafirmado pela própria consagração.

Dom Eugênio observou o número de religiosas no Brasil e, reconhecendo a importância da atuação que exerciam em seus apostolados, viu ali a possibilidade de uma experiência emergencial para o momento. Segundo

ele, na América Latina o número de religiosas superava o de sacerdotes e muitas Irmãs atuavam em funções que não influenciavam o destino do continente. Na época, centenas de paróquias não possuíam vigários residentes e as Irmãs poderiam assumir as atividades que não fossem estritamente reservadas aos sacerdotes, como ministrar os sacramentos da Eucaristia e da Confissão.

A valorização da mulher em termos profissionais, que por séculos não era devidamente reconhecida na família, na sociedade e até mesmo na Igreja, ganhava um grau a mais no seu conceito. Para a Arquidiocese de Natal, além do trabalho das religiosas ser um trabalho de dedicação exclusiva, tinha a favor o perfil de voluntariado e, assim, de pouco investimento a ser implantado.

A ideia tomou corpo e a solicitação foi dirigida às Missionárias de Jesus Crucificado que, aceitando o convite, enviou quatro religiosas para se integrarem no Movimento como Vigárias Paroquiais, especificamente na cidade de Nísia Floresta.

Ao discorrermos, neste capítulo, sobre as atividades do Movimento de Natal, nossa intenção foi a de destacá-lo como um movimento que trouxe um dinamismo diferenciado dos demais já existentes.

Vimos que, já do início, foi bastante diversificado. Envolveu-se com os problemas de reforma agrária, migração, cooperativas, escolas radiofônicas, politização, saúde; criou o Secretariado Regional do Nordeste inspirando a criação de outros em várias dioceses do Brasil; inspirou a criação da SUDENE no governo de Juscelino e serviu de base para a elaboração do Plano de Pastoral de Emergência, solicitado pelo Papa João XXIII. Tudo isso com a participação de bispos, padres, religiosos e leigos.

Dentre esses colaboradores no Movimento de Natal, interessa-nos estudar a atuação das religiosas Missionárias de Jesus Crucificado nessa experiência, e é o que desenvolveremos no capítulo seguinte.

3 UM ESPAÇO SOCIAL VIVENDO UM EMPREENDIMENTO

A experiência piloto de vigárias paroquiais, exercida primeiramente em Nísia Floresta, atraiu a atenção de pessoas no mundo inteiro, tornando-se um marco na história da Igreja. Considerando a pessoa humana em todas as suas dimensões, físicas, materiais e espirituais, as missionárias de Jesus Crucificado, em total sintonia com as diretrizes da Arquidiocese de Natal, realizaram, em parceria com o vigário dominical e o povo, uma evangelização voltada para o resgate da dignidade de muitos que viviam em pobreza extrema. A mudança ocorrida na cidade e nos povoados é, ainda hoje, ressaltada.

3.1 AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO

A Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado tem sua origem em Campinas. Tudo começou com o fervor apostólico da jovem Maria Villac que, pelo dom de saber ouvir e saber orientar, atraía jovens que a procuravam para, juntas, meditarem o mistério da Paixão de Jesus e realizarem algum apostolado com pessoas pobres e necessitadas. A devoção particular da jovem voltava-se para a pessoa e o mistério de Jesus Crucificado.

Para comemorar a sexta-feira santa de 1922, Maria, com o pequeno grupo que já se formara, resolveu celebrar a solenidade com um encontro de oração na capela das Irmãs Dominicanas. Esse acontecimento atraiu mais jovens para o grupo que passou a se reunir no segundo domingo de cada mês, tendo como diretor espiritual, o Padre Domingos Giovannini (SDB).

Novo passo foi dado quando decidiram elaborar um pequeno regulamento para que houvesse, na espiritualidade do grupo, uma mística e uma prática mais coordenada. O regulamento foi apresentado ao Bispo, Dom Francisco de Campos Barreto, que o aprovou fazendo nascer a “Associação das Missionárias de Jesus Crucificado”.

O grupo funcionava com organização e, entre os membros, circulavam “Folhinhas Mensais” com orientações e orações próprias para os temas desenvolvidos nos encontros.

Figura 20: Maria Villac.



Fonte: Arquivo MJC

Dom Barreto, sempre atento e percebendo a atuação das jovens associadas, em determinado momento, solicitou de Maria Villac um serviço apostólico de grande necessidade na Diocese: catecismo e visitas familiares nos bairros de periferia onde faltavam catequistas, pois eram serviços que exigiam maiores sacrifícios.

Maria Villac fazia diferença em sua cidade e, aceitando o desafio proposto, com suas companheiras direcionou o grupo para essa nova atividade, colocando nas mãos do Crucificado o futuro que ali despontava.

Com a experiência adquirida, o grupo fez florescer novos centros de catecismo sendo 15 em bairros afastados de Campinas e 3 em povoados vizinhos.

Dom Barreto continuou acompanhando e incentivando os trabalhos apostólicos do grupo que ganhou repercussão na cidade ao encerrar suas atividades de 1924, com uma numerosa primeira comunhão de crianças e adultos. Os jornais locais divulgaram amplamente o acontecido, despertando,

inclusive, a opinião pública. Meses depois, a Associação das Missionárias de Jesus Crucificado teve, oficialmente, sua primeira diretoria constituída sob a presidência de Maria Villac.

A ação missionária cresceu e, em 1926, quando o orientador foi transferido para São Paulo, o próprio Dom Barreto assumiu a direção da Associação que contava com 364 moças e senhoras.

3.1.1 Fundação do Instituto

Ainda que não fosse intenção de Dom Barreto fundar uma congregação, ao conhecer, na Europa, religiosas com vestes seculares, sentiu que com o grupo de Maria Villac isto poderia se concretizar em sua Diocese. Chamou-a, propôs a fundação e ela, Maria, prometeu refletir sobre o caso. Após rezar bastante e consultar seu diretor espiritual, Padre Domingos Giovannini, deu seu sim a Dom Barreto. Assim, em 1928, formou-se o grupo das primeiras religiosas Missionárias de Jesus Crucificado.

Um detalhe que diferenciava essa fundação de outras Congregações Religiosas, era o uso do hábito religioso no convento e o traje secular ao sair para o apostolado. Sobre isso, assim se expressa D. Barreto:

Que coisa bem diferente fazem as senhoras em relação a outras religiosas! Trocam suas vestes e, atendendo à falta de sacerdotes, vão em busca dos mais necessitados. Esta mudança de vestes facilita o seu apostolado, dando-lhes ocasião de entrar mais facilmente em contato com o povo que procuram ganhar para Jesus Crucificado (05 de janeiro de 1931).

Esta “novidade”: traje a secular, sair de casa mesmo à noite, visitar famílias, ir à casa dos mais necessitados, catequizar também os homens, fez com que as Missionárias nem sempre fossem aceitas como religiosas por outras Congregações (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 66).

Pelas palavras do fundador, vê-se que, desde sua origem, as Missionárias de Jesus Crucificado procuram atender as necessidades das pessoas onde quer que haja carências. Torna-se fácil entender, assim, a disponibilidade e a pronta aceitação ao convite para uma inserção em Nísia Floresta.

Figura 21: Primeiras Missionárias com Dom Barreto.



Fonte: Arquivo MJC

Como particularidade da fundação, diferenciando-a das demais congregações femininas, destaca-se a inclusão de jovens negras e/ou filhas ilegítimas formando, assim, dois grupos, ou seja, o sistema de coristas (Irmãs de cor branca, originárias de família socialmente bem posicionadas para exercerem missão na sociedade) e oblatas (Irmãs negras ou brancas sem estudos ou provenientes de famílias sem influência social, para exercerem tarefas domésticas).

Figura 22: Primeiras Missionárias Oblatas.



Fonte: Arquivo MJC.

Outra característica fundacional refere-se ao objetivo principal da Congregação voltado, particularmente, para o apostolado direto. Com essa visão, toda e qualquer obra criada teria apenas a finalidade de prover a comunidade sem que prejudicasse o fim primeiro que era o apostolado. Segundo Dom Barreto, “a Casa Missionária que não tem apostolado é uma Casa falha” (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 81).

Seguindo essas normas, as Missionárias exerciam um variado apostolado voltado, sobretudo, para operários, motoristas, estivadores, engraxates etc. Em pouco tempo a Congregação se expandiu em número de membros e em locais de atuação. No primeiro ano de fundação 30 jovens tornaram-se Missionárias. Em 5 anos de existência somavam 176 em 10 casas. Em 10 anos eram 358 em 22 casas.

Madre Maria Villac, sempre atenta, impulsionava a Congregação chamando a atenção das Missionárias para revisarem momentos históricos da fundação, destacando o Carisma e a Mística originais. Passados 10 anos de atividades, atualiza os trajes em uso, prepara os membros para a descentralização da Congregação através da divisão em Províncias e trabalha para a unificação das classes: coristas e oblatas; expande as obras da Congregação criando Escolas de Serviço Social; incentiva as Irmãs para o apostolado levando-as a matricularem-se em cursos variados, de todos os níveis.

O mundo moderno, com suas exigências, já pedia que as religiosas aprofundassem sua cultura e as Missionárias, então, aderiram a esse chamado que se ajustava aos conselhos dos fundadores quanto ao estarem preparadas para o desafio dos tempos.

Dom Barreto assim se expressou:

As Missionárias devem estudar sempre. A ciência está sempre em evolução (02 de setembro de 1937).

Seria bom que as Irmãs estudassem Filosofia, Sociologia, Economia, Política, etc. Que uma ou outra Missionária siga esses cursos para o bem do Instituto é bom (07 de julho de 1938) (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 185).

Por um longo tempo o Instituto continuou crescendo em vocações e, em 1963, período da experiência em Nísia Floresta, 2.135 Missionárias exerciam

seus apostolados em 123 casas espalhadas pelo Brasil e no exterior. A recomendação da Madre Maria Villac era “anunciem que o Senhor libertou o seu povo, proclamando isto com voz de júbilo” (CRESCENTI, 1980, p. 68).

3.1.2 Vivenciando novos tempos

A Igreja, como a grande educadora, alertava e conclamava os cristãos a um retorno às fontes originais, numa renovação de frescor apostólico em que clero, religiosos e leigos refletissem a imagem de uma Igreja mais simples e presente, dialogando com o mundo contemporâneo. O Concílio Vaticano II foi convocado (1959) e teve início em janeiro de 1962, em Roma, na perspectiva de tratar sobre a abertura da Igreja ao mundo moderno, e à unidade dos cristãos.

A repercussão e a acolhida das propostas conciliares foram entusiasmantes, pois respondiam a questões importantes do momento: igualdade dos povos no exercício dos seus direitos e deveres, a defesa da família e o compromisso com o social.

As Missionárias de Jesus Crucificado, assim como Irmãs de outras Congregações religiosas, acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos que o Concílio Vaticano II provocava no meio eclesial na América Latina e, de modo especial, no Brasil. A tônica era estarem inteiradas do que lhes competia realizar para que o reflorescimento da fé atingisse cada um dos filhos de Deus a elas confiados.

Todas as oportunidades deveriam ser aproveitadas para que o acompanhamento do caminhar fosse unido e frutificasse positivamente. Os estudos dos documentos que emergiam do Concílio iam inspirando novas formas de ação sugeridas pela CNBB e acolhidas pelos agentes do clero, religiosos e leigos. Nesse item, as Missionárias de Jesus Crucificado foram atentas em seus “deveres de casa”. Cada documento lançado recebia atenção especial porque iluminava as ações no sentido de atualização e adequação à pastoral assumida.

Toda a Igreja estava mobilizada em busca de *aggiornamento* (atualização). O Terceiro Mundo, mundo subdesenvolvido, começava a ser

olhado com mais atenção, fruto da Encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio* (Desenvolvimento dos povos). Dezesete bispos desse “terceiro mundo”, numa iniciativa surpreendente, convocaram pessoas e povos a uma luta pela justiça como condição para a paz. Desses bispos, oito eram do Brasil. D. Helder Câmara, D. Severino Mariano de Aguiar, D. Francisco de Mesquita, D. Manoel Pereira da Costa, D. Antonio Batista Fragoso, do Nordeste. De outras regiões, D. David Picão, D. João Batista da Motta Albuquerque e D. Luis Gonzaga Fernandes (DOMEZI, 2015).

O Brasil, país de terceiro mundo, tinha na Região Nordeste sua configuração mais acentuada de subdesenvolvimento. Justifica-se, então, um despertar mais caloroso, nessa região, pela busca de soluções em favor dos mais pobres. Nesse sentido, a Arquidiocese de Natal já se apresentava em diligente atividade pastoral. A dinâmica de educação através das Escolas Radiofônicas, disseminadas por esta Arquidiocese, inspirou a CNBB a estabelecer parceria com o Governo Federal para a ampliação do Movimento de Educação de Base (MEB) que já operava em alguns pontos do país sob a liderança da Igreja. O projeto do MEB apoiava a participação do trabalhador urbano e rural nos assuntos que lhes eram cabíveis.

A Encíclica *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra) contribuiu fortemente na Igreja do Brasil, sobretudo para as reformas aplicadas pelo MEB, pela Ação Católica Operária (ACO) e pelo sindicalismo rural. Para estruturar todo esse aparato, a CNBB elaborou, em 1962, o “Plano de Emergência” (PE) que em sua amplitude repercutiu na reforma em paróquias, no ministério sacerdotal e na educação católica, convocando todos a uma Pastoral de Conjunto. Acrescenta-se, ainda, a atuação no meio rural através, da formação de líderes e a Educação de Base.

A Encíclica *Pacem in terris* (Paz entre os povos) também teve sua influência, contribuindo para uma participação mais ativa e ostensiva na luta por uma mudança sócio-política que incitava a presença do laicato nesta investida. O foco era a condição de subdesenvolvimento do país.

Vale salientar que, mais tarde, essas atuações na América Latina, e no Brasil de modo especial, foram enriquecidas pelos Documentos de Medellín (Colômbia) e Puebla (México). Medellín destacou a opção preferencial pelos

pobres⁸, a leitura crítica da realidade ao caracterizar situações de injustiça social como violência institucionalizada⁹, e reconheceu as comunidades de base como local propício para que a Igreja, no papel de educadora, mostrasse a importância de uma efetiva participação do leigo na vida política do país. Puebla deu continuidade a Medellín, ressaltando essa participação ativa dos leigos, seja na militância política, seja na vida da Igreja¹⁰ e recomenda uma espiritualidade coerente, capaz de fazê-los encontrar o Senhor presente nas realidades temporais¹¹.

Em relação à Vida Religiosa, no Capítulo VI da Constituição Dogmática sobre a Igreja, a *Lumen Gentium* (a Luz dos Povos), o Concílio sugeriu revisões posteriores para uma atualização aos novos tempos.

A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, tocada pelo sentimento de pertença, procurando adequar-se a esse espírito conciliar para fazer do seu apostolado uma expressão viva da renovação tão necessária e tão solicitada pelo Santo Padre, estruturou três departamentos na sua organização:

- Estados de Perfeição (para reafervoramento da Vida Religiosa);
- Catequético e Apostolado em Geral (Catequese, Organização e Dinamização dos trabalhos apostólicos da Congregação);
- Educação (orientação para os trabalhos das Irmãs como educadoras em escolas ou em seu variado apostolado).

Os três departamentos tinham “como função, informar, orientar e colaborar com as Províncias e as casas do Instituto, a fim de que realizassem plenamente a finalidade de sua fundação” (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 168-169).

A consciência de serem religiosas consagradas estimulava a coordenação do Governo Geral a ir sempre mais adiante e, para isto, fazia-se necessário mais investimentos internos. Por esse motivo, outros departamentos

⁸ CELAM. Conclusões de Medellín. Pobreza da Igreja. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 146, n. III, 8.

⁹ Id. Paz, p. 31.

¹⁰ CELAM. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Documento de Puebla. São Paulo: Edições Loyola, 1982, n. 777-849, p. 249-260.

¹¹ Id. n. 796-799, p. 252-253.

foram, posteriormente, criados como o de “História e Espírito do Instituto” e o de “Promoção de Vocações Missionárias”.

Através do Boletim, órgão de circulação interna, a Madre Villac assim se dirigiu às Irmãs: “A Igreja é imutável, porém não é imóvel! É imutável nos seus princípios, mas não imóvel nos seus métodos e processos” (NOSSA HISTÓRIA, [s.d.], p. 169). Suas palavras indicavam a necessidade de continuada atualização dos departamentos em vista de uma solidez das obras e expansão do apostolado, preservando a unidade na condução dos trabalhos dentro da linha do PE do Episcopado nacional¹².

Com essa compreensão, foram organizados estudos, encontros, conferências para que as Irmãs se atualizassem acerca dos problemas sociais existentes e quais eram as indicações da Igreja no sentido de solucioná-los, seguindo os preceitos cristãos.

Em 1963, fazendo crescer essa compreensão, foi criado o Centro de Formação Estudos e Planejamentos (CEFESP) para proporcionar um aperfeiçoamento nos campos espiritual, intelectual e apostólico. Depois de um curso por correspondência sobre a Doutrina Social da Igreja, preparado por uma das missionárias, professora da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Serviço Social de Campinas, e dirigido a todas as Irmãs da Congregação, o CEFESP promoveu outros cursos tendo sempre a preocupação de estarem em sintonia com o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) e o PE, propostos pela CNBB para todo o Brasil.

Toda a Congregação foi atingida, não só pelos cursos e encontros, mas por meio de materiais elaborados para reflexão, debates, cursos por correspondência, etc. Os Noviciados tiveram especial atenção do CEFESP, sendo atingidos através dos seus Departamentos que chegaram a 15: Vocações e Formação Religiosa – Formação dos fiéis (catequese) – Apostolado em Geral – Liturgia e Arte Sacra – Bíblico – Cultura Religiosa (Fé e Moral) – Opinião pública – Educação e Ensino – Serviço e Assistência Social – Formação Cultural e Artística – Assistência à Saúde – Educação Familiar e Educação Doméstica – Estatística e Pesquisa – Administração e Finanças – Jurídico (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 170).

¹² Cf. “Cor Unum”, Set/Out 1963, Ano XXIV, n° 9 e 10, p. 3-5.

A Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, pela sua origem, caracteriza-se por uma renovação apostólica dentro da Igreja, e isso fica claro quando observamos os aspectos inovadores já citados acima. Constatamos que os sinais externos, tais como a veste secular, por exemplo, não significam tanto quanto os que foram trabalhados na perspectiva de atualização constante dos seus membros com o objetivo de fazer chegar aos mais carentes a mensagem de Jesus.

Apesar da sua intrínseca dinâmica de renovação, do esforço para estar em sintonia com os passos da hierarquia eclesial, nem sempre foi fácil coordenar os caminhos numa unidade de pensamentos e de aprovação por parte de algumas Irmãs. Alguns aspectos não eram apreciados e, após a morte de Dom Barreto, surgiram manifestações que causaram grandes preocupações à Madre Villac.

Destacamos, aqui, o fato de que o fundador mantinha uma postura de atendimento às necessidades contemporâneas da sociedade e, por isso, recomendava o uso de trajes seculares para que as Irmãs não se distinguissem das demais pessoas apenas pelo traje. Além disso, no seu entendimento, sem o hábito religioso as pessoas se aproximariam mais facilmente e a comunicação e o apostolado seriam facilitados. Outro fator de realce era o modo aberto que ele assumia na orientação para unificar as duas classes de Irmãs que havia na Congregação – as oblatas e as coristas. Com o tempo, o clima de insatisfação, sobretudo causado pela unificação das classes, foi-se expandindo, tomando espaço entre as Irmãs até que, anos mais tarde, configurou-se numa crise dolorida com marcas profundas na história da Congregação.

Apesar das dificuldades que são inerentes a toda e qualquer instituição, as missionárias continuavam a distribuir alegria e entusiasmo cristão e os meios utilizados eram sempre inovadores. Cantando, encantavam muitos jovens pelas composições musicais e discos com mensagens evangélicas.

Na época, pouco se fazia em termos de evangelização através da música. As canções, compostas pelas missionárias, tendo em alguns casos a parceria de leigos, tomaram conta do Brasil e chegaram à Itália, Bélgica, Alemanha, África, Líbano, Canadá e Estados Unidos (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 177-178).

A repercussão dessa forma de evangelização levou-as, em 1964, ao programa “Noite de Gala”, da TV Rio, Canal 13, com comprovada aceitação dos telespectadores, haja vista os pedidos de reapresentação.

Também na renovação litúrgica as Missionárias deram significativa contribuição. Em Campinas, a Comissão Arquidiocesana de Liturgia, Música e Arte Sacra (CALMAS), antecipava-se ao que sugeriria o Documento Conciliar *Sacrossanctum Concilium* (O Sagrado Concílio), sobre Liturgia, e promovia cursos de agentes para as equipes locais.

Nesse trabalho, uma das missionárias compôs, entre outros, o hino “Com a Igreja subiremos ao altar do Senhor” muito apreciado em todo Brasil. Cursos de música pastoral e formação litúrgica foram, por elas, organizados para as Irmãs de Congregação e também para catequistas das Arquidioceses de Campinas e Fortaleza.

Ligado a esse tema, mas direcionado para a espiritualidade das Irmãs, uma das missionárias percorreu todas as sedes das Províncias, aprofundando a Palavra de Deus e esclarecendo o modo de como rezar a Liturgia das Horas em vernáculo, em substituição ao antigo Ofício Divino que Irmãs de várias Congregações rezavam em latim.

Além desses cursos, uma atenção especial foi dada ao aprofundamento da Catequese e Antropologia Pastoral que, segundo registra documentação interna do Instituto, trouxe muitos benefícios à Congregação. “Muitos dos Encontros foram abertos para religiosas de outras Congregações”¹³ (NOSSA HISTÓRIA, [s.a.], [s.d.], p. 180).

Em rápidas pinceladas, apresentamos o perfil da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado no empenho de envidar esforços para responder aos apelos da Igreja, que precisava de instrumentos humanos preparados, alegres e disponíveis para ajudar os que estavam crucificados no hoje da história.

¹³ Depoimento Missão n° 71, conservado no Arquivo da História da Congregação.

3.1.3 O convite

Abordamos, em capítulos anteriores, a situação de Natal com a presença dos soldados americanos que, ao mesmo tempo em que estimulou modernidade, trouxe também sérios problemas na conjuntura social da cidade e da região.

O contexto histórico mundial dos anos 50, reminiscências da Guerra Fria e da crise existente entre os interesses da União Soviética e dos Estados Unidos, marcou profundamente a América Latina. A modernidade secularizada e hostil à Igreja, a expansão do protestantismo eram fatores considerados. Cresciam os movimentos sociais de esquerda e cristãos se aproximavam a eles. A falta de clero e a sua desproporcional distribuição nas dioceses, assim como a perda de valores religiosos e o avanço das religiões não católicas, fizeram acontecer a primeira Conferência Episcopal da América Latina realizada no Rio de Janeiro, no período de 25 de julho a 4 de agosto de 1952 (FONSECA, 2009, p. 6).

Considerando a necessidade de uma formação mais adequada aos novos sacerdotes, viu-se que, ao laicato também cabia uma função de suma importância na ação apostólica, pois, também ele, faz parte do Corpo Místico de Cristo. Portanto, já na sua formação, os seminaristas deveriam ser orientados a aproveitar a preciosa ajuda vinda de leigos engajados. Corrobora essa alegação as palavras de Pio XII, ao propor um incentivo às vocações como forma de solucionar o que ele chamou de “graves problemas religiosos”:

Temos certeza que, penetrando no programa proposto para a Conferência, os zelosos e digníssimos Prelados chegarão a tomar as melhores determinações para que, entre os filhos de suas pátrias, chegue a suscitar, fomentar, na forma mais conveniente e eficaz, vocações cada vez mais numerosas, tanto para o sacerdócio como para o estado religioso; para que também os ministros de Deus e da igreja se formem mediante a devida preparação, para serem santos e dispostos a todo bem; para que o espírito eclesial dos chamados a isto se conserve puro, como seu sagrado ministério, no meio de tantos perigos e tentações; e o que ainda é mais importante, para que crescendo sempre se intensifique sua consagração à piedade e ao cumprimento de seus deveres cotidianos, e sua vida sacerdotal esteja livre de inconsistências e cheia de plenitude (PIO XII, *Ad Ecclesiam Christi*, 4).

Dom Eugênio Sales, vigilante quanto a essas questões, achou por bem avançar em sua busca de alternativas a fim de que as orientações do Papa Pio XII fossem bem executadas. Procurou cuidar no incentivo às vocações sacerdotais e religiosas, e acionou dispositivos para que também o povo tivesse uma verdadeira acolhida em sua Arquidiocese.

Os fatos foram se sucedendo em favor da experiência piloto de Nísia Floresta e o convite foi feito às Missionárias de Jesus Crucificado. Em 15 de setembro de 1963, a Madre Villac recebe o telegrama-convite de Dom Eugênio Sales. Era o primeiro passo para a concretização de um projeto.

Pode alguém achar insignificante, mas é incalculável o valor de um registro, por mais insignificante que este possa parecer. Madre Irazy nos relata pormenores da origem de um projeto que, sem a pretensão de suntuosidade, veio a tornar-se exemplo de determinação no enfrentamento de dificuldades ocasionadas pelo número reduzido de vocações sacerdotais, no Brasil, numa determinada época.

Sobre isso, assim escreve madre Irazy V. Bastos:

Lembro-me bem do dia em que essa idéia nasceu no coração de D. Eugênio. Estávamos na Casa N. Senhora da Paz, em Ipanema. Era julho de 63. Lá estavam os representantes dos Regionais da CNBB e Movimentos Nacionais, dando um 1º Balanço nas atividades propostas pelo Plano de Emergência. Num dos intervalos, D. Eugênio conversou sobre o alcance que teria o nosso trabalho numa Paróquia sem Padre, onde pudéssemos expandir o fogo do nosso zêlo missionário. Seria uma experiência em sua própria Arquidiocese, com um grupo de 4 Irmãs Missionárias. A Comissão Episcopal da Região assumiria a responsabilidade da experiência e sustentaria as Irmãs, que deveriam estar dispostas aos sacrifícios da vida no interior do Nordeste, inclusive à comunhão cotidiana, porque o Padre só iria aos domingos. Exuberante de alegria, D. Eugênio apresentou-nos, no dia seguinte, seu projeto: “Já tenho um lugar para realizar a experiência: Nísia Floresta, na Arquidiocese de Natal” (BASTOS, I. V. 1967, p.137).

A Igreja de Natal, como uma Igreja missionária, sentia o peso da responsabilidade em assumir um povo que, em suas dificuldades, carecia de justiça; demonstrava, também, angústia ao constatar, em seu quadro funcional, insuficiente número de sacerdotes para acompanhar esse povo.

Era necessário mostrar ao povo que muitas das soluções de seus problemas estavam na dependência das suas ações, das suas competências.

Infelizmente, as massas pobres têm pouca instrução religiosa. Devido a essa lacuna, doutrina e superstição são muitas vezes misturadas e confundidas. Por outro lado, há um profundo sentimento religioso no nosso povo. Considerando todo o conjunto, é notável que as pessoas continuem tão intimamente ligadas à Igreja. Na nossa área nordestina, onde um padre frequentemente cobre uma freguesia de 40 ou 50 mil pessoas as famílias têm o cuidado de batizar todos os seus filhos, e também vão à festas, casamentos e persistem em sua relação com a Igreja (SANTANA, 2015, p. 33).

O Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal, D. Eugênio Sales, em meados do século XX, sentiu que algo precisava ser feito, pois, como em outras Dioceses do Brasil, a sua estava carente de sacerdotes para atender a periferia da cidade e as localidades interioranas.

Mas, se eram poucos e se a preparação de novos sacerdotes exigia um tempo razoavelmente longo, recorrer às religiosas poderia ser uma solução para um período provisório e emergencial. Só no Brasil, na época, a Igreja contava com a força e disponibilidade de mais de 35 mil religiosas. Segundo D. Eugênio:

Na América Latina, há um grande número de religiosas, cuja quantidade supera a dos sacerdotes. Sua formação intelectual e apostólica é altamente apreciada pelos fiéis. Muitas irmãs assumem funções que não influenciam o destino da América Latina. A utilização inteligente e planejada de muitas dessas religiosas pode ser um excelente recurso para estimular a vida paroquial em nosso continente, até que surja um outro meio convencional. Levando em conta as finalidades das ordens religiosas e simplesmente sua base de voluntariado, acredito que seria possível disponibilizar imediatamente para o trabalho paroquial umas mil irmãs para as paróquias que não possuem sacerdotes (SANTANA, 2015, p. 84).

O problema da falta de sacerdotes, no Brasil, teve profundas raízes históricas além de múltiplas facetas. Dom Eugênio fez referência à situação da América Latina dizendo que, pelas estatísticas, nela, em 1955, estavam 33% dos católicos do mundo enquanto que, apenas 8,4% do número total de sacerdotes (SANTANA, 2015, p. 50).

É preciso considerar que, no Brasil, muitos sacerdotes eram idosos demais para assumirem tarefas que exigiam determinado preparo físico como visitar povoados distantes. Alguns assumiam paróquias com áreas geográficas muito extensas tendo, à sua disposição, um cavalo ou jumento como transporte, o que dificultava um atendimento frequente à população.

Outro fator a se constatar é o de que, se por um lado os seminários religiosos foram suprimidos na época do império, posteriormente a promoção de vocações passou por uma seleção mais criteriosa quanto ao ingresso de candidatos nos seminários. Destaca-se, ainda, a mudança de estruturas das famílias que passaram a influenciar os filhos a assumirem os negócios próprios. Lacunas na formação cristã, ministrada pelas escolas, também caracterizaram esse fenômeno.

Para que se chegasse a um quadro satisfatório no acompanhamento pastoral das paróquias seria necessário um tempo razoavelmente longo até que as vocações surgissem e se preparassem adequadamente. Assim, como solução provisória e emergencial, a presença das religiosas seria uma forma de ação com perspectivas positivas, não obstante exigisse a presença semanal de um sacerdote para os ritos da Eucaristia e da Confissão, próprios do ministério sacerdotal.

Decidido, D. Eugênio enviou um telegrama à Madre Villac, fundadora e Superiora Geral das Missionárias de Jesus Crucificado, solicitando uma Comunidade para assumir uma Paróquia sem Padre, na cidade de Nísia Floresta, da Arquidiocese de Natal.

O pedido foi acolhido e considerado uma aprovação ao Instituto que adotou, como carisma, ir ao encontro daqueles que estavam abandonados. Era a centésima-vigésima-quarta casa da Congregação a ser fundada e coube a Irmã Irazy Bastos, a incumbência de dirigir a nova comunidade.

Vocacionada para as missões, a Irmã Irazy assim se expressou em registro firmado no Livro de Tombo, em 15 de setembro de 1963:

Nossa Madre me chamou e me entregou a direção da nova Comunidade. A alegria de Deus tomou conta da minha alma: sempre senti em mim a vocação missionária a estalar dentro do peito! Agora, Deus me mostrava um novo caminho: ser bandeirante, apóstola, missionária entre os mais pobres! Obrigada, Senhor! (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 3).

O convite às Missionárias de Jesus Crucificado se apresentou como um reconhecimento da Igreja a um serviço de intensa abnegação, peculiar atributo do carisma fundacional da Congregação. Um aspecto contribuiu para a escolha: na época em que o hábito religioso era imperioso para quem aderira à

Vida Religiosa Consagrada, “elas se vestem como mulheres leigas e têm uma regra de vida muito flexível, que lhes permite adaptarem-se às mais novas circunstâncias” (SANTANA, 2015, p. 83).

Entretanto, foi um desafio. As dificuldades também fizeram parte da inserção por vários fatores, dentre eles, a inexperiência das Irmãs pioneiras no campo sociológico, apesar de não lhes ter faltado, por parte da Arquidiocese, toda a orientação possível (BASTOS, 1967, p. 151).

3.2 EXPERIÊNCIA PILOTO EM NÍSIA FLORESTA

A Arquidiocese de Natal, naquela época, como já foi relatado anteriormente, pelo número reduzido de sacerdotes, possuía algumas paróquias sem padre residente. A entrega da administração, dessas paróquias, a religiosas, foi, aos poucos, sendo implantada. Nísia Floresta, entretanto, foi a primeira.

3.2.1 Missionárias chegam a Nísia Floresta

Dois dias após o recebimento do convite de Dom Eugênio, dia 17 de setembro de 1963, na Casa Generalícia, em Campinas, ao final do Retiro anual das Madres, seguida de abraços e congratulações, o Monsenhor Simeão Macedo oficiou a cerimônia do *Pax Tecum* (Paz contigo), própria das fundações missionárias da Congregação.

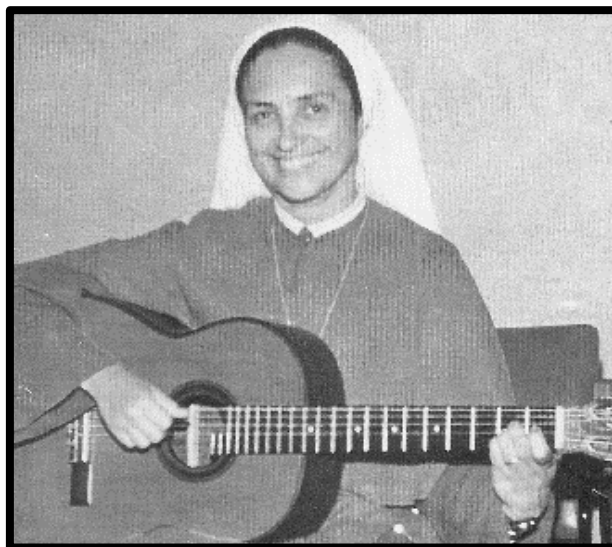
No dia seguinte, quarta-feira, num Eletra II da Varig, chega a Natal a Irmã Irazy Bastos, que foi recepcionada, no aeroporto, por Frei Tepe, Pe. Marins, Ir. Dolores, Ir. Eliete e Lourdinha. Na casa de praia da Arquidiocese, em Ponta Negra, Dom Eugênio a aguardava com fraternal carinho.

Na quinta-feira, Ir. Irazy foi apresentada ao clero que esteve reunido numa programação variada de meditação, oração do Breviário¹⁴ em comum,

¹⁴ Breviário - Livro das orações cotidianas dos sacerdotes.

exame de consciência, banho de mar, almoço e bênção do Santíssimo¹⁵. Na sexta-feira, dia 20, à noite, para que fossem acertados alguns pontos do trabalho, aconteceu o primeiro encontro da Irmã Irany com Dom Eugênio, Pe. Marins e Lourdinha.

Figura 23: Madre Irany Bastos



Fonte: Arquivo MJC.

A semana que se seguiu foi plena de expectativas, observações, planejamentos e rica de informações. Nesta semana Ir. Irany visitou Nísia Floresta; chegaram as Irmãs: Rosa Siebra e Odete Soares, vindas de Fortaleza e a Ir. Maria José Cardoso, de Maceió, para formarem, com a Ir. Irany, a primeira comunidade religiosa; sucediam-se as reuniões de planejamento com Dom Eugênio e encontros com alguns padres que iriam ajudar na condução da experiência; entre as várias sugestões foi escolhido o título de “Rainha dos Apóstolos” para identificar a nova comunidade religiosa; na Cúria, em Natal, o vigário Geral, Mons. Alair Vilar, deu explicações sobre os livros da Paróquia; Pe. Costa, secretário geral da Arquidiocese, explicou sobre o funcionamento de todos os Secretariados de Natal.

¹⁵ Bênção do Santíssimo – Ritual da igreja Católica em que o sacerdote abençoa os fiéis num gesto de cruz, utilizando a Hóstia consagrada.

O registro desses acontecimentos revela sentimentos de alegria, disponibilidade, entusiasmo e esperança por parte de Dom Eugênio e das missionárias.

As missionárias estavam ainda sendo recepcionadas pelo clero, mas já se inteirando da situação da Arquidiocese naquilo que seria indispensável para a missão que em breve estariam iniciando.

Em alguns momentos visitavam comunidades de outras Congregações, iam à Cúria onde recebiam instruções do Mons. Alair sobre Paróquia, reuniam-se com alguns padres para apresentar planos de trabalho e ouvir a sugestão de todos, além de participarem de momentos de reflexão.

Uma das reflexões, conduzida por Pe. Marins, foi sintetizada pela Ir. Irany nos itens a seguir:

- 1-Deus nos escolheu, nos reuniu, nos amou e nos enviou;
- 2-Nossa missão é uma missão da Igreja. Não tanto ação, mas reflexão e oração;
- 3-Fomos enviadas em nome do Senhor. Difundir sua vida em abundância;
- 4-Somos testemunhas do amor da Igreja. Dar esse testemunho;
- 5-Devemos nos sentir desproporcionadas. Teremos fracassos. Caminhar com coragem, reconstruindo tudo com N. Senhora (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 9).

Figura 24: Primeira Comunidade religiosa de Nísia Floresta. Da esquerda para a direita: Ir. Elza Brito, Madre Irany Bastos (Superiora), Ir. M. José Cardoso e Ir. Rosa Siebra.



Fonte: Arquivo MJC

No dia 27 de setembro de 1963, Dom Eugênio embarcou para Roma a fim de participar de mais uma fase do Concílio Vaticano II e, antes de partir, reafirmou sua confiança no trabalho (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 11) que se iniciaria, oficialmente, no dia 3 de outubro, dia marcado para a fundação da Casa das Irmãs em Nísia Floresta. Sentiam-se muito felizes com o carinho do povo e, ansiosas para a fundação da casa (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 12).

3.2.2 Nísia Floresta

Figura 25: Matriz de Nossa Senhora do Ó.



Fonte: Arquivo MJC.

O local escolhido para a experiência piloto de Paróquia entregue à administração de religiosas foi uma pequena cidade a 45 km de Natal. Interessante observar que a presença feminina nesta cidade tem algo de peculiar. Em seus mais antigos primórdios adota Nossa Senhora do Ó como padroeira (uma mulher); no século XIX, através de uma lei estadual, muda o nome da cidade, antes Vila de Papary, para Nísia Floresta, homenageando Dionísia Gonçalves Pinto, primeira escritora feminista do Brasil; e em meados do século XX tem mulheres administrando a vida religiosa do seu povo, como Vigárias Paroquiais.

A título de curiosidade, Dionísia Gonçalves Pinto adotou para si o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta, tornando-se internacionalmente conhecida como Nísia Floresta. Sua intenção foi fazer referência ao seu próprio

nome, ao sítio Floresta onde nasceu, a sua nacionalidade brasileira e ao seu segundo esposo, Manoel Augusto de Faria Rocha¹⁶, pai de sua filha Lívia Augusta.

A pequena cidade de Nísia Floresta com 348 km², congrega vários povoados ao seu redor. Um dos relatórios enumera 15 a serem trabalhados: Tororomba, Massapas, Currais, Golandi, Timbó, Cachoeira, Genipapeiro, Morrinhos, Oitizeiro, Alcaçus, Campo de Santana, Barra de Tabatinga, Pirangi do Sul, Núcleo do Pium, Margem da Est. Ferro, além da sede municipal (VIGÁRIAS, RELATÓRIO 1976, p. 1); Outro relatório elenca 13: Porto, Campo de Santana, Morrinhos, Timbó, Oitizeiro, Tororomba, Barra de Tabatinga, Búzios, Pirangi do Sul, Golandi, Currais, Genipapeiro, Alto do Monte Hermínio, além da sede municipal (VIGÁRIAS, Relatório 1989, p. 11-13).

Possuía, na época, mais de 20 engenhos e 25 sítios. Dos seus então 10.300 habitantes, 1.200 estavam na sede do município, onde se encontra a Matriz de Nossa Senhora do Ó, construída em 1735¹⁷, sendo a única da Arquidiocese que conserva seus altares primitivos, de estilo barroco (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 17).

Como outras cidades rurais, Nísia Floresta sofria o descaso da política governamental da época. Para sua sobrevivência, a população recorria à exploração do peixe e do camarão, provenientes das várias lagoas do Município.

Vivendo também da agricultura, os habitantes negociavam, nas feiras de Natal e de São José de Mipibú, suas produções de côco, tomate, pimentão, macaxeira, milho, feijão etc. e produtos artesanais, o que lhes garantia uma situação econômica bastante precária. As condições de desenvolvimento se faziam altamente problemáticas em função do analfabetismo, das doenças diversas e da subnutrição.

As condições de moradia ficavam muito a desejar. A penúria das estradas dificultava a comunicação social. A infraestrutura básica para a saúde era marcada pela carência de água potável, de rede de esgotos e de postos de

¹⁶ Cf. Prefácio do Livro Opúsculo Humanitário.

¹⁷ Foi elevada à categoria de paróquia pela Resolução n. 44, de 29 de agosto de 1833, da Assembleia Geral, no período da Regência (DELGADO, 2015, p. 106).

saúde, o que contribuía, decisivamente, para o quadro de privação reinante nas famílias. Em tal conjuntura, a saída era recorrer aos políticos, ao emprego provisório ou donativos que fortificavam o poderio dos “coronéis”.

Apesar desse contexto, que envolvia um certo individualismo e indiferença aos problemas coletivos, o povo mostrou-se, posteriormente, aberto à partilha e à convivência fraterna! (VIGÁRIAS, Relatório, 1989, p. 4). Das origens históricas ficou a veneração à padroeira, Nossa Senhora do Ó e, mesmo sem a devida instrução religiosa, guardaram o respeito por tudo que lhes parecia sagrado. Assim, ressalta-se o zelo com a Matriz tão bem cuidada em seus altares, alfaias¹⁸ e demais objetos litúrgicos.

O que as Missionárias de Jesus Crucificado encontraram, nessa nova missão, foi um vasto campo de atividades a serem desempenhadas em todos os aspectos: do social ao religioso. Inseridas na realidade daquele povo, a pretensão era evangelizá-lo, dinamizando-o para o reconhecimento de suas potencialidades e possibilidades de avanço, indo bem mais longe do que haviam alcançado. Era um desafio que exigiria originalidade, determinação e motivação.

Aquela gente, após tantos anos desassistida, nos âmbitos social, político ou religioso, já havia adotado um comportamento formulado pelos próprios padrões. Os critérios que justificavam seus valores estavam enraizados dentro da visão que lhes pareciam justas, adequadas e corretas. Diante disso, as Missionárias, exercendo sua liderança, precisavam ser cautelosas para estabelecerem uma linguagem de inter-relacionamento respeitosa pela tradição local, aproveitando o sagrado significativo para eles e, ao mesmo tempo, sem interpor suas próprias preferências, integrá-los no contexto de evangelização sugerida pela hierarquia romana.

Sobre o “sagrado” assim se expressa Paden:

Se vemos o que é sagrado na mente do crente, então nos colocamos de um modo que corresponde à visão de mundo dele ou dela. As coisas sagradas o são por causa do imenso papel que desempenham e o absoluto primado que têm no mundo de uma pessoa. Não entender esse papel é o mesmo que não

¹⁸ Chamam-se alfaias litúrgicas os objetos que servem para o exercício da Liturgia. São pequenos panos que se usa junto aos vasos sagrados.

entender a razão de ser do comportamento, já que o que é sagrado funciona como o que é “real” (PADEN, 2001, p. 132).

Figura 26: Habitação no Alto do Monte Hermínio



Fonte: Arquivo MJC

A entrevista realizada com o Sr. Jorge, sobre a cidade de Nísia Floresta nos idos de 1960, retrata a importância da motivação que uma liderança positiva exerce numa comunidade carente. Segundo ele, a população de Nísia Floresta estava carente e considerou que a carência de uma comunidade pode se apresentar de formas diversas¹⁹.

Ouvir o seu depoimento é quase reviver, com ele, suas lembranças. Os sentimentos expressos no decorrer da sua fala nos contagiam e quase podemos visualizar cenários de um passado, não tão distante, quando gesticula, embarga a voz, olha reflexivamente, entusiasma-se e se encanta pela esperança vivida então. O Sr. Jorge se nos apresenta como um homem simples e culto, sensível e prático, fiel a Deus e ao povo que assiste como homem público.

Ao ser questionado sobre a situação do povo de Nísia Floresta na época em que as Missionárias chegaram, ele afirmou:

Olha, eu diria que quando as Irmãs chegaram aqui, em 1963, a situação do povo era muito precária porque, praticamente vivia-se da pesca e da agricultura. Então, aqui não havia emprego, em absoluto. As escolas eram raras aqui no centro, e esporádicas em algum distrito. Assim, não se frequentava escola... não havia ginásio, curso superior... Então, as Irmãs sofreram porque a população não tinha preparo, não tinha estudo. O povo era um povo ordeiro, humilde, um povo bom,

¹⁹ Entrevista realizada em 31 de maio de 2016.

mas vivia-se praticamente da pesca e da agricultura. Não havia salário. Plantava-se, e se houvesse bom inverno colhia-se o suficiente para passar uma temporada com depósitos cheios. Nem, ao menos, havia quem comprasse os produtos do que era trabalhado no município. Naquela época, a agricultura era, praticamente, para a subsistência. Luz elétrica era difícil. As pessoas se reuniam nos quintais, na frente das casas. Com a chegada delas, aí sim, elas começaram a mostrar que nós poderíamos ir bem mais longe com aquilo ali (JORGE, Entrevista).

Essa era, enfim, Nísia Floresta entregue às Missionárias que, por motivo de uma inserção sociorreligiosa, ficou conhecida internacionalmente, sendo alvo de atenções como um novo modelo de Igreja.

3.2.3 As primeiras impressões

O início de uma experiência é sempre carregado de expectativas e os acontecimentos que se sucedem, eventualmente despertam observações, acompanhadas de sentimentos, que podem ser os mais variados.

No dia marcado para a fundação da casa, as missionárias se comoveram com a os presentes acompanhados de versinhos, oferecidos pelas coirmãs de Natal. Uma meditação comunitária seguiu-se ao café da manhã. À tarde, na porta da Matriz, aguardavam-nas algumas autoridades da cidade, associações religiosas, o Grupo Escolar e suas professoras. As Irmãs foram recebidas na escadaria da Igreja, com pétalas de rosas (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 13-15).

Assim, a chegada das missionárias para a ereção da comunidade religiosa, no dia 3 de outubro de 1963, foi de “muita comoção” (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 13). Encontrar a casa e a capelinha preparadas pelo povo, fez com que a distância, as dificuldades de adaptação e a escuridão da cidade não fossem consideradas (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 15-16).

Como seria possível desanimar se ao entrarmos em nossa casa já encontramos lá Jesus na Eucaristia, na Capelinha carinhosamente preparada pelo povo? Ele lá estava para ser a nossa força, o motivo da nossa alegria, o fiel companheiro de todos os nossos trabalhos apostólicos! (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 16).

Aos poucos, a realidade que se apresentava ia comprovando a necessidade de um trabalho paciente e afetuoso com aquela gente devota, mas ignorante em sua religiosidade. Ao entrarem na Igreja, buscavam logo os santos de sua devoção.

Porque é que nossos irmãos não conhecem o Cristo e não sentem Igreja? Nós os preparamos para a vida cristã? Não somos meros distribuidores de Sacramentos, que para eles, nada significam? (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 21).

O Santíssimo Sacramento representava menos para eles e isso provocava angústia nas Irmãs. Noutra ocasião, ao ser solicitada pelo sacerdote para preparar uma noiva que se casaria logo após a missa, Ir. Irazy admirou-se pelo pouco tempo que dispunha para tal.

Em 5 minutos não se prepara ninguém para a confissão, a comunhão e o casamento. Quando chamei a noiva para prepará-la, apenas fiquei sabendo que ela fugira com o moço, nunca tinha se confessado, não sabia o que era a Comunhão... e o Cônego Barros interrompeu a conversa porque mandou chamá-la para a confissão. Aquele fato me marcou profundamente! (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 21).

Figura 27: Casamento religioso num povoado, com a presença da Ir. M. José Cardoso.



Fonte: Arquivo MJC.

Em ocasião semelhante, os noivos não sabiam quem era Jesus Cristo. Queriam casar na Igreja porque era mais barato. O que se sobressai é que após algumas explicações básicas de Catecismo, fornecidas com a linguagem mais popular possível, foi constatado que a aprendizagem tinha sido nula. Nada haviam entendido (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 35).

As quatro missionárias, chegando em Nísia Floresta, depararam-se com um mundo novo. Ainda que três delas já conhecessem a realidade nordestina havia o novo da inserção. O analfabetismo e a dificuldade de entendimento foram um forte obstáculo ao trabalho que deveriam desenvolver.

Ir. Irany lembra que, se Pio XII pedia que transformássemos o mundo selvagem em humano e o humano em divino, ali era preciso promover o irmão a Homem e depois fazer dele um cristão (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 35).

O desafio, aos poucos, ia se apresentando. Para levar a mensagem das Sagradas Escrituras, precisavam encontrar palavras que fossem entendidas por todos, inclusive por pessoas com nível intelectual limitado.

a melhor coisa neste mundo é quando você conversa com alguém que entende o que você fala. Imagine como essas Irmãs sofreram naquela época para baixar o nível, entende? (JORGE, Entrevista).

Falar de Deus a pessoas simples, sem cultura, foi um dos aprendizados das missionárias. Sobre este impasse escreve Queiruga:

O problema é estrutural, pois o teólogo recebe a incumbência de realizar algo que parece impossível: falar do essencial e intrinsecamente não mundano com uma linguagem mundana – a única de que dispomos – ou seja, falar do Transcendente com uma linguagem modelada sobre as realidades empíricas (QUEIRUGA, 2003, p. 76).

O primeiro mês de atividades foi repleto de descobertas. Em Campo de Santana, numa visita em preparação para a missa do domingo seguinte, o retorno foi marcado pela vontade de se dedicarem àqueles irmãos que, morando numa zona infestada de esquistossomose, eram esquecidos por tantos.

No mês seguinte, novembro, foi reforçada a constatação de que muito precisava ser feito. No povoado Porto, a tristeza se misturou com a angústia. A festa do Padroeiro revelou um cristianismo de procissão, um povo supersticioso e ignorante (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 47).

A procissão não pode sair porque era o final de uma vaquejada. Os vaqueiros e as pessoas que enchiam a única rua do povoado, viam o Padre, as Irmãs e o andor, e nem ligavam. Isso irritou o padre. As Irmãs voltaram caladas, receosas com a braveza do vigário que, ao retornar, se acalmou após algumas reflexões sobre o acontecido.

Cristianismo de santos, imagens procissões! Será que aqueles irmãos sabiam quem é o Cristo? O que é a Igreja? E podemos culpá-los por sua ignorância religiosa? Foi uma tarde cheia de angústias pastorais! (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 47-48).

Na capela do Alto do Monte Hermínio, o sofrimento foi perceber a frieza e o indiferentismo do povo. Era 2 de novembro, dia de oração pelos falecidos e o povo, no pequeno cemitério, apostando quem acendia mais velas. Nenhuma oração pelos mortos. O cenário era de conversas, risos, diversão, o que muito as entristeceu (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 51).

Entretanto, nenhum desses fatos veio arrefecer nas Irmãs o chamado à pastoral. Pelo contrário, fortalecia em cada uma das Irmãs a disposição de trabalhar por aquela gente que também sabia cativar. Gestos inesperados sempre surgiam, revelando que, na essência, o que faltava era alguém que olhasse para as suas necessidades.

Na simplicidade da própria pobreza material, a comunidade estava atenta ao que as religiosas precisavam. Quando menos se esperava, chegava alguém à porta trazendo frutas, ovos, galinhas ou qualquer outro produto alimentício e bastava anunciar a visita de um grupo, que logo surgiam as doações.

Um rapaz que abastecia as Irmãs com água pelo preço de 10 cruzeiros por viagem, de repente não quis mais receber o dinheiro das Irmãs. Tempos depois elas vieram a saber que uma pessoa pagava a metade e a outra metade ele oferecia. A generosidade desse gesto reflete o reconhecimento do povo pelo que representava, para eles, a presença das missionárias em Nísia Floresta (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 48).

Um visitante, de Campo de Santana, comentou com as Irmãs que “o grande comentário do povoado era a Missa do domingo e a presença das Irmãs” (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 57). Acompanhando o padre, nas Missas dos povoados, uma Irmã costumava explicar cada momento da celebração enquanto outra dirigia os cânticos. O mesmo acontecia nos batizados. Essa explicação da Palavra de Deus à altura do entendimento deles, encantava-os a ponto de dizerem que “Nunca se viu por aqui uma missa tão decente assim!” (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 57).

Por vezes, a tristeza de ver aquele povo tão distante do verdadeiro sentido da fé, se transformava em algo engraçado como no caso da tentativa de explicar que no dia de Santa Luzia não era pecado trabalhar. Todo esforço foi inútil, para fazê-los entender que é a Igreja que determina os dias santos de guarda, embora queira que se venere a santa. Ao final, eles disseram: “Irmã, as senhoras já nos ensinaram tantas coisas e nós já mudamos tanto, que podíamos deixar isto para mudar só no ano que vem!” (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 89).

Com episódios desse tipo, eles expressavam suas convicções religiosas, suas tradições, suas visões do sagrado e, conforme afirma William Paden, “os devotos não são pessoas que têm uma teoria sobre a religião para depois decidir que se tornarão crentes. Mais propriamente, eles têm uma teoria sobre religião porque são crentes” (PADEN, 2001, p. 156).

Coroando aqueles momentos, o trabalho era fortalecido pela atenção que recebiam do clero e das religiosas nas reuniões mensais, via de regra realizadas em Ponta Negra.

Figura 828: Irmã Irany, em visita às famílias nos povoados.



Fonte: Arquivo MJC.

3.2.4 Atraindo os olhares do mundo

A atuação das Missionárias de Jesus Crucificado, como vigárias paroquiais, teve seu início sob o afã da novidade para os habitantes de Nísia Floresta.

O objetivo primeiro da experiência, de Religiosas na administração de paróquia sem padre residente, foi estimular a vida paroquial, proporcionando condições para que a paróquia fosse uma escola de vida e fraternidade.

É papel da Igreja ser presença forte nas transformações sociais através de uma revolução pacífica para que a sociedade tenha acesso aos bens de direito que, muitas vezes, lhes são negados.

Em meados do século XX, o contexto sócio político do Brasil não favorecia igualdade de condições a todos; e a Igreja, nesse sentido, demonstrou sua inquietação sob diversas formas. O Nordeste, sempre muito esquecido dos órgãos oficiais do governo, precisava de uma ação que, não se caracterizando revolucionária, hoje pode ser entendida como inusitada.

A Arquidiocese de Natal encontrou uma forma própria de ação para amenizar o problema das populações de periferia e da área rural. O Movimento de Natal elaborou e desenvolveu uma série de ações sistemáticas, todas fundamentadas no espírito do cristianismo, dentre elas a formação de lideranças leigas para assumirem seu papel como cidadãos civis e da Igreja de Jesus Cristo.

É evidente que a Igreja de Natal conhecia não ser de sua responsabilidade o trabalho na ordem social. Isso, no entanto, não significava cerceamento na missão que lhe cabe de cuidar do homem e contribuir com o governo utilizando a credibilidade a ela creditada pelo povo.

É correto pensar que o governo é a entidade competente para essa missão. A da igreja é complementar por meio de leigos estimulados por seus pastores. Mas essa responsabilidade recai sobre a Igreja quando o governo, por um motivo ou outro, não cumpre as suas funções (SANTANA, 2015, p. 90).

Podemos considerar essa formação de lideranças leigas como um segundo objetivo da entrega da administração de paróquia a Religiosas. Como

despertar lideranças cristãs sem a presença de formadores capacitados e engajados no meio social?

Dizia Dom Eugênio:

A sociedade que gostaríamos de ver surgir aqui é o tipo de sociedade que seria mais adequada para facilitar o pleno desenvolvimento humano do nosso povo. Em nossos tempos, há uma tendência muito forte no sentido da socialização mais do que para o individualismo, e assim, naturalmente, a sociedade que emerge na América Latina, esperamos que seja mais comunitária do que capitalista (SANTANA, 2015, p. 157).

Figura 29: Contatos informais.



Fonte: Arquivo MJC

O início dos trabalhos da primeira comunidade religiosa de Nísia Floresta teve como meta criar um clima de família na Paróquia através do testemunho fraterno entre as Irmãs. Sem esse testemunho seria inútil qualquer pregação. E, a pregação se daria nos momentos fortes de encontro, na Igreja e nas visitas domiciliares.

As visitas domiciliares eram constantes e faziam parte da programação elaborada que visava ao levantamento da Paróquia. Através desse levantamento foi possível conhecer com mais profundidade a situação das famílias, a realidade das suas vidas, das suas necessidades, daquilo que seria prioritário na ação pastoral a ser desenvolvida.

A celebração do Lucernário tornou-se um forte atrativo para a comunidade local. Lucernário é uma prece comunitária que se faz nos meios paroquiais para santificar o final do dia e remonta aos primeiros tempos da Igreja. Ao adotar essa prática, em Nísia Floresta, as Missionárias faziam, a cada noite, a Igreja ficar repleta de fieis para ouvir a Palavra de Deus acompanhada de cantos e reflexões bíblicas, numa linguagem o mais próximo possível do entendimento de todos.

Todos cantavam e se encantavam com os cantos ensinados pelas vozes das jovens Irmãs, acompanhadas ao violão. A aceitação foi geral e os comentários eram os mais gratificantes possíveis para as Missionárias.

O alcance de popularidade que o Lucernário conquistou foi algo surpreendente e extrapolou os limites geográficos de Nísia Floresta. Vários artigos foram publicados em jornais e revistas católicas destacando a novidade que acontecia no Nordeste do Brasil. Também em países da América Latina e na Europa a experiência foi mencionada (Ver ANEXO N. 02).

De modo geral, a oração da manhã com o povo era menos frequentada. À noite, a presença dos fieis era tanta que, em determinadas ocasiões, a Igreja não comportava todos e era preciso realizar o Lucernário na frente da Igreja.

E eu vou dizer uma coisa: o Lucernário que as irmãs Missionárias faziam aqui era uma coisa gigantesca! Sério! Essa Igreja era pequena. Todas as noites o povo ficava ao longo da rua. Uma coisa linda, uma coisa bela! Fico emocionado! [...] A Irmã Marlene, tanto a Madre Marlene quanto a Irmã Irany... a Irmã Irany tocava violão... extraordinário! Ela tinha uma voz linda, ela era bonita, um riso bonito, uma dicção bonita, ela falava baixo mas ela falava com entonação (JORGE, Entrevista).

Importa considerar que aquele momento especial em que as pessoas se reuniam diariamente, ao anoitecer, constituía-se, também, uma espécie de

lazer. Numa pequena cidade interiorana sem energia, sem opções de lazer, é natural que uma atividade desse tipo atraia, seja pela religiosidade da pessoa, seja pela necessidade de descontração dos jovens e dos adultos.

O importante é que as missionárias souberam aproveitar as oportunidades e completando a programação com uma hora recreativa após o Lucernário, garantiam a presença e o interesse de muitos jovens, crianças e adultos.

A repercussão do que acontecia, em Nísia Floresta, alastrava-se sempre mais como algo surpreendente e devemos considerar que, na época, era, realmente, inusitado.

Além do que foi destacado na programação das atividades logo que elas chegaram, acrescentemos o curso de formação para coroinhas, curso de formação para casais, encomendação dos falecidos, preparação para casamentos, missa nas manhãs de domingo nos povoados e na Matriz à tarde, recreação comunitária no Centro Social para o povo.

Duas coisas foram providenciadas de imediato: a) a eleição do Conselho Paroquial formado pelo vigário dominical, missionárias e leigos; b) a fixação de um quadro de avisos na porta da Matriz, no qual eram colocadas as notícias da Paróquia e mensagens do Evangelho. Segundo a Irmã M. José, nada era decidido sem a anuência do Conselho Paroquial (Ir. M. JOSÉ, Entrevista).

O dia a dia das Irmãs incluía trabalhos domésticos, trabalhos apostólicos, planejamento e estudo. Nesse esquema, crescia a fraternidade, expandia-se a abertura para a realidade da inserção, afervorava-se a vivência comunitária entre elas e com o povo. Para elas, era um fruto colhido sobre o alicerce da meditação comunitária, revisão de vida e ajuda mútua.

No Nordeste, a experiência abriu caminhos para outras experiências semelhantes. Logo em seguida, outras duas Congregações femininas assumiram Paróquias: em Taipú, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria e, em São Gonçalo do Amarante, as Filhas do Amor Divino.

Para a Igreja e para o mundo, a experiência significou um anúncio de que caminhos novos podem atenuar determinados problemas. A carência de clero, na Arquidiocese de Natal, foi solucionada, provisoriamente, pela atuação

das Religiosas. Com a bênção do Papa, despertou o interesse de muitas outras Dioceses que foram a Nísia Floresta para "ver de perto" o que lá acontecia.

Os depoimentos foram vários e algumas publicações enaltecem a singularidade da experiência. Várias manchetes mencionaram o acontecimento inovador da Arquidiocese. Dentre elas, destacamos:

Figura 30: Publicações diversas.



Fonte: Arquivo MJC

3.3 ATUAÇÃO DAS VIGÁRIAS PAROQUIAIS EM NÍSIA FLORESTA

O olhar das vigárias, registrado nos relatórios, e o da comunidade local, perceptível através das entrevistas realizadas, confirmam uma atuação que deixou um legado importante para os nisieflorestenses. O trabalho, desenvolvido em parceria, uniu sacerdotes, religiosas, técnicos e povo, favorecendo aprendizado a todos.

3.3.1 Desenvolvimento dos trabalhos: olhar das vigárias

Com base nos relatórios anuais, elaborados pelas vigárias, ao longo dos 25 anos em Nísia Floresta, é possível perceber como ocorreu a experiência e a dinâmica de execução por elas aplicada.

3.3.1.1 Pela soberania do respeito - 1963 a 1969

Ainda sob as orientações da Primeira Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), as Missionárias de Jesus Crucificado abraçaram uma missão inovadora não só para elas, mas para toda a Igreja. Acreditavam que muito seria exigido, mas, para elas, a força impulsionadora da vocação impeli-as a enfrentar o desconhecido. A disponibilidade de cada uma indicava a crença na possibilidade de uma ação eficaz, em benefício daquela gente.

Assim que as Irmãs iniciaram seus trabalhos, a Geral, Madre Maria do Calvário (Maria Villac, fundadora) dirigiu uma carta abençoando a nova comunidade. Foram palavras maternas e de estímulo enviadas a Madre Irary de Maria no Cenáculo, nome adotado por Ir. Irary, como membro religioso da Congregação. O conteúdo da carta trazia bênçãos para a comunidade e para os trabalhos já iniciados.

Agradecia imensamente as informações enviadas com a descrição das atividades e comentava o apreço das Irmãs professoras e noviças ao ouvirem

a leitura das mesmas no refeitório. Mostrava sua satisfação pela notícia de que já havia sido designado um Vigário para Nísia Floresta e, desse modo, elas teriam celebrações eucarísticas aos sábados e domingos. Complementava seu sentimento de agrado dizendo:

Isso já é um conforto e força para as queridas Filhas. Também foi de conforto para o meu coração saber que as Filhas vivem aí na abundância da pobreza, cercadas de carinho e bondade da população da primeira Paróquia confiada ao nosso querido Instituto! (Ver ANEXO N. 03).

Em outra carta, de 23 de novembro de 1963, a Madre volta a expressar sua alegria em responder a noticiosa e extensa carta recebida, cheia de entusiasmo apostólico e rica de informações sobre as realizações paroquiais. Nela, afirma ter recebido circular de Dom Helder, comentando o trabalho em Nísia Floresta. Seu contentamento era visível e também se mostrava edificada com a generosidade do povo que as acolhia tão bem, não permitindo que a elas faltasse o necessário para a subsistência.

A Madre Geral reconhecia que a Congregação, até certo ponto, estava despreparada para essa nova linha de trabalho apostólico, mas, apesar disso, era uma força inexplorada, num momento em que a Igreja missionária necessitava de medidas que aliviassem as dificuldades inerentes à escassez de sacerdotes.

Recomendava, então, caminhar “com vagar” pois considerava que o desafio era grande e o quadro da Congregação não dispunha de muitos elementos habilitados e liberados para exercerem essa função. Neste ponto as Missionárias concordavam, mas sempre reafirmaram a assistência da Arquidiocese com estudos de formação teológica e reflexões, tanto pastorais quanto pessoais, para habilitá-las adequadamente (Ver ANEXO N. 04).

Obedecendo o que recomendava a Madre Geral, sem pressa, o primeiro intento das Irmãs foi o de criar um clima de família na Paróquia. A tônica era cercar de simpatia a mensagem que anunciavam, cuidando para testemunhar um convívio fraterno.

Nos contatos pessoais e nas pregações, insistiam bastante em lembrar que “somos a família de Deus. Somos irmãos. Os irmãos se amam!”. No

quadro afixado na porta da Matriz, as comunicações se tornavam acessíveis a todos para mostrar que Igreja é comunidade.

Não tinham pressa, e assim, o planejamento adotou uma linha querigmática²⁰ (BASTOS, [s.d.], p. 45). Esse intento prolongou-se nos anos seguintes pela proposta de “criar meios e condições para que a Igreja se ajuste, o mais rápida e plenamente possível à imagem de Igreja do Vaticano II” (PLANEJAMENTO DA PARÓQUIA, 1967, p. 1).

Naquele período a CNBB lançava o PE para uma Pastoral de Conjunto. A Arquidiocese de Natal oportunizava espaço para treinamentos, estudos e reflexões sobre o novo modelo de Igreja.

Seguindo uma metodologia específica para atender as orientações do PPC, assumido pela CNBB, o planejamento de 1967 contemplava várias linhas de trabalho:

- 1- Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica;
- 2- Promover a ação missionária;
- 3- Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica;
- 4- Promover a ação litúrgica;
- 5- Promover a ação ecumênica;
- 6- Promover a melhor inserção do Povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus. (PLANEJAMENTO DA PARÓQUIA, 1967, p. 1-2).

Observa-se que, se o objetivo geral desse planejamento era criar meios e condições para que a Igreja se ajustasse o mais rapidamente possível à imagem de Igreja que o Vaticano propunha, o caminho era levar os paroquianos a uma vivência do Evangelho, através de uma formação cristã integral.

Ainda se fazia necessário alcançar um engajamento desses paroquianos nas questões de ordem temporal. Para isso, a opção recaiu na organização e reorganização de grupos, visando à formação religiosa e a promoção socioeconômica deles, conforme indica o registro do Relatório das Atividades no ano de 1967.

²⁰ Querigma - palavra de origem grega “Kerissein”, significa proclamar, anunciar.

Para cada linha de trabalho, uma série de atividades foram propostas:

- para a Linha de trabalho n° 1, que seria efetivada na sede do Município, eram previstos: culto matutino e vespertino; encontros para planejamentos, revisão e entrosamento entre os paroquianos; manhãs de formação; participação nos encontros zonais a fim de estreitar o relacionamento com outras Paróquias;
- para a Linha de trabalho n° 2, o intuito era aproveitar todos os momentos possíveis para anunciar a Palavra e isso aconteceria nas ocasiões de missa, exéquias, celebrações diversas, além de momentos programados para retiros, círculos bíblicos, dias de formação para jovens etc.;
- para a Linha de trabalho n° 3, o pensamento foi organizar vários grupos como os de adolescentes, jovens, adultos, de pais com filhos em preparação para batismo e primeira eucaristia, de casais em preparação para o matrimônio, de enfermos, todos eles com o objetivo de aprofundamento doutrinal;
- para a Linha de trabalho n° 4, a ideia era envolver, de forma bem participativa, os paroquianos nos encontros de espiritualidade, nas cerimônias dos sacramentos, conscientizando-os da força do seu batismo;
- para a Linha de trabalho n° 5, estabeleceram uma única atividade, que seria estimular os paroquianos à oração para que todas as Igrejas aprofundassem seu cristianismo e apresentassem uma visível comunhão eclesial;
- para a Linha de trabalho n° 6, a estratégia seria criar serviços que possibilitassem maior inserção dos paroquianos na construção da comunidade local em termos socio econômicos e refletir com eles sobre este necessário engajamento no temporal.

Dessa forma, as ações desenvolvidas na paróquia deveriam seguir as diretrizes que orientavam o Plano de Ação da Arquidiocese, considerando a realidade local (VIGÁRIAS, Relatório de 1969, p. 1).

Diariamente, a Palavra era anunciada pela manhã e à noite. As Irmãs entendiam que a fé presente, e singelamente demonstrada pelo povo, precisava, no entanto, ser fundamentada, alicerçada, fortificada.

Atendendo as orientações, advindas da CNBB, quanto ao planejamento das atividades apostólicas, apesar de ser um planejamento formulado pelas Irmãs, esse era submetido à apreciação dos líderes da comunidade. Estes, segundo consta em relatório, tinham uma participação passiva de aprovação ou desaprovação dada a incapacitação dos mesmos. Já o Vigário fazia, semanalmente, a revisão dos trabalhos e procurava, com as Irmãs, meios eficazes para a realização dos objetivos propostos.

Em 1965, no dia 7 de maio, Mons. Alair Vilar, em nome de Dom Eugênio Sales, encaminhou o documento oficial que concedia o privilégio para as religiosas de Nísia Floresta distribuírem a Santa Comunhão (Ver ANEXO N. 05). O documento, oriundo da Cúria Metropolitana, transmitia a concessão do Papa Paulo VI em atendimento à solicitação encaminhada, ao Sumo Pontífice, pela Arquidiocese de Natal.

Figura 31: Ir. Marlene Pessoa Lins, distribuindo a eucaristia.



Fonte: Arquivo MJC

O acontecimento teve grande repercussão uma vez que, até então, apenas o sacerdote poderia ministrar este sacramento. A Irmã Marlene Pessoa Lins, tendo substituído a Irmã Irazy Bastos, sendo, então, a Superiora²¹ da

²¹ Irmã Superiora – aquela que recebe, segundo as normas do Instituto, a incumbência de administrar os bens materiais da comunidade religiosa e favorecer meios de crescimento espiritual para as demais Irmãs. Em geral, recebe o tratamento de Madre.

Comunidade, foi a primeira mulher, no mundo, a distribuir a Eucaristia. As outras Irmãs da experiência piloto também foram agraciadas com essa concessão.

Até que lhes fosse permitido distribuir a Eucaristia, e mesmo após essa permissão, o cuidado em preparar o povo para a recepção dos sacramentos foi constante. Todas as oportunidades eram aproveitadas. Uma estratégia foi a de promover, entre os leigos, auxiliares capazes de colaborar nessa função.

Assim, foram organizados encontros para: equipes de liturgia, preparando agentes que assumissem os cantos, comentários, ornamentação, preparação do quadro mural etc.; equipes de catequese, com orientações para professoras das escolas que também atuariam como responsáveis pela catequese escolar; e encontros com adolescentes, para uma integração na comunidade e formação cristã.

Além dessas realizações, continuavam as visitas domiciliares despertando as famílias para a consciência da sua grande responsabilidade na comunidade. As Irmãs procuraram, sempre que possível, participar nos movimentos organizados pela comunidade local. Atendiam os doentes até mesmo aplicando injeções. Apoiavam os movimentos já existentes, anteriores à sua chegada, como o Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística que, segundo registro em relatório, já encontraram agonizantes.

Para cada nível de idade, alguma coisa era pensada. Para as crianças, foi iniciada a preparação à Primeira Eucaristia. Através dessa preparação, já nos primeiros anos, famílias de 29 crianças foram atingidas com reuniões e visitas. Uma conta comum foi criada em vista das despesas necessárias para o solene dia festivo.

Uma paróquia de Natal também colaborou doando uma quantia em dinheiro, de valor significativo. Voluntárias da comunidade local confeccionaram as roupas das crianças. Aos poucos ia surgindo o envolvimento das pessoas com as necessidades comuns.

Havia, nos diversos povoados, 11 Capelas e, a cada domingo, o Vigário visitava uma delas acompanhado das Irmãs. Lá, de casa em casa, as famílias eram convidadas para a missa. Também cuidavam de preparar as

peças para a confissão e ensinavam os cânticos da celebração. As pessoas gostavam da presença das Missionárias e não economizavam palavras para expressar seus sentimentos na linguagem peculiar dos interioranos iletrados. “Um dia, um bêbado disse a uma Irmã: Irmã, a gente sabe que as irmãs vieram aqui pra melhorar a vida da gente. Irmã, reza pra mim num bebê mais” (VIGÁRIAS, Relatório, [s.d.], p. 4).

A Paróquia estava sendo restaurada em vários aspectos, tendo, sempre, a participação de todos. Uma das primeiras ações foi a constituição do Conselho Paroquial cuja atribuição seria governar a Paróquia junto com o Vigário e as Irmãs.

Figura 32: Primeiro Conselho Paroquial.



Fonte: Arquivo MJC.

Dentre as atividades em vista da evangelização, o Lucernário tornou-se um ponto forte e de referência para a comunidade local. Muitas vezes os compromissos pessoais passavam a ser agendados para “antes” ou “depois” do Lucernário (VIGÁRIAS, Relatório, [s.d.], p. 4). Isso denota que, nele, a frequência seria garantida. Ali os paroquianos refletiam a Palavra de Deus, cantavam, recebiam instruções, conselhos e informações e, por fim, era uma forma de participação numa vida, também social, que antes não havia.

Aos domingos e dias santos, após o Lucernário, iam todos para o Centro Social, para um momento de descontração com cantos acompanhados

ao violão ou acordeon pelas missionárias. As Irmãs mostravam-se contentes, pois os jovens podiam desfrutar de um lazer sadio e rico de mensagens cristãs.

No momento do Lucernário, informava-se o que se passava na comunidade. Ao ser anunciada a chegada de alguma visita, automaticamente, no dia previsto, começavam a trazer o que era preciso para receber o visitante ou o grupo de visitantes. Num desses momentos de comunicação, foi lida uma carta enviada da França, na qual o Vigário de *Masserbourg* pedia notícias da Paróquia e adiantava que seus 350 paroquianos queriam tomá-la como afilhada. Ofereciam orações, sacrifícios e auxílio financeiro. Para elas, essas demonstrações de apoio fortificavam o comprometimento e a sensação de pertença na família universal.

Também de Nova York, Estados Unidos, a comunidade recebeu o presente de um Jeep que muito facilitou o deslocamento para os povoados. Antes que o veículo chegasse, Ir. Irany compôs uns versinhos para ele e deixou a sugestão do nome: *Maranatha*, que significa “O Senhor vem!”. Como sua função seria transportar as Irmãs e os agentes de pastoral que preparavam os caminhos do Senhor, assim era a letra do canto:

Maranatha, natha, natha,/ Assim, se chama alegremente,/ O
Jeep que com amor,/ Vai rodando pelo mundo/ Anunciando a
toda a gente/ A chegada do Senhor! (VIGÁRIAS, Livro de
Tombo, 1963, p. 125).

Era um dinamismo empreendido que atraía a atenção de muitas Dioceses do Brasil e do exterior. Muitos visitantes surgiram porque queriam conhecer a experiência piloto de Nísia Floresta.

As visitas eram muito bemvindas, mas, em alguns casos, concorriam para mudanças das ações planejadas. Alguém precisava receber, acompanhar, mostrar o que era realizado e isso exigia da comunidade religiosa um desempenho dinâmico e improvisador.

Percebe-se um intenso esforço das Irmãs para desenvolverem essa inovadora ação pastoral. Apesar do contexto nacional conturbado naquele período, em face do governo sob o comando de militares, continuavam criando novos Centros Sociais, Clubes de Mães e Centros Artesanais, e apoiando os

movimentos dos grupos, na cidade e nos povoados, com cursos e treinamentos de capacitação de lideranças.

Tudo era muito novo para elas que saíam das habituais obras da Congregação para um estilo de inserção mais próximo à vida do povo. Além do mais, o trabalho sofreu em virtude do revezamento de Irmãs na comunidade de Nísia Floresta. Houve períodos de constantes mudanças no quadro da comunidade, o que representou uma das dificuldades.

Vários motivos ocasionaram a transferência de Irmãs. Dentre eles, enfermidades cujo tratamento não era disponibilizado no local e falta de adaptação à realidade de Nísia Floresta. A Congregação das Missionárias, dentro das suas possibilidades, procurava solucionar essas situações. Apesar dos contratempos, para que vencessem os obstáculos, a assistência do clero foi fundamental, assim como a do SAR.

Torna-se importante destacar que as Irmãs buscavam o aprimoramento pessoal e comunitário para o desenvolvimento da missão. O preenchimento do relatório de 1967, para a CNBB, registra a leitura de livros lidos pelas Irmãs na comunidade: “Como trabalhar em grupo” (Andrey R. Tecker); “Doutrina Social da Igreja” (M. Guerry); “Organização da Comunidade e Planejamento” (Arthur Hillmam); “Evangelho e Renovação Social” (Frei Josaphat); “Reconstruir o Mundo” (Pe. Marins). Para essas leituras e estudo, reservavam um tempo aproximado de uma hora, diariamente, se bem que muitas vezes esse tempo era sacrificado em virtude dos imprevistos.

O Relatório registra ainda, cursos intensivos frequentados como o de “Catequese”, em fevereiro de 1965, em Campinas e, outro, em julho de 1966, em Ponta Negra; de “Liturgia”, em novembro de 1966, em Salvador; de “Relações Humanas”, em outubro de 1966, em Salvador; de “Teologia”, em 1965, em Fortaleza; de “Pastoral”, em julho de 1966, em Campinas; de “Doutrina Social da Igreja”, em Fortaleza, ocorrido de 1963 a 1965; dos “Documentos Pontifícios”, em abril de 1966, em Natal; da “Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), em Ponta Negra, realizado entre 21 e 23 de abril de 1967.

Esses cursos intensivos variavam de duração. Alguns eram de três dias, outros de uma semana ou um mês. Entretanto, segundo consta em relatório, serviram para conscientizá-las de que eram Igreja. Sua missão consistia em promover o povo que o Senhor lhes havia entregue e a quem deveriam ensinar e fazer discípulos seus.

As normas que regem a Vida Religiosa em si, incluem momentos específicos destinados ao cultivo da espiritualidade da Irmã, seja na esfera pessoal, seja na comunitária. A observância dessas normas é fundamental e se torna algo de valor inestimável para qualquer Congregação Religiosa, mesmo aquelas de vida ativa²².

Para cumpri-las, demanda-se tempo. Também as Missionárias precisavam dar atenção a esses momentos sagrados, considerados indispensáveis para alimentar a vocação à qual foram chamadas. Diante da realidade de Nísia Floresta, com total abnegação e disponibilidade para o povo, o cumprimento desse dever canônico exigia forte disciplina das Irmãs, e, por vezes, era sacrificado.

Cada congregação estabelece a forma de atender a essas normas e, naquela comunidade das Missionárias, o procedimento se fazia com leveza porque, segundo depoimentos, a comunidade era pequena em número de membros e havia bastante flexibilidade de horários.

Diariamente, um tempo era destinado à meditação. Periodicamente, realizavam uma meditação comunitária que consistia de uma oração inicial, leitura de um texto previamente escolhido tendo, cada uma, uma cópia em mãos. Após a oração inicial, uma das Irmãs fazia a leitura em voz alta, seguindo um tempo de silêncio para interiorização da mensagem. Se alguma quisesse, podia colocar em comum a sua reflexão pessoal, mas a maior parte do tempo era

²² As religiosas de vida ativa procuram evangelizar, utilizando uma ação direta junto ao povo. As de vida contemplativa, estando enclausuradas, unem-se às necessidades do povo através da oração e da penitência. Cada Congregação organiza seus Estatutos, Diretórios e Regra de Vida, que devem ser aprovados por autoridade eclesiástica e atualizados, em conformidade com a realidade local e temporal. Nesses livros ficam estabelecidos o espírito da missão, a disciplina, as obrigações religiosas e litúrgicas e tudo que se refere à forma de vida da religiosa, seja ela de vida ativa ou contemplativa.

destinado ao recolhimento silencioso. O final da meditação podia variar com orações espontâneas, um canto ou uma oração em comum.

O dia de recolhimento contava com três meditações: a primeira, comunitária; a segunda, comentada pela Madre, e a terceira, particular. Nesse dia, também se fazia uma revisão de vida e se estabeleciam os propósitos pessoais para a vivência do mês seguinte. O método adotado era o do Ver, Julgar e Agir²³. As confissões têm lugar de destaque nesse processo de alimento espiritual e aconteciam nos dias de retiro do clero, ao qual participavam e que substituíam o retiro mensal, próprio da Vida Religiosa Consagrada. É interessante destacar que as Irmãs participavam das reuniões do clero, com direito a voz (VIGÁRIAS, I Livro de Tombo), a voto (SANTANA, 2015, p. 184) e tornaram-se membros de Conselho diocesano (SANTANA, 2012, p. 177-178).

Na opinião das Missionárias, esses momentos eram ricos em bênçãos para a vida de comunidade e contribuía para o fortalecimento da vida fraterna que se expressava no encontro com o povo. A preocupação consistia no “viver o espírito da vida religiosa e não a letra” (VIGÁRIAS, Relatório p/ CNBB, 1967, p. 9).

Sintetizando o período, observa-se que os desafios enfrentados, apesar das características, não fizeram esmorecer o ânimo inicial da experiência. Primando pelo respeito ao povo, as Missionárias buscavam uma adaptação aos costumes locais para então trazerem novos conhecimentos e novas propostas de ação. Em se tratando de política governamental, o momento foi de graves acontecimentos no país, além de uma política de desenvolvimento econômico que fazia crescer o empobrecimento das classes populares.

No que se refere à Igreja, a CNBB lança o PE para uma Pastoral de Conjunto, e Medellín (1968), acolhe a Conferência Episcopal Latino Americana, direcionando o caminhar dos cristãos para uma nova humanização no continente.

²³ O método do Ver, Julgar e Agir consiste em etapas simultâneas: VER – momento de um olhar crítico para uma determinada realidade; JULGAR - momento da análise de conjuntura que implica numa reflexão para iluminar a realidade; e finalmente AGIR – tomada de decisão, na perspectiva de solucionar o problema. Esse método foi utilizado pelo movimento de Ação Católica.

Nísia Floresta atrai a atenção do Brasil e do mundo, alimentando o entusiasmo pela experiência do novo estilo de vida religiosa:

um pequeno grupo de Irmãs vivenciando a fraternidade e a corresponsabilidade numa alternância de serviços e tarefas do mesmo ministério, superando racismo e outros preconceitos culturais (VIGÁRIAS, Relatório Final, 1989, p. 5).

3.3.1.2 Pela supremacia da promoção humana - 1970 a 1979

Os planejamentos para o período de 1970 a 1979 deram continuidade aos anteriores intensificando buscas mais consequentes no sentido de direcionar a pastoral de Nísia Floresta conforme a inspiração inicial. Contudo, a orientação proveniente de Medellín, referente à opção preferencial pelos pobres, impulsionou o vigor pastoral (VIGÁRIAS, Relatório 1971, p. 2); (VIGÁRIAS, Relatório 1972, p. 2; 1973, p. 2; 1974, p. 2; 1975, p. 2).

A transformação pela qual passava a América Latina indicava a necessidade de transposição do menos humano para o plenamente humano. Nesse sentido, a Conferência de Medellín objetivava fazer uma releitura dos documentos conciliares para que, em seus conteúdos, a realidade latino-americana se apresentasse visível.

O forte do momento era a reflexão que se fazia sobre Justiça, Paz e Pobreza da Igreja. Muito se cogitou sobre a noção de que a paz é fruto da justiça; a paz não se encontra, portanto, é preciso construí-la; a paz se faz pelo amor, pela fraternidade. Esse esquema, na verdade, já fazia parte das estratégias adotadas na pastoral das Missionárias, em Nísia Floresta.

A grande mensagem que os Bispos quiseram passar nesse encontro foi a necessidade de renovação pessoal do cristão, livre e responsável, sem a qual não pode haver mudança social. Com um olhar voltado para a situação geral do homem latino-americano, sofrido e oprimido, ganharam força a Teologia da Libertação e a prática de inserção das Pequenas Comunidades nas CEBs.

A leitura dos relatórios e planejamentos dos trabalhos pastorais, em Nísia Floresta, indica que todos esses conceitos foram absorvidos pelas Missionárias e implementados em observância e fidelidade à Igreja.

O entrosamento com o Vigário dominical representou, na opinião das Irmãs, um fator de importância para garantir um resultado positivo e satisfatório da pastoral. O respeito mútuo e a fraternidade foram sempre reafirmados, mas é possível perceber que, com alguns vigários, o relacionamento fluía mais harmoniosamente.

Além da celebração da Eucaristia, a presença semanal do vigário fortalecia o trabalho da comunidade pela fundamentação teológica prestada às Irmãs e aos leigos que, com ele, governavam a Paróquia. Formando uma equipe de vida fraterna, de reflexão, planejamento e revisão, a meta que estabeleciam era dinamizar, animar e despertar o sentido comunitário no povo.

Numa publicação, Otto Santana confirma esse entrosamento quando diz:

A autoridade era das vigárias. A mim, como padre dominical, cabia a celebração dos sacramentos. A nós, a condução do processo. As autorizações que me eram solicitadas eu, delicadamente, as remetia às religiosas dizendo “o que as irmãs decidirem está decidido!”. Nas reuniões de avaliação e planejamento, hábito que se tornou sagrado, acertávamos os pormenores e projetávamos as novas conquistas (SANTANA, 2012, p. 178).

Nísia Floresta, naquele período, viveu uma crescente fase de urbanização. Como consequência positiva, esse crescimento provocou abertura de novas estradas de acesso ao Município e a penetração dos meios de comunicação social. Beneficiadas pelo desenvolvimento tecnológico foram as populações mais carentes.

Na política nacional do momento, foi destaque a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ocorrência de greves no ABC Paulista. A perseguição à Igreja se fez mais intensa pelo governo militar, mas, em Nísia Floresta, não foi detectada ocorrência mais grave.

Pelos registros em relatórios, observa-se que, ano após ano, a linha de trabalho implementado pelas Missionárias seguia o esquema proposto pelo PPC da Arquidiocese, que visava à promoção humana e evangelização.

As ações das vigárias partiam dos problemas reais e das necessidades sentidas na comunidade, para que, sob a inspiração do Evangelho, fossem encontradas as adequadas respostas.

Contra todas as aparências, não somos nós que, suportando o peso originário do trabalho, solicitamos que Deus, até então quieto, se decida a nos ajudar: é Ele que, amor eternamente em ato, “trabalhando sempre” desde a criação do mundo (Jo 5,17), convoca justamente a nós – resistentes e passivos, mesmo em nossos melhores dias – para que colaboremos em sua obra (QUEIRUGA, 2003, p. 80-81).

Apesar das eventuais alterações no quadro da comunidade religiosa, a execução das atividades ocorria sem desvios. Isso revela uma consciência comunitária de que, acima das preferências pessoais estava um plano coordenado e embasado em princípios indiscutíveis, fundamentado no Evangelho, e orientado pelo PPC.

Por isso, dando continuidade ao que já havia sido iniciado no período anterior, e já comentado nesse estudo, os trabalhos pastorais imprimiram expressões proféticas²⁴, num processo de libertação do povo, através de diferentes ações considerando três aspectos: educacional, religioso e social, conforme se segue:

a) No aspecto educacional – O principal empenho era ajudar as pessoas a descobrirem seus valores, levando-as a se conscientizarem de que eram elas as primeiras responsáveis pelo seu crescimento, desenvolvimento e pelo progresso da sua comunidade.

Nessa perspectiva, promoveram o funcionamento de 18 grupos de alfabetização de adultos, sendo 2 em Nísia Floresta, 1 no Porto, 2 em Tororomba, 2 em Morrinhos, 2 em Oitizeiro, 1 em Campo de Santana, 1 em Genipapeiro, 1 em Currais, 1 em Massapas, 2 em Pirangi do Sul, 1 em Alcaçus, 1 em Cachoeira e 1 em Sapé. Para alfabetização de crianças formaram 5 grupos, sendo 2 em Nísia Floresta, 1 em Tororomba, 1 em Morrinhos e 1 em Oitizeiro.

A título de colaboração, uma das Irmãs, Presidente da Comissão do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no Município de Nísia

²⁴ Expressão profética – comportamento que leva à conversão. Segundo a doutrina católica, a Palavra é o centro da ação profética, quando denuncia desvios e anuncia o caminho agradável a Deus.

Floresta, coordenava o Programa de Educação Integrada que atendia aquelas pessoas que, não tendo concluído o MOBRAL, poderiam fazê-lo em 16 meses.

Outra Irmã assumia a tarefa de Supervisora Municipal nesse programa. Era uma proposta desenvolvida em conjunto com o SAR e a Secretaria de Educação do Estado, transmitida pela Emissora de Educação Rural da Arquidiocese que, de início, funcionava em 6 localidades: Nísia Floresta, Porto, Timbó, Alcaçus, Pirangi do Sul e Barra de Tabatinga. Em 1976, o programa cresceu, atingindo 18 postos, distribuídos em 15 localidades.

O relatório de atividades do ano de 1976 informa que, já por 5 anos, as Irmãs coordenavam o MOBRAL em Nísia Floresta. Isso incluía recrutamento de analfabetos, treinamentos de monitores, visitas às escolas, pagamentos aos monitores e prestação de contas ao MOBRAL Central.

Algumas Irmãs se integraram ao Ensino Público com regência de classes no I e II graus. Atuaram também na Supervisão e regência de grupos, em nível municipal, atendendo as necessidades de monitoras no Projeto de Alfabetização de Adultos. Havendo crianças que não tinham condições de frequentar escolas, as Irmãs preparavam jovens da Paróquia para assumirem a alfabetização das mesmas.

Figura 33: Aula de alfabetização pelo MOBRAL.



Fonte: Arquivo

A colaboração se estendia, ainda, para a Educação Política, através do programa “O Bem Comum”, criado pelo SAR. Em 1974, sete localidades

foram agraciadas no treinamento de 16 monitores. Uma das irmãs, supervisionando 10 desses grupos, despertava-os para os problemas da comunidade.

Em 1976, 20 pessoas foram treinadas e organizaram pequenos grupos de reflexão em 8 localidades. O objetivo era claro: prepará-las para uma participação mais efetiva na vida político-administrativa dos municípios. Os grupos artesanais também foram alvo de um trabalho de politização.

Em 1974, dois cursos de formação profissional foram promovidos, atendendo à necessidade de capacitar cozinheiras e pedreiros. Em cada um dos cursos participaram de 20 a 25 alunos. O SAR e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) colaboraram com a realização desses cursos.

b) No aspecto religioso – Sempre buscando a criatividade, as Irmãs criaram vários grupos: de audiência, de liturgia, de jovens e de catequese escolar.

Os chamados grupos de audiência eram os grupos de evangelização. Eles se reuniam mensalmente, sendo 2 na sede e 8 nos povoados. Nos momentos fortes de Advento, Quaresma, Semana da Bíblia, novos grupos apareciam. O objetivo era a dinamização dos moradores e as Irmãs contavam com a colaboração de um monitor.

Figura 34: Grupo de audiência, em formação com um monitor.



O grupo de liturgia abrigava 12 leigos, quase todos muito jovens. Além das reuniões mensais para reflexão, revisão e planejamento, eram responsáveis pela limpeza e ornamentação da Igreja, pelas leituras, cantos, orações nas celebrações e nas procissões. Na ausência das Irmãs, a equipe assumia a celebração da Palavra aos domingos e também a cerimônia de enterro. Em 4 povoados o grupo de liturgia presidia o culto dominical.

Assim, iam as Irmãs preparando lideranças capazes de assumirem, num futuro próximo, os desígnios da Paróquia. O grupo de jovens era fortalecido com passeios, recreações e encontros semanais que constavam de reflexões a partir da realidade local. Ajudavam nas campanhas de saúde, educação e movimentos sociorreligiosos da Comunidade.

Em 1975, o trabalho catequético das escolas culminou com a realização da 1ª Eucaristia de 42 crianças.

Em 1976, foi criado um grupo de oração que se reunia toda quarta-feira na residência das Irmãs. Um trabalho mais assíduo, naquele ano, acontecia em Porto, Tororomba, Timbó, Morrinhos, Genipapeiro, Currais e Campo de Santana; mas, em todos os demais, havia sempre dois dias de preparação para a missa mensal.

c) No aspecto social – As atividades normais do planejamento conferiram atenção especial à questão sanitária que era um dos graves problemas no Município. Portanto, na questão sanitária, promoveram-se campanhas de filtros e construções de fossas sépticas com a colaboração da Pastoral da Juventude e grupos de adultos.

Esse trabalho de educação sanitária se estendeu por alguns anos e atingiu, até o final de 1974, 35 famílias. Ao final de 1975, 30 famílias foram beneficiadas pela campanha de fossas e 52 pela campanha dos filtros. A princípio, a aquisição do material se deu através de um convênio SAR-LBA e, posteriormente, pelo sistema de crédito rotativo. Como resultado de palestras e filmes educativos, pessoas residentes em outros povoados descobriram a importância e a necessidade de também construir suas fossas e, para isso, solicitaram o financiamento à Paróquia.

A vacinação contra febre tifoide, sarampo, coqueluche, difteria e varíola, promovida pela Secretaria de Saúde do Estado, contou também com a colaboração das Irmãs e grupos de jovens. Duas das Irmãs participaram da equipe de Defesa Civil do Município, promovendo as ações necessárias.

Para favorecer um aumento de renda familiar, em parceria com a LBA, foram promovidos cursos de especialização de mão de obra. No ano de 1975, 25 alunas participaram de um curso de primeiros socorros, com duração de 80 horas/aula, e outras 25 participaram do curso de corte e costura, com duração de 150 horas/aula.

Em 1976, foram oferecidos cursos profissionalizantes, como datilografia, para 32 moças e rapazes, arte culinária, para 20 moças, violão, para 10 jovens, horticultura, para 20 pessoas, tendo, esse último, a assistência de um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do SAR.

Com a ajuda das Irmãs, o Clube de Mães foi reativado com encontros, nos quais eram refletidos os problemas da vida em família e educação dos filhos. O encontro era ainda utilizado para aulas de pintura, bordados, costura e confecção de flores.

Figura 1195: Enchente ocorrida em povoado de Nísia Floresta.



Fonte: Arquivo MJC

Uma situação extraordinária, que causou grande preocupação e sofrimento a todos, aconteceu no período de abril a junho de 1974. O Município

foi atingido por uma verdadeira catástrofe. Um grande número de pessoas ficou sem abrigo por força das enchentes que ali ocorreram e toda a equipe paroquial ficou voltada, em total disponibilidade, para levantamentos da situação, distribuição de alimentos, de remédios, roupas e cobertores.

Segundo registro no acervo da Congregação das Missionárias, essa enchente atingiu, de maneira mais crucial, o povoado de Campo de Santana. As águas começaram a subir na Quinta-feira Santa. Nesse mesmo dia, uma das Missionárias foi ao local enfrentando grande dificuldade de mobilização. Serviu-se do Jeep, de canoa e, a pé, subiu e desceu morros de areia. Foi a primeira a chegar fazendo-se presença confortadora.

Outras localidades foram também atingidas, mas, em Campo de Santana, a água atingiu a altura do teto das casas, provocando o deslocamento dos moradores para abrigos improvisados. A Casa Paroquial transformou-se num Centro de Operações onde eram depositados os donativos, faziam-se as reuniões e dormiam os voluntários das áreas da Saúde, da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) e os da Rádio Difusora.

A situação tornou-se angustiante, apesar da colaboração que chegava de todas as partes com roupas, alimentos, remédios. Membros do Governo, Lions, Maçonaria, Igreja e estudantes foram presenças fraternas e solidárias.

O trabalho da comunidade local, no início, foi mostrar aos poderes públicos a necessidade de assessorá-los. Eram 788 famílias atingidas. Nesse sofrido acontecimento, uma das Irmãs ficou como Diretora Executiva da Comissão Municipal de Defesa Civil. Outra se responsabilizou pela distribuição de alimentos e uma terceira dedicou-se ao setor de saúde. Quando as águas baixaram e tudo parecia normalizado restou, ainda, o rastro de doenças, podridão e morte.

Em 1975, através de um convênio entre o SAR e a MISEREOR (grupo episcopal alemão de ajuda financeira ao Terceiro Mundo), 30 famílias conseguiram reconstruir suas casas prejudicadas pelas enchentes. Cada família recebeu mil cruzeiros em material, para ser pago em pequenas prestações durante dois anos e meio. Em regime de mutirão, começaram a fabricar tijolos.

Em 1976, dando continuidade ao que fora iniciado em 1973, as Irmãs conseguiram recursos financeiros, através do SAR e da MISEREOR, para melhoria de habitação: 12 casas, sendo 10 em Nísia Floresta e 2 no Porto. Quinzenalmente aquelas famílias se reuniam para pagar suas prestações e receber instruções do programa.

Figura 36: Trabalho de reconstrução.



Fonte: Arquivo MJC

A vida seguia seu curso e, por isso, momentos festivos e recreativos também entravam na pauta das atividades. Os dias dedicados às Mães, aos Pais, às Crianças, ao Professor, à Pátria e outros, enfim, como São João, eram bem aproveitados com celebrações e lazer, nos quais uma palavra bíblica era dirigida a todos, de modo a dar um sentido cristão ao momento. Nenhuma oportunidade era desperdiçada; ao contrário, servia para destacar a importância dos valores positivos e valiosos da educação, participação, colaboração, harmonia e vivência fraterna.

Figura 37: Torneio por ocasião da Festa da Padroeira.



Fonte: Arquivo MJC

Eventos especiais como a Campanha da Fraternidade e a Festa da Padroeira, considerados movimentos de massa, despertavam, no povo, um entusiasmo diferenciado. Nessas ocasiões, pessoas que não tinham um efetivo engajamento na vida da Paróquia participavam de reuniões de planejamento com o Vigário e as Irmãs. Assumiam tarefas de acordo com suas disponibilidades. Isso facilitava arrecadar, por exemplo, os donativos na ocasião da, já conhecida, Marcha da Fraternidade.

Em 1975, o tema motivador da Campanha da Fraternidade foi “Repartir o Pão”. Ao final da Campanha, na culminância com a Marcha da Fraternidade, foram arrecadados os donativos e o apurado financeiro foi revertido para a aquisição de 20 filtros para o início da nova diligência: “Adquira o seu filtro”.

Figura 38: Coleta de donativos para a Campanha da Fraternidade.



Fonte: Arquivo MJC.

Em 1976, o tema gerador da Campanha foi “Caminhar juntos”. Neste ano, o que foi apurado na feira com os donativos arrecadados serviu para empréstimos às pessoas que não dispunham do suficiente para providenciar

seus documentos pessoais. Como a população era muito pobre, o resultado financeiro também foi pouco, segundo consta no relatório.

Resumindo, o trabalho realizado nesse período, com foco na promoção humana dos nisiaflorestenses, embora não tenha atingido a meta idealizada, possibilitou um avanço considerável na vida de muitos, tornando-se estímulo para a continuidade das ações.

3.3.1.3 Pela primazia da união - 1980 a 1989

O Episcopado Latino-Americano continuava atento aos propósitos assumidos em Medellín e avançava em suas metas pastorais com olhos abertos para a situação do povo do continente, ainda desassistido. Foi, então, que fez acontecer a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla de los Angeles, no México, entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979.

A motivação desta Terceira Conferência Geral foi o gritante fenômeno da desigualdade e injustiça para com milhões de seres humanos segregados, explorados, sem possibilidades de desfrutar dos seus direitos, muitas vezes feridos, antes mesmo de nascerem.

Chama nossa atenção o reconhecimento, pelos bispos, de que “o cristianismo, que traz consigo a originalidade do amor, nem sempre é praticado em sua integridade nem mesmo por nós cristãos” (LIBÂNIO, 1995, p. 82). Daí, concluírem ser necessário chamar todos à conversão, em vista de uma prática condizente com o ensinamento de Jesus Cristo.

Essa Conferência teve grande repercussão, sobretudo, entre o clero e as organizações religiosas na época. De modo especial, as Congregações Religiosas dedicaram tempo e atenção em estudos, assim como elaboração de projetos e programas que se aproximassem das orientações propostas no documento final publicado.

As Missionárias de Jesus Crucificado, em Nísia Floresta, estavam integradas numa missão específica que tinha tudo a ver com aquilo que a Conferência de Puebla apresentava. Seus planejamentos, relatórios anuais e

depoimentos concedidos, conferem credibilidade ao esforço que realizaram para uma evangelização comprometida com a promoção humana, conforme orientação da Igreja.

Por isso, é interessante lembrar as cinco partes do documento conclusivo que corroboram a prática da experiência por elas exercidas: I) Visão pastoral da realidade latino-americana; II) Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; III) A evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação; IV) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina; V) Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais. São pontos que preconizam o que já buscava a Arquidiocese de Natal, através da ação dinamizadora das Irmãs.

Como se popularizou, na época, a expressão *“opção preferencial pelos pobres”* resumia a proposta de evangelização na América Latina. Na verdade, a experiência piloto de Nísia Floresta poderia ser considerada uma célula deste corpo de ação evangelizadora porque atendia a todas as orientações básicas do documento.

A evangelização que elas entendiam era a do respeito à piedade popular que servia de base para o chamado à participação comunitária sendo esta, importante para a promoção humana tão necessária. Utilizavam os momentos privilegiados da liturgia para fazer crescer a fé que conduz à libertação cristã.

Em 1980, vislumbra-se uma caminhada missionária mais fortificada quando o relatório apresenta um trabalho realizado em equipe. A referida equipe, segundo a Irmã Elza, superiora da comunidade na época, era formada de Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, Agentes de Pastoral e o Vigário dominical, conduzindo, juntos, a animação e coordenação da Paróquia.

O objetivo continuava inalterado, ou seja, comunhão com Deus e os irmãos, numa Missão Libertadora, através da oração, participação, acrescido, apenas, da *“opção pelos pobres”*, como recomendava Puebla, mas já inerente às metas, em sua origem.

Na busca de atingir os objetivos, continuaram as visitas aos povoados para descobrirem lideranças, num sempre mais profundo conhecimento da

realidade das famílias. Na visita às casas onde moravam os mais necessitados da sede, constataram grande número de pessoas sem trabalho, crianças sem frequentar escolas, habitações precárias, alimentação deficiente, prostituição, pessoas sem conhecimento dos seus direitos.

Figura 39: Coleta de donativos para a Campanha da Fraternidade.



Fonte: Arquivo MJC

A convicção perceptível foi a de que a presença das missionárias, tanto na sede como nas comunidades rurais, precisava ser questionadora, de

apoio e comprometimento com os pequenos. Para elas, fazia parte da missão ser apoio aos que sofrem, refletir sobre os problemas, conscientizar sobre os direitos, sempre confrontando as possibilidades com a Palavra de Deus. Confirma isso, o que encontramos no relatório de 1980, ao afirmar:

Procuramos não impor planos de ação, acolhendo e respeitando a maneira como os animadores locais fazem as Celebrações, as reuniões, catequese despertando para o que é essencial, respeitando a religiosidade popular, e orientando numa linha de reflexão, partindo da realidade e buscando na Palavra de Deus, e nas decisões da Igreja e orientação para o agir (VIGÁRIAS, Relatório, 1980, p. 2).

A descentralização sempre foi um ponto forte no trabalho das Missionárias, em Nísia Floresta. Justifica-se por ser, afinal, um trabalho com características de envolvimento da comunidade na vida da Paróquia e no despertar para um protagonismo pessoal e comunitário em busca de libertação evangélica.

Embora essa descentralização tenha sido uma realidade na maioria dos povoados e progredido em seu processo, foi considerada, em 1982, pelas Missionárias, insuficiente devido à falta de recursos financeiros para uma melhor preparação dos animadores.

Nessa linha, os movimentos da Paróquia eram planejados e avaliados com a presença e participação da comunidade. Os movimentos eram: a Campanha da Fraternidade, Semana Santa, Mês de Maio, Mês da Bíblia, Festa da Padroeira e Novena do Natal.

Outras atividades também já estavam sendo exercidas por colaboradores. Os trabalhos da Secretaria Paroquial eram assumidos por uma jovem evangelizadora; a preparação para os Sacramentos, em algumas comunidades, era assumida por leigos; a Catequese Escolar, que antes era responsabilidade de uma Irmã, agora já estava com uma professora da comunidade que, quando necessário, buscava ajuda da Equipe; o curso de datilografia passou a ser assumido por um leigo da comunidade; as taxas dos sacramentos, coletas e contribuições mensais eram recebidas pelos jovens que já se encarregavam de alguns pagamentos da Paróquia; os foros de terrenos da Paróquia passaram a ser pagos na Prefeitura, junto com o imposto predial.

Aos poucos, as Missionárias iam preparando e organizando uma equipe administrativa que lhes possibilitasse, um dia, entregar a administração da Paróquia, conforme o estabelecido no início – experiência piloto de Vigárias em Paróquias sem Padres residentes, enquanto se fizesse necessário.

Basicamente, no período a partir de 1980, as atividades continuaram com a Equipe administrativa que ia tomando mais consciência de que a missão era descobrir, incentivar, animar e acompanhar os Agentes de Pastoral no aprofundamento da Evangelização Libertadora.

O trabalho com as famílias foi fortificado e acrescido de novos grupos de reflexão, principalmente na sede do Município. Com os jovens, as atividades seguiram através de suas reuniões mensais, encontros promovidos pela Pastoral da Juventude e grupos se responsabilizando pela catequese infantil. Nessa área, os jovens dedicaram-se em aprimorar o entrosamento das crianças através de festas com representações (aniversários, Dia da Criança).

A vivência no meio rural deu às Missionárias um melhor conhecimento da realidade do homem do campo, propiciando reflexões mais condizentes sobre os problemas e os conflitos existentes nas localidades. Conforme sempre afirmam em seus relatórios, a assessoria do SAR teve destaque preponderante no encaminhamento das ações. No ano de 1980, o SAR coordenou um Projeto de Educação Política fazendo dias de estudos sobre o livro “Terra – Escravidão ou Libertação”.

Uma das dificuldades dos lavradores consistia na ocorrência da sua expulsão das fazendas, na plantação de capim no lugar da lavoura etc. Esses problemas ainda estavam sem solução. As Missionárias vivenciavam a etapa do “Ver”, precisando aprofundamento para conhecerem as causas e partirem para uma ação concreta. No momento, o que era possível era o incentivo à presença e participação ativa dos trabalhadores no Sindicato Rural que, por sinal, fazia parte das atividades do já mencionado “Movimento de Natal”. Incentivavam, também, a leitura dos jornais “Grito do Nordeste” (regional) e “Disparada” (do SAR), que circulavam entre os agricultores e tratavam dos problemas da terra.

O ano de 1982 foi mais intenso e cuidadoso no apoio aos pescadores. Com a colaboração da Equipe de Técnicos da Pastoral de Pescadores de Recife,

o incentivo e as orientações ajudaram na luta pelos seus direitos. Uma conquista deles foi a indenização que receberam, naquele ano, pelos instrumentos de pescas que, anteriormente, haviam sido destruídos pelos fazendeiros. Sem descurar os demais grupos e a prioridade da assistência aos pescadores, em 1983, foi intensificada uma atenção especial aos Agentes de Pastoral.

Figura 40: Assistência aos pescadores.



Fonte: Arquivo MJC.

As prioridades da Arquidiocese distribuíam-se em cinco setores que, a cada ano, iam tendo atenção diferenciada das Missionárias à medida do que, no decorrer do processo, era alcançado, ou não, acerca dos objetivos propostos. Família, jovens, mundo do trabalho, capacitação de agentes e Comunidade Eclesiais de Base compunham essas prioridades. Os relatórios anuais indicam a intensificação dada a cada setor.

Observa-se certa dificuldade das Irmãs no setor “Mundo do Trabalho”. O relatório de 1984 relata a falta de um líder, de motivação para comparecerem às reuniões nas quais eram tratados assuntos de seus interesses como os Estatutos da Terra, Leis Trabalhistas, Sindicatos etc. Já o relatório do ano anterior, menciona a complexidade do trabalho. As Missionárias, inclusive,

atribuem a si próprias, o despreparo para animar lideranças masculinas, neste setor (VIGÁRIAS, RELATÓRIO 1983, p. 3).

Consideraram, ainda, que a tentativa de assumir muitas tarefas, querendo dar respostas a tudo e a todos, incorreu na falha em alguns pontos do trabalho. Nem sempre o que fora programado pode ser executado. Em 1987, o retiro com animadores das diversas pastorais programado para o início das atividades, não aconteceu. Também o estudo sobre “Jesus, sua terra, sua gente, sua proposta”, que deveria ocorrer ao longo do ano, não foi realizado.

Até mesmo os encontros mensais com os animadores não foram assumidos em sua integridade. As reuniões semanais com agricultores e pescadores continuaram, porém, com liderança muito fraca. No parecer delas, a pastoral com estes trabalhadores não funcionou e o observado foi que eles não gostavam de reunião, principalmente coordenada por mulheres.

Dificuldades faziam parte da jornada diária e, por vezes, o resultado não era alcançado como gostariam. Registros apontam que desuniões, desencontros aconteceram neste ano entre agricultores, apesar do cuidadoso trabalho dos animadores de comunidade.

O Manual de Educação Política, lançado pela Arquidiocese, não conscientizou suficientemente a maioria. Uma minoria, porém, através dos Sindicatos, tendo a colaboração do SAR, soube se unir e apoiar a greve de outros plantadores de cana, em Pernambuco e na Paraíba. A luta era em favor da posse de terras cujo arrendamento fora estabelecido; mas, depois do terreno pronto para o plantio, o arrendatário quis faltar à palavra, desrespeitando o acordo firmado. Apesar disso, os trabalhadores foram fortes na luta e não cederam (VIGÁRIAS, 1982, p. 2).

Nísia Floresta continuava crescendo e, de forma mais acelerada, após 1980. Moradias modernas e dois conjuntos residenciais foram construídos: um na entrada da cidade, e outro, no Alto Monte Hermínio.

A partir de 1984, foi dado um forte encaminhamento para a formação das CEBs, aproveitando os grupos já existentes. A localidade de Timbó destacou-se nessa formação por já fazer uma experiência pioneira de comunhão e participação. Mesmo isolado, sem iluminação e sem transporte, através do

trabalho de artesanato, o povo se apresentava mais consciente de seus direitos e deveres na comunidade.

Três elementos caracterizam essa nova experiência: a reunião em grupos, com a finalidade da oração, reflexão e ação social, e sua realização de modo participativo, com ênfase no espaço comunitário; a vivência religiosa, sobretudo através da meditação da Bíblia, mantendo-se sempre a vinculação com a instituição católica; por último, a vizinhança dos moradores do bairro, da favela ou da área rural, formando uma comunidade típica de base popular (AZZI, 2008, p. 154).

Além de Timbó, outras comunidades já amadurecidas, como as de Porto, Campo de Santana e Oitizeiro, se distinguiram. Nelas não havia mendigos e todos se interessavam uns pelos outros.

Afora os encontros programados pela Arquidiocese e pelo V Zonal²⁵, do qual fazia parte a Paróquia de Nossa Senhora do Ó, com recursos próprios, a Paróquia promoveu encontros e estudos de capacitação para uma ação missionária mais vigorosa nas comunidades dos povoados (VIGÁRIAS, Relatório 1983, p. 2).

Figura 41: Presença nos sepultamentos.



Fonte: Arquivo MJC

²⁵ Zonais são áreas delimitadas por características distintas. No período da experiência das Vigárias, a Arquidiocese de Natal estava dividida em cinco zonais. Após alguns anos, reformulou sua estrutura, tendo, atualmente, 12 zonais.

A convivência harmoniosa entre grupos de religiões diferentes foi marcante, apesar das desuniões provocadas por alguns protestantes. Ainda assim, o povo demonstrou solidariedade em momentos de alegria ou de tristeza, a exemplo de sepultamentos de evangélicos, nos quais a presença de católicos era maior.

As celebrações litúrgicas, em 1980, e nos anos que se seguiram, tiveram um reforço muito prazeroso com a presença de um grupo de seminaristas capuchinos que acompanhavam o Vigário Dominical em suas vindas. As localidades do Alto, Porto, Tororomba, Morrinhos e Oitizeiro foram agraciadas com esse benefício.

Esperança foi o sentimento que definiu, em 1982, o caminhar da vida e dos trabalhos pelos laços de amizade, inserção e disponibilidade para a resolução dos problemas. Em consequência, destaca-se a descentralização como realidade na maioria dos povoados, embora não tenha sido considerado suficiente por falta de recursos financeiros para melhor serem preparados os Animadores.

Em 1984, as prioridades missionárias, em Nísia Floresta, continuavam sendo aquelas da Arquidiocese, do III Zonal e da Paróquia. No setor Família, o trabalho era orientado no sentido de transformar a vivência familiar numa expressão de fé entre seus membros, criando laços de amizade, tendo em vista a organização e engajamento nas CEBs. Com isto, nasceu um grupo de casais que, além das reuniões para refletir a Palavra de Deus, buscavam soluções para os problemas locais.

Em 1986, o desenvolvimento das atividades continuava sempre em consonância com os objetivos originais da missão. Estudos, encontros, visitas domiciliares, preparação das datas especiais, tudo numa roupagem um tanto nova no linguajar dos relatórios que passaram a mencionar, mais frequentemente, a formação das CEBs.

As Comunidades Eclesiais de Base não surgiram espontaneamente das bases da população que as compõem. Elas apareceram como resultado de uma ação conscientizadora do clero e dos religiosos que, atuando como agentes pastorais, ajudaram o povo a perceber elementos reais de sua vida e situação histórica (AZZI, 2008, p. 153).

Percebe-se que, antes mesmo de serem estimuladas, essas Comunidades Eclesiais de Base já faziam parte da estrutura de trabalho das Missionárias, em Nísia Floresta. Naquele ano já encontramos autonomia econômica na maioria das capelas dos povoados em relação às suas despesas e gastos e, ainda, no serviço à comunidade local. A própria Igreja Matriz teve reparo geral assumido com recursos da comunidade cristã sob a liderança de um leigo engajado.

O ano de 1988 foi marcado pela comemoração dos 25 anos da presença das Missionárias de Jesus Crucificado em Nísia Floresta. A celebração dessa data constou de uma missão popular que atingiu a sede da Paróquia e os povoados de Porto, Genipapeiro, Currais, Golandi e Oitizeiro.

O tema geral da missão foi: “O Projeto do Pai realizado em Jesus Cristo – continuado pela Igreja”. Além de celebrar a presença das Missionárias, a missão objetivava avaliar a caminhada da Comunidade (povo-Irmãs) e reanimar o compromisso e a vida cristã nas Comunidades.

As Missionárias reconhecem que, apesar das falhas ocorridas ao longo dos anos de missão, muito pode ser realizado e em linhas gerais os objetivos foram alcançados. Estavam conscientes de que chegaria o momento em que suas presenças já não seriam mais necessárias pois a proposta da missão visava, inclusive, a esta meta. O foco da missão era preparar o povo para assumir, com o Vigário, a condução da religiosidade pessoal e comunitária.

Conscientes também estavam elas de que o mérito das ações bem sucedidas cabia a todo um corpo que, articulado, contribuía com apoio, presença, orações e finanças. Anualmente, ao concluir os relatórios, uma palavra de agradecimento era dirigida de modo especial aos benfeitores da missão. Neste agradecimento o Padre Van Straaten²⁶ era sempre mencionado porque, junto com cristãos da Alemanha, enviava uma ajuda financeira para o sustento das Irmãs e ações do apostolado. Concluindo o relatório de 1979, assim se expressou a Equipe Missionária:

²⁶ Padre Werenfried van Straaten, holandês, fundou, em 1947, “La Chiesa che soffre”, instituição de Direito Pontifício, com sede no Vaticano, com o objetivo de ajudar cristãos do mundo inteiro.

Após quinze anos de trabalho nesta paróquia, estamos bem conscientes que a nossa missão, além de coordenação paroquial, é de animar, incentivar e acompanhar os leigos em sua missão profética, procurando ser testemunha de coragem, simplicidade e alegria na luta pela libertação de todos os irmãos.

Para a realização deste trabalho contamos com:

-a acolhida, amizade e ajuda do povo, não só da sede como também dos povoados;

-o apoio constante da Arquidiocese de Natal, proporcionando-nos reuniões mensais de aprofundamento, encontros zonais, cursos, revisões periódicas e sobretudo a presença amiga do senhor arcebispo Dom Nivaldo Monte e seu bispo auxiliar Dom Antônio Soares Costa;

-a colaboração fraterna dos padres e religiosas especialmente das paróquias do interior que lutam pelo mesmo ideal;

-a ajuda da equipe do SAR e demais membros auxiliares da pastoral diocesana;

-a presença e incentivo da Congregação para novas experiências.

De modo especial, queremos agradecer a ajuda valiosa que nos é dada pelo Padre Van Straaten para podermos desempenhar esta missão junto aos irmãos mais pobres desta pequena cidade do nordeste brasileiro, Nísia Floresta-Rio Grande do Norte, primeira experiência de religiosas assumindo uma paróquia (VIGÁRIAS, Relatório, 1979, p. 6).

Após 25 anos de atividades, um último relatório foi elaborado com a colaboração de algumas Irmãs convidadas e agentes de pastoral que vivenciaram o novo tipo de Ação Pastoral. As Missionárias sentiram a necessidade de justificar a decisão de afastarem-se da experiência. Nos termos do relatório ficou registrado que era chegado o momento de parar, reabastecer, refazer as energias e, para isso, tornava-se necessário tomar distâncias, contemplar a experiência vivida que se transformaria em aprendizagem para o futuro (VIGÁRIAS, Relatório, 1989, p. 10).

3.3.1.4 Superando dificuldades

Dificuldades fazem parte de toda ação comunitária e o trabalho das Missionárias não ficou isento desse particular aspecto. Tem-se, entretanto, que dificuldades podem estar relacionadas a fatores externos ou internos a uma instituição responsável pela execução de um planejamento.

Em alguns casos, para as missionárias, os problemas enfrentados estavam ligados à situação a que era submetido o povo de modo geral ou mesmo às limitações individuais dos munícipes. Uma população sem preparo, sem estudo, sem formas alternativas de sobrevivência, vivendo uma cultura machista com forte valorização do coronelismo foi o que as missionárias encontraram ao chegar em Nísia Floresta (JORGE, Entrevista). Um quadro com essas características sinaliza a possibilidade das pessoas tornarem-se incapazes de enxergar outra realidade, submetendo-se às condições cada vez mais degradantes, provenientes da carência vivida nos âmbitos social, político e econômico. Em Nísia Floresta, esse cenário revela que dificuldades não iriam faltar, apesar de aquele povo ser ordeiro e humilde (JORGE, Entrevista).

A política ocasionou desuniões, desencontros e barruadas, mesmo diante do trabalho cuidadoso feito pelos Animadores, através do Manual de Educação política lançado pela Arquidiocese, que não conscientizou suficientemente, a maioria (VIGÁRIAS, Relatório, 1982, p. 2).

Pelo simples fato de estarem inseridas numa comunidade extremamente carente, o contexto local demandou esforços de abnegação. Familiarizadas com um estilo de vida sóbrio, motivado pelo voto de pobreza intrínseco à consagração das religiosas, em Nísia Floresta as missionárias precisaram viver uma escassez mais acentuada, pois dependiam das doações de quem pouco tinha a oferecer, até mesmo para alimentarem-se. Nessa circunstância, estavam vivenciando a solidariedade que, em Medellín, era refletida.

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles (MEDELLÍN, 1968, III, 8).

Mesmo com grandes recursos hídricos, sem a devida exploração, toda a área e, conseqüentemente, a população, vivia sem água tratada e exposta a todo tipo de doenças. Além dessa dificuldade, a paróquia possuía diversos povoados a serem visitados. Para tal, serviam-se de péssimas estradas nas quais, muitas vezes, o jeep atolava ou não conseguia passar devido as chuvas. Nessas situações era preciso atravessar a pé afim de levar àquele povo uma presença solidária e cristã.

Consideremos também que, mesmo sendo acolhedor e colaborando com o trabalho implantado, havia a necessidade de uma articulação clara com o povo e, cabia a elas, encontrar formas compreensíveis para uma comunicação eficaz, adequada ao vocabulário regional. “Foi difícil para elas, buscar vernáculos que as pessoas alcançassem. Falassem o português informal. Entende? Era ‘pru mode’” (JORGE, Entrevista).

Essas dificuldades apontam para uma realidade que reclama tempo para ser suplantada. Entretanto, para os que vivenciam tais dificuldades, desde que haja uma inserção efetiva na missão, a própria disponibilidade missionária encontra motivação para abraçá-las e diluí-las.

Vimos, anteriormente, que existiam também as dificuldades internas, mormente aquelas que eram provenientes dos limites da equipe ou de algum dos seus participantes. Esse tipo de problema deixa marcas e prejudica o desempenho do trabalho comunitário num grau de desconforto que depende do caso em questão.

Interpelada sobre o que mais foi marcante, assim se expressou Marlene, ao lembrar a experiência de Nísia Floresta. — “Tudo! Tudo foi vivenciado com muita intensidade”. E continuou:

Desde muito jovem senti-me chamada a uma ação apostólica dentro da Igreja. Abracei um serviço voluntário na Ação Católica da minha paróquia até que decidi entrar para a Vida Religiosa. Se pudesse, eu teria recebido o sacramento da Ordem mas a Igreja não permitia, como ainda hoje não nos permite, infelizmente. Quando a Congregação foi convidada para essa missão eu quis participar, mas não fui convocada. Fiquei triste! Depois, quando me chamaram, o impacto foi grande porque eu iria como superiora da comunidade. Confesso que, no início, fiquei insegura. Pensei até em não aceitar. Eu era muito jovem e apesar da nossa Congregação ser originalmente missionária, essa missão era inovadora não só para mim, mas para toda a Igreja. Mas, eu estava muito feliz e disposta a contribuir com o povo de Deus naquele serviço. Afinal, eu estaria realizando, em parte, o meu sonho maior de consagração.

Quanto à experiência, eu diria que foi como a própria vida, cheia de momentos de alegrias, entusiasmos, mas também dificuldades e superações. Assim como acontece em qualquer implantação de projeto tivemos situações adversas mas prefiro, hoje, guardar as lembranças consoladoras, lembranças gratificantes como o apoio irrestrito do clero e do povo. Dificuldade tivemos! Por exemplo, alguns proprietários dificultavam a entrada das Irmãs em suas fazendas, mas era

porque tinham medo das Irmãs levarem trabalhadores para o sindicato. Fizeram reuniões e nos convidaram. Explicamos qual era o nosso objetivo. Outra dificuldade era coordenar as atividades quando chegavam as visitas e precisávamos dar toda atenção a elas. Tínhamos também nossos próprios limites. O nível intelectual das irmãs na comunidade era diferenciado e era importante que todas tivessem a oportunidade de divulgar a mensagem de Cristo para o povo não só pelo acolhimento, mas, também, assumindo a palavra nos momentos de oração comunitária. Era preciso estudo, preparo e, com certeza alguns deslizes foram cometidos. O importante, porém, é que o povo, com menos conhecimento bíblico e teológico, não percebia. O que eles percebiam era o amor da irmã por Deus, por eles e pela missão (MARLENE, Entrevista).

Trazer à tona o que as missionárias relataram sobre seus limites e dificuldades precisa ser considerado nesse estudo, pois vem completar o panorama de uma experiência real, na qual não cabem conjecturas tendenciosas.

Reconhecer a própria condição de fragilidade constitui-se num ponto positivo para a superação dos contratempos prováveis. Pouco depois de iniciadas as atividades, em 23 de novembro de 1963, numa carta dirigida a Madre Irany, a Madre Geral recomendava cautela pois, segundo ela, “penso que temos de caminhar com vagar, pois não temos muitos elementos preparados e liberados para essa nova linha de trabalho apostólico” (Ver ANEXO N. 04).

A Congregação das Missionárias demonstrou atenção a esse ponto, segundo ficou registrado em relatório anual, que menciona o esforço da mesma, em solucionar aspectos ainda não superados pela comunidade religiosa de Nísia Floresta, referentes à: falta de capacitação dos membros; contratestemunho; muitas transferências motivadas por enfermidades (sem condições de tratamento no local), falta de adaptação ao trabalho etc. (VIGÁRIAS, Relatório, 1967, p. 7). “Sabendo do quanto carecemos, chegado ao final de um ano de caminhada temos que pedir perdão pelo que por nossa fraqueza omitimos” (VIGÁRIAS, Relatório, 1986, p. 4).

Vimos como falho, o assumir muitas tarefas querendo dar uma resposta a tudo e a todos (esse talvez devido sermos responsáveis pela organização de toda Paróquia) em vez de nos dedicarmos a uma determinada classe, dela fazendo haurir forças para as demais. Nosso despreparo no como animar as lideranças masculinas. Esses foram avaliados com membros da Equipe Regional, a fim de nos orientarmos melhor para o futuro (VIGÁRIAS, Relatório, 1983, p. 3).

Reforça esse aspecto, o cuidado em corresponder com fidelidade e competência a tarefa assumida com a Arquidiocese, expresso na carta endereçada ao Sr. Arcebispo, Dom Nivaldo Monte (Ver ANEXO N. 06).

3.3.2 Desenvolvimento dos trabalhos - olhar da comunidade local

Para complementar as informações colhidas nos arquivos da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, acerca da experiência em Nísia Floresta, entende-se que é de suma importância abrirmos um espaço para o que chamamos de “olhar da comunidade” porque este olhar acresce o “olhar das missionárias” e nos faz compreender, com mais profundidade, o benefício e o impacto resultante do ocorrido, funcionando também como “voz de referência”, “termômetro de repercussão”, “sinalizador de inferências” sobre algo inovador no campo da evangelização na Igreja católica. Sabe-se que depoimentos testemunhais têm importância e podem conferir valoração às narrativas.

Além do que pode ser captado nos arquivos da Paróquia de Nossa Senhora do Ó, a verbalização resultante de entrevistas e questionários respondidos deixa transparecer o olhar da comunidade fazendo suscitar quatro categorias sínteses para uma compreensão da experiência. Considerando as perguntas e o que foi salientado no decorrer dos depoimentos foram nomeadas as seguintes categorias: iniciativa da arquidiocese – inserção pastoral – mudanças na comunidade – limites e dificuldades.

Iniciativa da arquidiocese –

O Concílio Vaticano II, tendo promovido toda uma reforma no processo de Evangelização para a Igreja Católica, proporcionou um grande avanço de abertura naquela época com, inclusive, uma visão renovada sobre o papel da mulher na vida da Igreja.

A primeira categoria, está inteiramente relacionada a uma das perguntas do questionário. Se na época apenas sacerdotes podiam exercer ministérios dentro da Igreja, qual teria sido o entendimento e a aceitação do povo

ao ter mulheres ocupando espaço de liderança, direcionando práticas religiosas, sociais e econômicas?

Entrelaçando as concepções, percebe-se que a visão dos depoentes converge na perspectiva de que a iniciativa da Arquidiocese de Natal ao enviar freiras vigárias a Nísia Floresta, foi positiva, brilhante, rica, louvável.

Como se expressaram alguns entrevistados, esse “pioneirismo das Irmãs vigárias, certamente influenciou uma nova forma de viver a vida consagrada feminina” (Ir. LETICE, Entrevista) passando a ser, também, um novo aprendizado na convivência e na fraternidade. Segundo outra missionária, essa foi uma “ideia pioneira, vencendo o machismo e oportunizando às mulheres exercerem funções e ministérios, antes só para padres” (Ir. RUTH, Entrevista). A iniciativa, que foi uma verdadeira inovação na Igreja, foi também uma ressurreição para o povo, um tempo novo para os habitantes da cidade. O desempenho das vigárias paroquiais em Nísia Floresta foi notícia no mundo inteiro como um trabalho missionário inédito e de resultado surpreendente. À vista disso, vinham visitantes com ‘olhares positivos, querendo levar para os seus lugares esta mesma experiência’. Portanto, pode-se considerar que a iniciativa da Arquidiocese ‘foi algo inspirado pelo próprio Espírito Santo’ (Pe. JOÃO BATISTA, Entrevista).

Inserção Pastoral –

- Muitas Irmãs de Congregações diversas, deixam os conventos e vão para as periferias das cidades para evangelizar convivendo com o povo, formando assim, as Pequenas Comunidades no meio do povo e que deu origem às CEBs (Ir. LETICE, Entrevista).

Essa segunda categoria pode ser vislumbrada no decorrer da narrativa dos entrevistados. A inserção junto a uma comunidade carente envolve possibilidades e desafios. Para quem pretende trabalhar por uma comunidade com essa característica não é suficiente diagnosticar situações, mas propor alternativas para que mudanças ocorram e beneficiem o conjunto em suas necessidades básicas. Pode-se dizer que, para haver uma verdadeira inserção, é imperiosa uma presença efetiva no contexto da comunidade. A Igreja de Natal,

na década de 60, entendeu e contou com a colaboração das Missionárias de Jesus Crucificado nesse sentido.

Considerando os depoimentos, a população de Nísia Floresta, tanto na sede como nos povoados, deu um salto de grande relevância qualitativa (DALVAMIRA, Entrevista) pois, se antes viviam numa “situação semelhante a ovelhas sem pastor, sem ter ninguém para orientar, conversar e ouvir suas necessidades” (Ir. ECI, Entrevista), aos poucos os grupos foram se organizando para se formar como comunidade (Ir. LETICE, Entrevista), A presença das Irmãs em Nísia Floresta foi “uma presença de acolhimento e valorização do povo” (Ir. M. da GRAÇA, Entrevista).

As missionárias eram presença constante junto às pessoas, acolhendo e valorizando o que era próprio da comunidade. Estavam inseridas! Sem a pretensão de impor regras, o trabalho de aproximação com as famílias oportunizou a consciência de que caminhar conjuntamente produz efeitos benéficos para todo o grupo.

Eu acredito que a presença de religiosas atuantes numa realidade – no campo ou na cidade – leva o povo a uma melhor convivência e atuação na comunidade e as pessoas começam a ganhar consciência e melhor caminhar conjuntamente (Ir. ECI, Entrevista).

Além de serem presença constante eram também presença marcante, haja vista a transformação ocorrida no comportamento de alguns. A Sra. Dalvamira não pondera sobre as palavras que revelam seu estilo de vida antes e depois da convivência com as missionárias:

Eu era uma pessoa muito chafurdenta, falava muito da vida do povo, brigava muito, era mal com o povo... Então, na continuação, na convivência delas eu mudei muito! (DALVAMIRA, Entrevista).

Segundo paroquianos, a presença das Irmãs em Nísia Floresta foi bem interessante e atuante. Conforme revelam, antes, a participação do povo era mínima (APARECIDA, Entrevista) e, na Igreja essa participação era restrita a um grupo de pessoas de famílias influentes (DALVAMIRA, Entrevista). Dona Piedade diz que conviveu com as missionárias dentro de sua própria casa e lembra que a situação das famílias, de modo geral, era precária.

O povo que “se considerava esquecido foi acolhido, catequisado, adquiriu consciência da necessidade de caminhar conjuntamente” em busca de seus direitos (Ir. ECI, Entrevista). A convivência despertou colaboração e animação. “Era uma relação muito simples mas que trouxe grandes e saudáveis consequências” (Pe. ALFREDO, Entrevista).

O trabalho das missionárias foi um trabalho transformador a começar pela oração diária, com destaque para o Lucernário. Após essa oração da noite, seguia-se um momento recreativo, uma espécie de lazer em frente da Igreja Matriz com cantos acompanhados pelo violão. Era uma recreação comunitária. Exerciam uma pastoral diferenciada pois além de prepararem para os sacramentos davam aulas de alfabetização nos povoados onde não havia escolas e orientavam para a promoção humana. Tudo em consonância com a Diocese (Ir. LETICE, Entrevista).

Corroborando esse testemunho, assim se expressou Dom Antônio Costa, bispo auxiliar, em ata, por ocasião da Visita Pastoral após 10 anos de missão das vigárias:

Na visita à Secretaria Paroquial, pudemos observar uma boa organização com toda a escrita dos livros paroquiais em dia, inclusive a parte da contabilidade. [...]

A realização da visita fez parte da programação dos dez anos da Experiência de Nísia Floresta. Por isso, ao Evangelho da Missa o Senhor Cardeal leu uma carta do Secretário do Vaticano, Cardeal Jean Villot, em nome do Santo Padre, em que renova todo apoio a experiência que há dez anos passados, nascia na Igreja de Natal. Ao encerrar este registro podemos concluir que a experiência lançada em Nisia Floresta há dez aos passados, está crescendo, caminhando sempre. A maturidade da equipe de religiosas, o seu espírito de Igreja, o seu trabalho na preparação e acompanhamento dos leigos, a sua participação direta na promoção humana e evangelização das comunidades, a presença do vigário na equipe das irmãs e no trabalho dos leigos, sobretudo, na linha de reflexão, tudo isto tem impulsionado o crescimento da igreja na sede e nos povoados da Paróquia. Por todo este trabalho que se realiza na Paróquia de Nísia Floresta, sob a orientação das Irmãs, do Vigário e assumido pelos leigos, demos graças a Deus, especialmente, por esta experiência que foi tão fecunda para a Igreja de Natal, do Rio Grande do Norte e do Brasil. Natal, 18 de novembro de 1973. Antônio Soares Costa. Bispo Auxiliar de Natal (LIVRO de Tombo, Vol. 2, Paróquia N. S. do Ó, p. 15v-16).

Mudanças na comunidade –

- Foi um trabalho que elas começaram a fazer e a motivar o povo, ensinando o povo a pedir, a questionar, entende? E o pessoal começou a se desenvolver e a coisa começou a evoluir. As Irmãs tinham participação ativa em todos os aspectos. Não só no aspecto religioso, mas no aspecto social e econômico da cidade (JORGE, Entrevista).

A terceira categoria diz respeito ao que se buscou, no questionário, sobre mudanças promovidas na vida religiosa e pastoral dos nisiaflorestenses, a partir do trabalho das vigárias paroquiais.

Quando se fala em mudança de vida num grupo de pessoas, o que vem à mente é a ideia de uma transformação ou modificação coletiva de estrutura que engloba novas formas de interpretar os acontecimentos, novos critérios e posicionamentos, chegando a atitudes efetivas que podem resultar em momentos históricos, promissores ou não, para o grupo e para cada indivíduo em particular.

Em conformidade com o que foi declarado, antes da chegada das missionárias, em 1963, a população de Nísia Floresta estava sujeita a uma situação precária, vivendo da pesca e da agricultura. Não havia emprego, escolas, energia elétrica, favoráveis condições sanitárias, serviços de transporte (JORGE, Entrevista). Resumindo, era um povo desassistido, esquecido pelos que administravam politicamente o município e explorado pelos “coronéis”, com a compra de votos em tempos de eleição. A política, o social e o econômico eram áreas distantes da vida do cidadão e das famílias. No aspecto religioso, também pouco era oferecido, completando, assim, a indignância a que estavam submetidos.

Eis que, com a vinda das Missionárias vigárias, esse povo disperso e desvalorizado (Ir. M. da GRAÇA, Entrevista), em situação de abandono social, econômico e religioso; sem identidade e sem conhecer seus direitos (Ir. RUTH, Entrevista) encontrou espaço nas celebrações, nas orações na Igreja, nas pastorais e nas coordenações porque foi valorizado, respeitado no seu modo de ser e de rezar (Ir. M. da GRAÇA, Entrevista).

Aos poucos, com o trabalho das missionárias, o povo foi aprofundando sua fé cristã, tomando consciência de ser gente, conhecendo a

história do seu chão e participando das decisões através do Conselho Paroquial (Ir. LETICE, Entrevista). Motivando o povo para reuniões e encontros, as missionárias não só atentavam para o culto religioso, mas, também, para mostrar “que o homem, acima de tudo, era social e para isso ele tinha que se reunir, conversar, trocar ideias e se dinamizar” (JORGE, Entrevista). Criadas as oportunidades, o povo se sentia fortalecido e encorajado para a

participação na liturgia; na organização em comunidade; no incentivo à participação na cooperativa de Artesanato do INCRA em vista da renda familiar; nas reuniões para refletir sobre os direitos de uso da terra; e na luta pela “lagoa” para continuar a pesca, fonte de sobrevivência, ao invés do plantio de capim como queriam os proprietários (Ir. LETICE, Entrevista).

As pessoas passaram a assumir e participar de forma mais ativa nas atividades da Igreja (Pe. ALFREDO, Entrevista) e os momentos fortes, como por exemplo as campanhas da Fraternidade com temas conscientizadores, eram vivenciados de maneira criativa na cidade e nos diversos povoados (Ir. RUTH, Entrevista).

“Elas trouxeram um jeito novo de evangelizar. O trabalho das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado modificou muito a vida religiosa e pastoral do povo, tanto da zona rural quanto da zona urbana” (PIEIDADE, Entrevista). Percebi que houve grandes avanços no processo da Evangelização (Pe. ALFREDO, Entrevista).

Continuando, disse esse sacerdote:

No plano religioso, passou-se a perceber uma fé mais esclarecida e menos supersticiosa, uma fé mais encarnada na vida de cada dia. No plano social, lembro que em conversa com as pessoas, elas falavam que as Irmãs tinham ensinado bons hábitos, simples, de higiene, tais como: limpar melhor as casas, o cuidado com as crianças, higiene dentro e fora das casas... Era uma relação muito simples, mas que trouxe grandes e saudáveis consequências. O próprio relacionamento humano entre as pessoas, melhorou muito (Pe. ALFREDO, Entrevista).

As mudanças ocorridas em Nísia Floresta, a partir da década de 60, com a presença e o trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado, são valorizadas e enaltecidas pelos que foram entrevistados: “mesmo com a saída das Irmãs eles continuaram a missão de protagonismo” (Ir. RUTH, Entrevista); “temos sementes plantadas pelas Irmãs, que estão produzindo” (DALVAMIRA, Entrevista). Assim continua essa paroquiana:

Quando as Irmãs sentiram que já era hora de distribuir os trabalhos, foi distribuído de acordo com a capacidade de cada um e tudo ocorreu conforme o esperado, e hoje, temos sementes plantadas pelas Irmãs que estão produzindo. Já são os filhos, netos e bisnetos que estão assumindo os trabalhos de evangelização do povo em Nísia Floresta (DALVAMIRA, Entrevista).

Limites e dificuldades –

- Elas tiveram que trabalhar muito o povo. Porque a melhor coisa neste mundo é quando você conversa com alguém que entende o que você fala. Imagine como essas irmãs sofreram naquela época para baixar o nível, entende? Para baixar o nível e descer até a altura... Para conquistar o povo como elas conquistaram. Olhe só! Olhe como foi difícil para as Irmãs, essa parte (JORGE, Entrevista).

Tratar acerca de limites e dificuldades numa ação que envolve a vulnerabilidade de uma comunidade carente requer, também, refletir sobre possibilidades e superação. É nesse contexto que a fala dos depoentes rememora o trabalho das vigárias paroquiais de Nísia Floresta.

A quarta categoria, já prevista num dos objetivos desse estudo, assim como a segunda, foi percebida nas entrelinhas das narrativas dos entrevistados.

Focados no benefício advindo pela presença das Irmãs e no progresso alcançado através do aprendizado que com elas adquiriram, seja nos aspectos religioso, cultural, social e até mesmo político, observa-se que, na visão dos entrevistados, os limites não estavam com as Irmãs, mas ao contrário, as dificuldades, os desafios ficaram pesados para elas. Não se percebe qualquer referência a limitações atribuídas à comunidade religiosa. Os desafios eram encarados, pelas vigárias, como possibilidades e vencidos em parceria com toda a comunidade.

Lembro que com um jeep e depois um fusca, se atolando nas estradas de areia de Nísia até Timbó, fizeram coisas que não dá para esquecermos tal trabalho de evangelização tão brilhante como foi o das irmãs missionárias de Jesus Crucificado em Nísia Floresta e, especialmente, em Timbó (PIEIDADE, Entrevista).

Elas precisaram trabalhar com “um povo sem identidade e que não conhecia seus direitos. Um povo dominado por chefes políticos” (Ir. RUTH, Entrevista); “analfabetos em sua maioria” (Ir. LETICE, Entrevista). De forma

implícita tem-se que, de início, foi exigida delas muita habilidade para enfrentar alguns dos chefes políticos que temiam ser prejudicados com os esclarecimentos dados aos trabalhadores rurais.

Com o passar do tempo, já tendo formado lideranças, algumas dessas mesmas lideranças demonstram o desejo de mais atuação das missionárias. Ilustra esse tópico, um questionamento explícito numa avaliação ocorrida em setembro de 1988, pela equipe missionária, ao final das Santas Missões. O Terceiro Livro de Tombo da Paróquia de Nísia Floresta registra este evento nos seguintes termos:

A celebração dos 25 anos da caminhada da Comunidade missionária, assumindo a Paróquia de Nísia Floresta, foi marcada pela realização da Missão Popular, atingindo a Sede e Povoados da Paróquia. O TEMA DA MISSÃO - “O Projeto do Pai realizado em Jesus Cristo – continuado pela Igreja. OBJETIVOS - Avaliar a caminhada da comunidade (povo-irmãs) Reassumir o compromisso e a vida cristã nas Comunidades. Celebrar os 25 anos de presença das Irmãs com o povo. DINÂMICA - Visita às famílias - reflexão com o povo em cada comunidade – Caminhada – Celebrações Eucarísticas - Mutirões para ajudas fraternas - Despertar de novos animadores e confirmação de muitos perseverantes. RESPONSÁVEIS – A comunidade toda, através das Irmãs e muitos animadores, algumas Irmãs Missionárias convidadas e os Missionários da Equipe de Missões Populares (LIVRO de Tombo, Vol. 3, Paróquia N. S. do Ó, p. 36v).

Como um dos objetivos da Missão era “avaliar a caminhada de 25 anos de presença das Missionárias de Jesus Crucificado, junto àquele povo”, a equipe sugeriu uma avaliação por escrito e anônima para ouvir o pensamento do povo.

Além das questões estritamente ligadas à Missão, tem-se:

Você acha que as Irmãs de Jesus Crucificado, que moram com vocês, há 25 anos, estão atendendo a todas as necessidades espirituais de sua Comunidade? Estão preocupadas com a situação social e humana de vocês? Estão lutando, com vocês, para que haja mais justiça para todos? (VIGÁRIAS, Relatório de Avaliação, 1988, p. 2).

Percebe-se, nesse relatório avaliativo, uma certa insatisfação, subentendida pela cobrança quanto à presença das Irmãs em alguns dos povoados tais como Timbó, Tororomba, Oitizeiro, Morrinhos e Campo de Santana. Os povoados Genipapeiro e Porto são também mencionados como

esquecidos. Segundo opinião de um dos sacerdotes entrevistados, é natural que, vencidas certas etapas de um projeto, novas perspectivas fossem se abrindo, provocando novas metas, novos anseios.

As Missionárias eram bastante prudentes em seus serviços tanto no aspecto burocrático como no sentido administrativo ou pastoral. As Irmãs não avançaram além do que era permitido que elas fizessem, que elas realizassem. As lideranças locais certamente queriam mais. Queriam mais, por exemplo, naquilo que era próprio da atividade de um sacerdote. Então acredito que as lideranças queriam um pouquinho além daquilo que as Irmãs podiam fazer. Elas fizeram o que era próprio que elas fizessem, mas as lideranças queriam mais um pouco, e aí só um sacerdote poderia fazer.

O povo começou a ver que, em paróquias vizinhas, havia sacerdotes dando assistência àquelas comunidades e... A presença das Irmãs, mesmo sendo necessária, era também necessária a presença de um sacerdote que fosse residente. Que não só viesse nos finais de semana para dar atendimento ao povo. Nesse aspecto eu concordo que havia sim, certa insatisfação, mas porque o povo queria... Ou melhor, as lideranças queriam a presença de um sacerdote. (Pe. JOÃO BATISTA, Entrevista).

Avalio que a saída das mesmas da paróquia de Nossa Senhora do Ó, foi a necessidade de um padre morando na Paróquia, para administrá-la e a pouca condição financeira para sustentar ambos (PIEIDADE, Entrevista).

Assim, fica evidente que, para os que vivenciaram esse tempo, o legado significativo da atuação das vigárias, apesar de alguns questionamentos, é o bem que, ao longo dos 25 anos, elas implantaram em Nísia Floresta. Bem mais rigorosos foram os registros sobre os próprios limites que as missionárias apresentaram nos relatórios, sobretudo no último, quando os reconheceram e pelos quais pediram perdão.

Estamos conscientes do nosso papel de despertar e promover cada vez mais a reflexão do valor do homem como pessoa que assume seu engajamento na Igreja e no mundo (VIGÁRIAS, Relatório, 1968, p. 3).

LOUVAMOS E BENDIZEMOS A DEUS, pelos AVANÇOS PASTORAIS que nos identificaram com a prática libertadora de Jesus Cristo e, também PEDIMOS PERDÃO pelos RECUOS que nos distanciaram da proposta missionária adequada aos dias de hoje (VIGÁRIAS, Relatório, 1989, p. 5).

3.4 LEGADO BIPARTIDO

As Vigárias Paroquiais, abraçando o novo impulso que a Congregação interpretava como adequado para o momento, em consonância com a Arquidiocese, resolveram entregar o vicariato. (Ver ANEXO N. 07). A itinerância já vinha sendo um projeto em estudo pela Congregação. A exemplo do apóstolo Paulo, uma vez trabalhada e encaminhada uma comunidade, sua atuação deveria ir em favor de outros mais necessitados.

A riqueza de informações contidas nos arquivos da Congregação concernentes àquela experiência, junto aos depoimentos colhidos, possibilita entender o alcance da pastoral por elas vivenciada junto ao povo de Nísia Floresta. Muito poderia ser acrescentado neste estudo, tornando-o imensamente volumoso. Outros enfoques, porém, ficam à espera de estudos futuros.

Consideremos, rapidamente a época em que tudo teve início. O período ao qual nos referimos foi histórico para os cristãos católicos do mundo inteiro. Na década de 60, a Igreja de Roma estava dando um passo a mais no processo de atualização institucional abrindo-se para uma renovação significativa. Chamada a ser missionária, a Igreja católica colocou-se como “enviada” e não “enviante”, por entender que quem envia é o Pai. Considera-se aqui como um passo a mais porque, ao longo do tempo, com foco na missiologia, foram dirigidas aos cristãos católicos várias Encíclicas voltadas para essa reflexão. A exemplo temos: *Sancta Dei Civitas*, de Leão XIII, em 1880; *Maximum Illud*, de Bento XV, em 1919; *Rerum Ecclesiae*, de Pio XI, em 1926; *Saeculo Exeunte*, em 1940; *Evangelii Praecones*, em 1951, e *Fidei Donum*, de Pio XII, em 1957; *Princeps Pastorum*, de João XXIII, em 1959. Em todas observa-se um olhar de compreensão sobre a responsabilidade e o significado do mandato missionário de Cristo. Os temas tratam da evangelização em uma evolução gradual, em consonância com as realidades temporais, mas, sempre, procurando despertar nas famílias, nas escolas católicas, vocações sacerdotais para a Igreja.

Por conseguinte, olhando para os moldes adotados na Igreja Católica antes do Vaticano II, verifica-se que os ministérios e a evangelização eram

basicamente clericais. Apesar da sempre presente preocupação com a falta de operários para a Messe, os espaços para leigos e religiosas eram limitados à observância e reverência a tudo que do clero vinha estabelecido. Não admira que o passo a mais dado pelo Concílio Vaticano II e a prática iniciada em Nísia Floresta tenham chamado tanta atenção porque mulheres, e leigos também, estavam sendo convocados para uma ação mais ativa na Igreja e na sociedade.

A vida religiosa, a partir da abertura dada pelo Concílio Vaticano II, passou por um novo aprendizado em vista do exercício da sua missão. Até então realizava uma evangelização voltada para hospitais, educação escolar ou outro tipo específico, dedicando-se à manutenção e continuidade das próprias obras apostólicas. Nova consciência emergiu a partir das reflexões fundamentadas em Puebla, Medellín e em documentos como a Constituição *Lumen Gentium*, Decreto *Perfectae Caritatis*, *Christus Dominus* e *Ad Gentes*, entre outros. Toda esta renovação trouxe o que hoje chamamos de inserção. Estar inserido na realidade do pobre é dar testemunho concreto de vida apostólica como sinal de uma responsabilidade comum a todo batizado. Para que haja uma efetiva evangelização é imprescindível construir o Reino de Deus na vida do homem como vivente, como cidadão condicionado às intempéries de sua conjuntura temporal.

Mas é no mundo que o leigo encontra seu campo específico de ação. Pelo testemunho de sua vida, por sua palavra oportuna e sua ação concreta, o leigo tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus (LIBÂNIO, 1995, p. 251).

Os 25 anos de presença das missionárias, totalmente inseridas entre trabalhadores rurais, foi exatamente um serviço testemunhal, com palavras oportunas a fim de que a instauração do Reino de Deus acontecesse tendo como pressuposto o leigo atuante no seu campo de ação. Consideremos aspectos empreendidos em diferentes setores do contexto de vida daquela população.

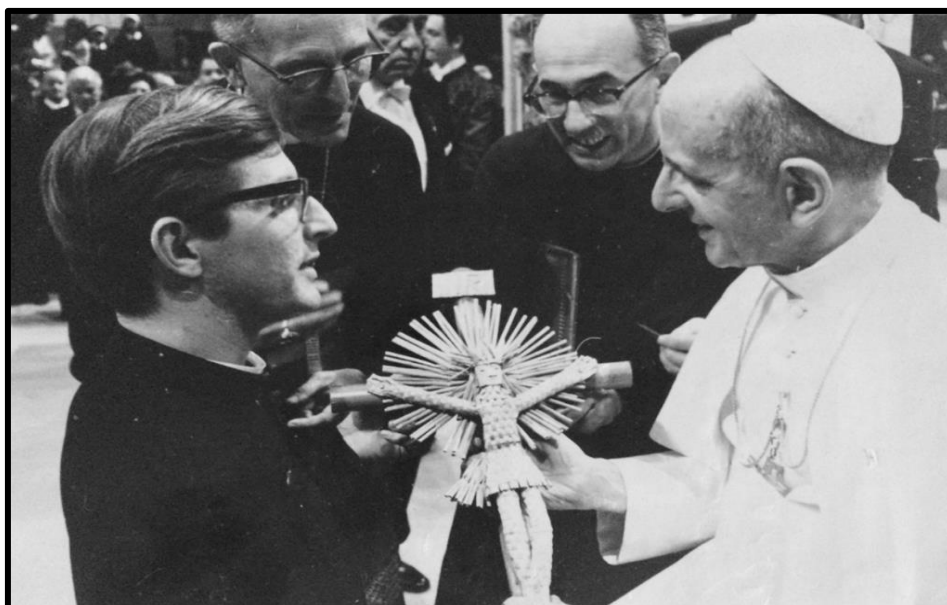
No aspecto político, embora não fosse o foco da missão, as missionárias se envolveram orientando e incentivando a participação dos trabalhadores nas reuniões de sindicatos, sempre seguindo a orientação da Arquidiocese. Envolvidas com as atividades planejadas pelo SAR, contribuíram para aprimorar as condições do povo nesta área. As Escolas Radiofônicas são

um exemplo dessa participação assim como o envolvimento direto e profícuo nas questões do uso da terra, da preservação da Lagoa de Papary, na luta contra o “voto de cabresto”, nas reivindicações dirigidas às autoridades competentes em favor das escolas, dos postos de saúde, transportes etc.

Se nos voltarmos para o aspecto cultural encontraremos uma forte atuação junto a todos os níveis e faixas etárias da população. Não só nas Escolas Radiofônicas preparando monitores voluntários, mas na supervisão pedagógica das escolas municipais, no ensino presencial em sala de aula, na preparação de voluntários para alfabetização de crianças, jovens e adultos nas localidades carentes de escolas. Ainda merece considerar o resgate e a valorização da cultura popular, até então, sem o devido reconhecimento. A exemplo tem-se a evangelização realizada, por vezes, com repentistas em momentos especiais.

No social, foi considerada a situação precária à qual estavam submetidos os nisiaflorestenses, devida ao baixo poder aquisitivo da população. Além das orientações sobre educação sanitária, houve um trabalho pela melhoria das habitações e vários cursos profissionalizantes (VIGÁRIAS, 1976, p. 2). Os grupos artesanais eram supervisionados por uma Irmã, numa perspectiva de despertá-los para os problemas da comunidade (VIGÁRIAS, 1974, p. 3). O povoado Timbó se destacava pelo artesanato com fibra de côco.

Figura 42: Padre Otto Santana, então vigário dominical, oferecendo, ao Papa Paulo VI, um crucifixo de palha, confeccionado pelas artesãs de Timbó.



No aspecto religioso, vê-se o esforço para aproximar as pessoas dos ensinamentos evangélicos mantendo o respeito pela religiosidade popular e pela capacidade de adaptação aos novos ensinamentos. No entendimento delas as mudanças que se fizessem necessárias não deveriam ocorrer por pressão externa. Na verdade, concordamos que toda mudança que provoca crescimento pessoal se perpetua quando brota do íntimo da pessoa. E este crescimento, em Nísia Floresta, consistiu em um conhecimento mais real e mais profundo da pessoa de Deus como um Pai amoroso, solícito em libertar o homem dos bloqueios externos e internos do seu viver. “Deus como amor puro, gratuito e sem medida: o cristianismo como libertação essencial e exclusiva” (QUEIRUGA, 1999, p. 16).

O Lucernário funcionou como ponto de partida para uma evangelização dirigida a todos, indistintamente. Ninguém ficou excluído e todos puderam participar das reflexões que eram feitas, diariamente, ao anoitecer.

Além de corrigir práticas supersticiosas, fundamentavam a vivência comunitária. Todos sentiram-se capazes de partilhar e contribuir para o bem-estar comum. A exemplo, temos a Campanha da Fraternidade com a característica da coleta de alimentos para beneficiar os mais necessitados. A oração passou a ter um cunho amoroso e solidário expresso na ajuda mútua que supria as necessidades de alimentação, moradia, instrução etc.

Figura 1643: Marcha da Fraternidade - coleta.



Fonte: Arquivo MJC

Se os Relatórios e Livros de Tombo fornecem esses dados, as entrevistas dão elementos suficientes para intuir a amizade, o carinho de todos por cada uma das vigárias que passaram por Nísia Floresta. Como afirmou Dona Dalvamira:

E quando elas foram embora? Quando foi embora, foi choro, minha filha! Nem saímos daqui, ficamos tudo ali na porta esperando a saída delas. Era... era todo mundo aqui esperando a saída delas. Logo elas eram tão sabidas, pra não ver a gente sofrer, saíam de uma em uma. Pra não ver a gente sofrer.

Muito foi feito. Todavia, muito ainda precisava acontecer. O processo de amadurecimento pessoal e coletivo permaneceu. O aprendizado continuou vivo, especialmente no setor sócio econômico, conforme nos foi mencionado:

É inegável que foi grandioso, tanto do lado religioso como do lado econômico porque muita gente aprendeu a trabalhar, aprendeu a questionar, aprendeu a reivindicar graças àquilo que aprendera com as irmãs Missionárias (JORGE, Entrevista).

Como compreender, então, o afastamento, o encerramento das atividades missionárias em Nísia Floresta?

Embora as interpretações se diferenciem entre os entrevistados, restam outras possibilidades e, dentre elas, a linha de orientação que estabelece a dinâmica da missão como uma performance necessária enquanto perdurasse a causa motivadora. No caso de Nísia Floresta, a Arquidiocese de Natal já estava contando com a possibilidade de um padre residente, as lideranças leigas estavam preparadas e uma nova visão de vida comunitária estava sinalizada.

Figura 44: Última comunidade religiosa de Nísia Floresta: Ir. Elisa – Ir. Zeneida – Ir. Elza - Ir. M. de Lourdes (Sup. Provincial em



Fonte: Arquivo M.I.C

Além do mais, a Congregação das Missionárias vinha estudando novo direcionamento para as atividades do Instituto, ao que elas denominavam “itinerância”.

Com a saída das missionárias, coube ao Padre João Batista Chaves da Rocha assumir a administração da Paróquia de Nossa Senhora do Ó. Por alguns anos, como vigário paroquial, acompanhou a vida daquele povo na cidade e nos povoados, e hoje, dá seu testemunho, afirmando que os resultados da ação pastoral das missionárias foram “maravilhosos”. Segundo ele,

Dom Eugênio teve, com certeza, essa brilhante ideia, não só uma ideia, mas, foi algo inspirado pelo próprio Espírito Santo, para que a Igreja não deixasse de ser uma presença em todos os lugares” (Pe. JOÃO BATISTA, Entrevista).

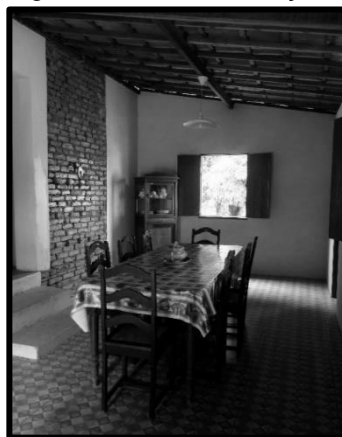
Em respeito e consideração ao trabalho das missionárias, teve a iniciativa de reconstruir a casa que abrigou a comunidade “Rainha dos Apóstolos”, nome escolhido para identificar a comunidade religiosa das missionárias em Nísia Floresta (VIGÁRIAS, Livro de Tombo, 1963, p. 7). Quase que totalmente destruída pela ação do tempo, depois de refeita, a casa passou a ser um espaço de memória, para preservar, na história da cidade, a importância dessa inusitada experiência. Além da reconstrução por ele liderada, e executada por paroquianos voluntários, buscou e conseguiu reaver pertences que fizeram parte do cotidiano das missionárias, enquanto vigárias paroquiais. A seguir, um registro do que, hoje, pode ser encontrado na casa e a placa comemorativa, em homenagem ao ocorrido na segunda metade do século XX, em Nísia Floresta.

Figura 45: Sala de estar.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 46: Sala de refeições.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 47: Corredor.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 48: Capela na residência



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 49: Atual fachada da casa das Missionárias em Nísia Floresta.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 50: Placa comemorativa da reconstrução da casa.



Fonte: Arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Nísia Floresta traz em sua história a força feminina. Aspectos que chamam a atenção a este respeito encontramos em três personagens com a força de Papary: Dionísia Gonçalves Pinto, Nossa Senhora do Ó, Missionárias de Jesus Crucificado.

Nos primórdios, o povoado era conhecido como Vila Imperial de Papary – que significa na língua indígena, “salto do peixe”. É significativo fazer um paralelo entre o feminino que se descortina na cidade de Nísia Floresta e a força do “papary” (salto do peixe): força que, apesar da frágil aparência, representa o empenho gigantesco e desafiante que salta contra estruturas representadas pela correnteza, para buscar, nas cabeceiras do rio, na fonte da sabedoria, o espaço promissor em defesa da vida. Nadar contra a correnteza não amedronta o peixe quando é chegada a hora de reproduzir a espécie, renovar a população aquática, realizar o papel que lhe foi outorgado na criação.

Papary, primeiro nome do local, representa forte característica ligada à identidade feminina comunitária local. Consideremos, a título de personificação, Dionísia Gonçalves Pinto, Maria Santíssima, e as Missionárias de Jesus Crucificado como figuras representativas dessa característica.

Quem foi Dionísia Gonçalves Pinto? Mulher além do seu tempo, guerreira em defesa da própria liberdade, que não se deixou amedrontar pelas estruturas da época e, contra todos os preconceitos, conseguiu impor-se. Para Dionísia, os caminhos deveriam ser determinados por ela própria. Se a cultura local não permitia seu modo de ver o mundo, em algum lugar do mundo isto seria possível. Preconceitos? Nenhum! Assim, considerada mulher vulgar, sem escrúpulos, de vida livre, deixou sua terra natal, tornou-se internacionalmente conhecida como escritora feminista e, posteriormente respeitada, apesar da irreligiosidade dos seus atos. Em toda sua história, Papary não encontrou entre seus filhos alguém com tamanha força, com tamanha intrepidez. Por isso, abraçou essa filha, adotando para si, o seu pseudônimo: Nísia Floresta. A vida e a história de Dionísia é, atualmente, exibida no museu da cidade, cuja proposta

se resume em “ser um espaço vivo de preservação da memória e da identidade da cidade” (TRIBUNA DO NORTE, 2012).

Outra personagem feminina em Nísia Floresta é Maria, invocada como a Nossa Senhora do Ó, Padroeira da cidade. Mulher forte, corajosa, que, segundo a doutrina católica, também enfrentou o preconceito da sua época para, ainda solteira, gerar um filho e, em total fidelidade a seu Deus, trazer ao mundo a liberdade, a dignidade, a vida para todos os seus semelhantes.

Na expectativa do Parto, temos o aguardo de uma jovem engajada no mistério, uma súplica esperançosa de salvação. As orações, por ocasião da festa a ela dedicada, reforçam o sentido que está por trás do seu título: Ó Sabedoria, Ó! Emmanuel!, Ó! Adonai, Ó Raiz de Jessé, Ó! Torre de Davi... Vinde!

Ó Raiz de Jessé, ó estandarte,
levantado em sinal para as nações!
Ante vós se calarão os reis da terra,
e as nações implorarão misericórdia:
Vinde salvar-nos! Libertai-nos sem demora! (LITURGIA DAS
HORAS, (1995, p. 306).

A cidade de Nísia Floresta engravidou e amargou uma gestação prolongada à espera do nascimento de uma vida nova para sua gente. Quantas invocações, quantos pedidos, quantos “Ós” sussurrados, abafados, sofridos, frutos de uma estrutura de poder que aos pobres nada oferecia, melhor dizendo usurpava. Só a Virgem da Expectação, Nossa Senhora do Ó, tinha consolo para os esquecidos daquela sociedade.

Por fim, mais recentemente, nos últimos tempos, novas mulheres deixam marcas indeléveis, revitalizam o cerne que caracteriza e configura a identidade coletiva de Nísia Floresta: as Missionárias de Jesus Crucificado! Nem sagradas, nem profanas, simplesmente mulheres a quem foi confiada uma missão. Como disse Rubem Alves,

pão como qualquer pão, vinho como qualquer vinho. Poderiam ser usados numa refeição ou orgia: materiais profanos, inteiramente. Deles não sobe nenhum odor sagrado. E as palavras são pronunciadas: “Este é o meu corpo, este é o meu sangue...” – e os objetos visíveis adquirem uma dimensão nova, e passam a ser sinais de realidades invisíveis (ALVES, 1984, p. 26).

Assim, aquelas mulheres, como quaisquer outras, apenas diferenciadas pelas palavras expressas numa consagração de vida ao seu Deus

a partir da perspectiva católica, fazendo-se igreja em favor dos mais carentes, irmãos em Cristo Jesus.

Uma igreja que se faz presença é uma Igreja que se envolve no comprometimento, cultivado pela aproximação na vida das pessoas, pela solidariedade, fraternidade, convivência e participação nos momentos fortes de festas ou de dores. Essa Igreja, presente em Nísia Floresta, aconteceu através de uma pastoral inserida, encarnada no meio do povo, experiência ainda inusitada para a época, idealizada pelo Administrador Apostólico de Natal, Dom Eugênio de Araújo Sales, e exercida pelas Missionárias de Jesus Crucificado.

A experiência de Nísia Floresta, sempre esteve intimamente agregada ao Movimento de Natal, fato facilmente constatado pela nitidez, lisura e despretensão dos relatos, e em perfeita harmonia com o depoimento dos entrevistados.

As Missionárias de Jesus Crucificado nasceram, como Congregação, pelo encanto da missão que vai em busca dos mais esquecidos na sociedade. Essa particularidade foi preponderante para o convite a elas formulado por Dom Eugênio.

Emaranhar-se em questões políticas não era o cerne dos projetos daquela evangelização; mas, considerando o ser humano em sua amplitude identitária e sua vivência em comunidade, foi preciso trabalhar em busca de esclarecê-los e mostrar-lhes as possibilidades de futuro. Libertar a humanidade das suas prisões, segundo ensina a Teologia católica, foi o projeto de Jesus e as missionárias miraram-se nesta imagem de salvação.

Salvação pode significar permitir autonomia e, aqui, encontramos um campo sagrado para o ser humano. Longe de impor caminhos, importa indicar opções e consequências permitindo que haja escolha para acertos e erros, inclusive. Entretanto, as opções são resultado de uma cultura e aí deve valer a pena confrontar os valores culturais do grupo, com os valores da doutrina católica que prioriza o respeito, a solidariedade, o amor fraterno. Em Nísia Floresta, o povo receptivo, e ordeiro (JORGE, Entrevista), já estava a caminho nessa jornada de crescimento. Precisou, apenas, de um incentivo, um alerta, um braço amigo presente em cada missionária.

Incontáveis foram os momentos e as formas empregadas para trabalhar esse aspecto. O mais prodigioso que ainda hoje é saudosamente lembrado é o Lucernário. Nele, todos se sentiram acolhidos, amados, iluminados. Era um dos momentos mais sagrados para todos que se sentiam integrados, parte de uma família maior. Os cantos, as orações e as reflexões da Palavra de Deus que eram proclamadas pelas missionárias preenchiam os corações e davam força para a caminhada pessoal, na família e na comunidade. A Marcha da Fraternidade era outro momento sagrado, quando, num gesto concreto, expressavam tudo aquilo que havia sido assimilado no decorrer da convivência fraterna.

A inserção das missionárias naquele meio propiciou a inserção de muitos dos habitantes da sede e dos povoados de Nísia Floresta em suas próprias vidas, em suas próprias histórias, pois embora já vivendo aquela pobreza generalizada, viviam isolados em seus mundos sem a noção de que é pela união, e pelo envolvimento com os problemas comuns, que surge uma nova perspectiva de vida digna. Os desentendimentos, as incompreensões, as desavenças e as rixas precisavam dar lugar ao convívio fraterno de onde brotam a paz e a tranquilidade. Um dos relevantes legados das missionárias foi inserir o povo na sua própria realidade. As pessoas estavam ali, viviam os mesmos problemas, sofriam as mesmas carências, mas, precisavam aprender a estar, a viver, a sofrer “com as demais”. Sem essa compreensão, aquele povo não seria capaz de conduzir sua vida.

A proposta da Arquidiocese de Natal era a de que a presença das missionárias, em Nísia Floresta, pudesse, por princípio, apresentar as possibilidades de uma evolução do ser humano em busca da sua dignidade como cidadão deste mundo e como filho amado de Deus. E essa atuação foi um total envolvimento com a iniciativa da Arquidiocese. Mais do que um consciencioso envolvimento com a Arquidiocese, a presença das missionárias junto ao povo faz-nos compreender que uma pastoral comprometida com o bem estar da comunidade e com a promoção pessoal do ser humano oferece encaminhamentos a uma evangelização aos moldes de Jesus Cristo, salvador e redentor. Uma comunidade evangelizada torna-se evangelizante, tornando-se, assim, promotora da paz, da prosperidade, da bem-aventurança bíblica.

Concluindo, observamos que as missionárias não exerceram sua pastoral tentando suprir a falta de sacerdotes, mas assumiram um trabalho que, para elas, significava uma resposta que a Igreja estava dando ao mundo colocando o sacerdote, a religiosa e o leigo, cada um nas suas devidas funções. Partindo dessa premissa, e levando em consideração a experiência das vigárias em Nísia Floresta, podemos abrir um leque de possibilidades para estudar quais os elementos facilitadores para que uma administração paroquial torne uma comunidade evangelizada e, em consequência, evangelizante.

Nísia Floresta não é mais uma experiência. É uma realidade. Tornou-se árvore frondosa. Suas sementes, espalhadas pelo sopro do Espírito, germinaram, floriram na Igreja Universal, somando-se à caminhada do povo de Deus, em busca de sua libertação (VIGÁRIAS, Relatório, 1989, p. 15).

REFERÊNCIAS

Livros

- ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZZI, Riolando. **Ascensão ou decadência da Igreja?**. São Paulo: Ed. das Américas, 1962.
- _____. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Ed. Santuário, 2008.
- _____. Klaus van der Grijp. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**, tomo II/3-2: terceira época:1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 4. ed. Trad. de Centro Bíblico de São Paulo. São Paulo: Ave Maria, 1965.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?: História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II**, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.
- COLLARD, Alberto Eugênio. **O Nordeste na encruzilhada dos caminhos**. Jeumont (França): Edições Dimanche, [s.d].
- CRESCENTI, M. R. C. **Um pouco da nossa história**. Campinas: Gráfica da Revista "Presente", 1980.
- DELGADO, Normando Pignataro. **Paróquias potiguares: uma história**. Vol 217. Brasília: Ed. Senado Federal, 2015.
- DOCUMENTO DE APARECIDA. São Paulo: Paulinas, 2007.
- FERRARI, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil**,(1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.
- JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica Salvifici Doloris**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- LIBÂNIO, João Batista. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões de Puebla**. São Paulo: Loyola, 1979.
- LITURGIA DAS HORAS, VOL. I. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Ed. EPU, 1986.
- MELO, Ir. Loreto. **Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho: História – Carisma – Missão**. [s.l.], [s.d.].
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NOSSA História: Missionárias de Jesus Crucificado. Campinas: [s.n.], 1998.

PADEN, William. **Interpretando o sagrado**: modos de conceber a religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.

PINHEIRO, José Ernanne. Traços da presença da Igreja Católica no Nordeste. In: Instituto Nacional de Pastoral (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**: Jubileu de Ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 245-266.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

QUEIRUGA, Andrés Torres. **Fim do cristianismo pré-moderno**: desafios para um novo horizonte. Trad. de Afonso Maria Ligório Soares. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Recuperar a Salvação**: por uma interpretação libertadora da experiência cristã. Tradução Afonso Maria Ligório Soares. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. **Repensar a Revelação**: a Revelação Divina na realização humana. Paulinas: São Paulo, 2010.

SANTANA, O. E; AMMANN, S. B.; GUERRA, M. J. de C. (Orgs.). **Dom Eugênio Sales em Natal**: fé e política. Trad. Manuel Carlos Chaparro; Camy Harland Condon. Natal: Ed. Edufrn, 2015.

_____. SANTANA, J. L. **Começaria tudo outra vez**. Aracaju: Sercore Artes Gráficas Ltda, 2012.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Internet

ALVES, Maria Jeane dos Santos. **Cidadania religiosa**: uma experiência de religiosas no Nordeste Brasileiro. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/cidadania_religiosa_uma_experiencia_de_religiosas.pdf>. Acesso: 20 jun. 2016.

ARAGÃO, Gilbraz de Souza. **Interfaces metodológicas das ciências humanas e das teologias**. Disponível em <http://ead.unicap.br/~teleduc/cursos/aplic/index.php?cod_curso=273>. Acesso: 18 jun. 2016.

ARQUIVO PARTICULAR DA CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE NATAL. **Congregações**. Disponível em <<http://arquidiocesedenatal.org.br/congregacoes>>. Acesso: 10 out. 2016.

DOMEZI, Maria Cecília. **O Concílio Vaticano II e os pobres**. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8534940665>>. Acesso: 31 dez. 2016.

FONSECA, Devair Araújo de. **O surgimento do CELAM na América Latina**. In: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá v. 1, n. 3, 2009. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso: 23 jun. 2017.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso: 23 jun. 2017.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral: Estudo Genético-Interpretativo**. Ed. Loyola, São Paulo, 1997. Disponível em <https://books.google.com.br/books/about/Uma_op%C3%A7%C3%A3o_renovadora.html?id=G8rcN4J3axsC&redir_esc=y>. Acesso: 23 ago. 2017.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?isbn=8574782114>>. Acesso: 24 ago. 2017.

JUNIOR, Agripino; SOUZA, Rejane de. **Nísia ganha espaço de memória em tributo às ações sociais das irmãs missionárias (Parte II)**. Disponível em <<http://www.nisiadigital.com.br/2013/04/nsia-ganha-espao-de-memria-em-tributo-s-aes-sociais-das-irms-missionrias-parte-ii.html>>. Acesso: 19 jan. 2016.

II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano – Conclusões de Medellín. Disponível em <<http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>>. Acesso: 24 jun. 2017.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **Natal e a II Guerra Mundial: Crônicas sobre a Cidade**. Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Londrina, 2005. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0418.pdf>>. Acesso: 23 ago. 2017.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. Tese de Doutorado, 1992. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/tese_marlucia_paiva.pdf>. Acesso: 13 out. 2016.

PIO XII. **Ad Ecclesiam Christi**, 4. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/la/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19550629_ad-ecclesiam-christi.html>. Acesso: 16 abr. 2017.

TRIBUNA DO NORTE, **Museu Nísia Floresta é inaugurado hoje**. Disponível em <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/museu-nisia-floresta-e-inaugurado-hoje/216083>>. Acesso: 31 ago. 2017.

Revistas

BASTOS, Irany. **Paróquias sem padre – solução de uma necessidade urgente**. In: GREGORY, Affonso F. **A paróquia ontem, hoje e amanhã**. Revista CERIS, CNBB, Petrópolis: Vozes, 1967.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. **As Paróquias do Brasil**. Revista Convergência, Ano I, Novembro de 1955, n. 5, p. 312.

EXPERIÊNCIA em Nísia Floresta. **Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano X, n. 111, p. 551-554. Autor identificado apenas como G.F.

SALES, Eugênio A. **Dois Grandes Planos de Pastoral**. Revista da CRB. Ano X, n. 105, março/64, p. 133.

Entrevistas

- BEZERRA, Maria Piedade. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Nísia Floresta, 27 de abril de 2017. Entrevista inédita.
- CARDOSO, Maria José. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Recife, 14 de fevereiro de 2017. Entrevista inédita.
- CARVALHO, Jorge Januário de. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Nísia Floresta, 31 de maio de 2016. Entrevista inédita.
- CUNHA, Maria da Graça. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Recife, 14 de maio de 2017. Entrevista inédita.
- FILHO, Alfredo de Oliveira Costa. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Natal, 30 de maio de 2017. Entrevista inédita.
- JESUS, Ir. M. das Dores de. **Histórico da fundação da Congregação Missionária Carmelitas**. Natal, 12 de setembro de 2016. Entrevista inédita.
- LINS, Marlene Pessoa. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Recife, 14 de abril de 2017. Entrevista inédita.
- MOREIRA, Letice Tavares. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Recife, 14 de maio de 2017. Entrevista inédita.
- ROCHA, João Batista Chaves da. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Natal, 28 de abril de 2017. Entrevista inédita.
- SALES, Maria Aparecida. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Nísia Floresta, 27 de abril de 2017. Entrevista inédita.
- SANTOS, Dalvamira Maurício. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Nísia Floresta, 27 de abril de 2017. Entrevista inédita.
- SANTOS, Eci Maria dos. **Atuação das Vigárias Paroquiais em Nísia Floresta**. Recife, 14 de maio de 2017. Entrevista inédita.

Acervos

- ARQUIVO PARTICULAR DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO. Livro de Tombo. Vol 1.
- ARQUIVO PARTICULAR DA CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE NATAL. **Freiras fazem a revolução da fé (2)**: Nísia Floresta descobre rumos de uma vida nova. JORNAL A ORDEM, de 11 de jul. 1964.
- _____. Jornal A Ordem de 16 de nov. 1946. Natal.
- ARQUIVO PARTICULAR DA PARÓQUIA DE NÍSIA FLORESTA. Livro de Tombo. Vol. 2. Nísia Floresta.
- ARQUIVO PARTICULAR DA PARÓQUIA DE NOVA CRUZ. Livro de Tombo. Vol 2. Nova Cruz.
- _____. Livro de Tombo. Vol. 3
- ARQUIVO PARTICULAR DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO. Planejamento da Paróquia. Nísia Floresta, 1967.

- _____. Avaliação das Santas Missões. Nísia Floresta, 1988.
- _____. BASTOS, Irany. **Experiências de Nísia Floresta**. Igreja em foco, nº 18.
- _____. Livro de Tombo. Vol. 1. Nísia Floresta, 1963.
- _____. Roteiro de revisão. Nísia Floresta, 1967.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1963.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1967.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1968.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1976.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1979.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1980.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1982.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1983.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1984.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1986.
- _____. Relatório Anual. Nísia Floresta, 1989.
- _____. Relatório. Nísia Floresta, [s.d.].
- _____. Relatório p/ CNBB. Nísia Floresta, 1967.

ANEXOS

ANEXO N. 01 – Pioneirismo Pastoral de Dom Eugênio Sales



Fonte:

http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/a_pdf/movimento_de_natal_projecao_internacional.pdf

ANEXO N. 02 – Publicações sobre a experiência de Nísia Floresta

America Latin CALLS!

L.A.'s personnel crisis gives Sisters new jobs

By: Sister Irany Bastos Missionaries of Christ Crucified

Editor's note: Sister Irany Bastos of the Missionaries of Christ Crucified, a vigorous Brazilian community, describes the spirit of renewal which guides the work of Sisters in Brazil. She reports that in the past the rich apostolic potential of these Sisters was often inadequately employed on endeavors of secondary importance. Now the spirit of Vatican Council II has animated a broad program of renewal which has unleashed their full apostolic potential. Sister Irany is assigned by the National Conference of Brazilian Bishops in charge of coordinating the pastoral activities of Sisters throughout Brazil.

We were undervalued; we did not always have occupations and tasks corresponding to our potential or to the most urgent needs. Therefore the world sometimes misunderstood the value of our consecration to God.

Today: The whole Church in Brazil is living in the spirit of the Council and there is a general pastoral renewal. Bishops have laid plan and summons of the Church: to form a work do not consider of orders, but a

The courses taught the Sisters to be faithful to Revelation, to reflect theologically and to imitate Christ in the Gospel in a more and more authentic manner. We have also learned to be faithful to the historical moment, we have created our own pastoral and tried to save the man of today, that is, this man thrown into the world, in the concrete

"Informations Catholiques"

1967

BRESIL

Bientôt quarante paroisses confiées à des religieuses

L'hebdomadaire le plus diffusé du pays, *Realidade*, a récemment consacré un reportage aux paroisses brésiliennes confiées au soin pastoral des religieuses. *Realidade* ne passe pas pour un journal pro-catholique, tant s'en faut. On a d'autant plus remarqué l'éloge qu'il fait de l'expérience, qu'il considère comme la plus positive de toutes celles qu'a entreprises l'Eglise brésilienne.

Le Brésil compte actuellement dix pa-

UN'ESPERIENZA PARROCCHIALE

IN BRASILE

"Osservatore Romano" 24-10-65



Il trasporto normale per l'apostolato nelle fattorie

CARMINAS, ottobre. delle archidieci) conta 300.000 abitanti, vi sono in esse 22 parrocchie, ed oltre 40 attenzione alle città minori ed

Publicado na Holanda "DE NIEUWE LINIE" 15-8-1964

Experiment in Brazilië

Nonnen in de zielzorg

Zowel de regering als de bisschop van Natal zet zijn uiterste krachten in voor de ontwikkeling van Noord-Brazilië. Op een enorm gebied van droogte en armoede. Op een oppervlakte van 5,5 miljoen vierkante kilometer leven 22 miljoen mensen in hard en onmenselijk bestaan. Het is een uitgeputten landbouwgebied, waar nog feodale verhoudingen bestaan. De kindersterfte bedraagt er 170 op de duizend. Ongeveer 200.000 mensen trekken jaarlijks weg om aan de hongersnood te ontkomen. 90 procent van de landbouwgrond behoort, 50 procent van de cultuurbestanding, 85 pct van de bevoeling is landarbeider en analafeet en heeft een jaarlijks inkomen van 50 Amerikaanse dollars.

De situatie van de Kerk is er even onderontwikkeld. Er is slechts één bisschop-priester op de 17.000 geïsoleerde parochies, omdat men er weinig stedelijke woonglomeraties aantreft. Ruim tweederde van het totale aantal priesters (2.087) is Braziliaan. Zij leiden een hard bestaan, ze zijn afgevoerd van de ontwikkelde wereld. Enige materiële welstand is hen on-

men met een zielzorg-experiment, dat in de nabije toekomst zal worden uitgewerkt. Daar zijn vier zusters werkzaam in de zielzorg. Op zondag krijgt de pastoor ons de mis te lezen en de sacramenten toe te dienen. De parochie met de 17

ANEXO N. 03 – Carta da Madre Villac abençoando a nova comunidade

MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO
CASA GENERALICIA
PRAÇA DOM BARRETO, 42
CAMPINAS – EST. DE S. PAULO

Sejam louvados Jesus e Maria.
Campinas, 28 de Outubro de 1963.

Caríssima filha Madre Irany de Maria no Cenáculo,

Deus a abençoe e também às três queridas Filhas, que, com a senhora à frente, estão aí plantando o reino de Deus Nosso Senhor, sob a nova modalidade que a Igreja nos pediu.

Tenho gostado imensamente das suas cartas, acompanhando por elas com muito carinho e interesse o belíssimo trabalho que as queridas Filhas já estão realizando em sua Paroquia! Suas cartas, minha filha, são lidas no refeitório e muito apreciadas por todas as Irmãs, Professas e Noviças. Assim vamos participando das alegrias e consolações da nova forma de apostolado que Deus Nosso Senhor está agora nos pedindo, cuja realização está exigindo das queridas Filhas bastante sacrifício! No entanto, são eles as moedas preciosas com que são compradas as graças para este belo apostolado!

Fiquei satisfeita com a notícia de que já tem um Vigário na Paroquia, que nela celebra aos sábados e domingos. Isso já é um conforto e força para as queridas Filhas. Também foi de conforto para o meu coração saber que as Filhas vivem aí na abundância da pobreza, cercadas de carinho e bondade da população da primeira Paroquia confiada ao nosso querido Instituto!

Gostei muito, muitíssimo da descrição dos trabalhos que estão fazendo.

Irmã Jerssey não está aqui. Está fazendo um trabalho no Rio. Por aqui vamos bem. Sempre com muito que fazer! Sómente, em São Paulo, Madre Gabriela muito nos está preocupando. Seu estado de saúde é bastante grave. Está hospitalizada na Santa Casa.

Escrevo-lhe da Chácara, onde estou pondo diversos trabalhos em dia.

Aqui os Retiros continuam seguidamente. Hoje estamos com 24 casais de São Paulo, que trouxeram 38 filhinhos! Em dias passados, sua irmã tomou parte num desses Retiros de casais, porém, não trouxe suas sobrinhasinhas.

Acabo de responder uma carta do Exmo. Sr. Dom Eugênio, escrita ainda em Natal, quase embarcando para Roma. Em sua carta ele me pede para a senhora não deixar o trabalho aí antes de sua volta do Concílio. Concordei com seu desejo, porém, espero que sua estadia aí não se prolongue além de meados de Dezembro!

As nossas Madres do Conselho Geral enviam-lhe um abraço extensivo às suas filhas.

E eu novamente a abençoo muito de coração.

A pobre madre,

Madre Maria do Calvario

ANEXO N. 04 – Carta com recomendações da Madre Villac

MISSIONARIAS DE JESUS CRUCIFICADO Sejam louvados Jesus e Maria.
 CASA GENERALICIA
 PRAÇA DOM BARRETO, 42
 CAMPINAS – EST. DE S. PAULO Campinas, 23 de Novembro de 1963.

Caríssima filha Madre Irany,

Desejando-lhe e às queridas filhas de sua Comunidade, as graças próprias pelo Natal, por meio do Advento, que se aproxima, venho responder sua última carta – noticiosa e extensa, cheia de entusiasmo apostolico e rica também em "realizações paroquiais".

Fiquei muito contente com a viva união que há entre a sua comunidade e a de Natal. É o amor, sim, que nos leva ao sacrifício. O amor é a causa, o sacrifício é o efeito. Mas é o espírito de sacrifício em cada um de nós, que abre novos horizontes para o amor...

Acompanho-as a cada passo, com o maior interesse e carinho, certa de que essa experiência atrairá para a Igreja e o Instituto especiais graças e bençãos.

Recebi a cópia de uma circular que Dom Helder expediu, de Roma, sobre esse trabalho que aí as senhoras vêm realizando. Padre Marins me ofereceu e Irmã Eny, do Rio, também me enviou. Por tudo, demos graças a Deus pedindo para nós a humildade que nos fará considerar sempre pequenos e pobres instrumentos nas Mãos de Deus. Peça-mos a Deus, sobretudo, possibilidades para continuarmos nessa linha de trabalho, caso a Igreja a aprove, definitivamente. De qualquer modo, minha filha, penso que temos de caminhar com vagar, pois não temos muitos elementos preparados e liberados para essa nova linha de trabalho apostólico. Certamente outras Congregações de vida mixta dedicar-se-ão também a esse mister.

Acompanho-as na festa de Nossa Senhora do Ó a 18 de Dezembro quando terão a bela festa da primeira Comunhão. Essas crianças bem formadas, serão as "vivas" esperanças de "Nísia Floresta".

Estou muito edificada com a generosidade dêsse povo – que Deus o recompense largamente pelo fazendo às queridas filhas!

Gostaria, sim, de ver os presentes que recebeu e que as ajudam sobremaneira no passado, a começar pela água, o que é de mais precioso é necessário em uma Casa... Em espírito e pelo coração aí sempre estou com tôdas e com cada uma.

Na madrugada de 16 dêste perdemos para a terra, mas ganhamos para o céu a querida filha Madre Gabriela, após um mês e pouco de intenso sofrimentos, aceitos e levados a termo, com grande fortaleza e serenidade de espírito. Sua atitude de inteira pacificação mostrava a cada uma de nós que estava nas mãos de Deus. Fêz-nos um bem imenso este seu exemplo e agora é certo, junto de Jesus e de Maria, pede por nós e nos ajuda. Tivemos hoje sua Missa de Requiem, de 7º dia. É assim, minha filha: as que vão partindo, deixam-nos como legados, preciosos exemplos e profundas advertências... Deus nos ensina, deveras, por intermédio delas!

Pedindo-lhes orações e uma grande intenção em suas lides apostolicas e sacrifícios levados com alegria e amor, abençoo-as de coração.

Sua pobre madre

Nossa Madre

P.S. Agradeço os retratos que me enviou. É pena, realmente, Ir. Jersey não poder dar a sua contribuição. Teríamos uma ilustração historica de valor!...

ANEXO N. 05 – Concessão para distribuição da Eucaristia

CURIA METROPOLITANA

PRAÇA PIO X, 335
NATAL—RIO GRANDE DO NORTE

Concessão de privilégio para as religiosas
de Nísia Floresta e Taipú ministrarem a San
ta Comunhão

Com o coração cheio de alegria, temos a grata satisfação de conceder às Reverendas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado residentes em Nísia Floresta e Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, residentes em Taipu, o privilégio de distribuir a Santa Comunhão conforme a solicitação que fizemos ao Santo Padre, o Papa Paulo VI e que benignamente nos atendeu. Para cumprimento desta concessão, estamos transmitindo as condições exigidas para o seu cumprimento, as quais seguem em anexo.

Tanto a concessão como as normas devem ser transcritas no livro do Tombo paroquial e fielmente observadas.

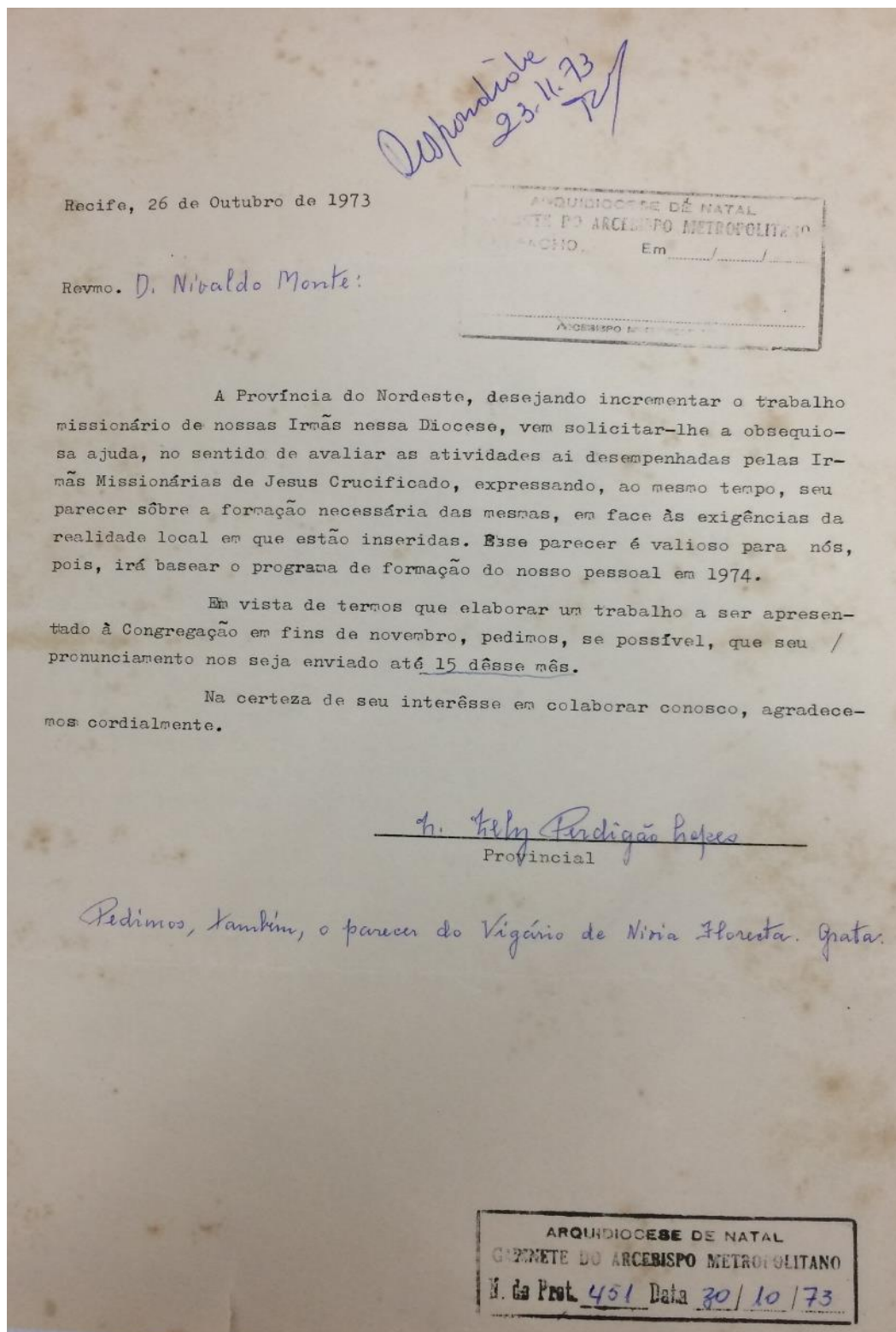
Natal, 7 de maio de 1965.



Mons. Alair Vilar Fernandes de Melo
Mons. Alair Vilar Fernandes de Melo
por D. Eugênio de Araújo Sales,
Administrador Apóstolico "Sede plene"
de Natal.

Fonte: Arquivo MJC

ANEXO N. 06 – Carta de Ir. Zely ao Sr. Arcebispo, Dom Nivaldo Monte



ANEXO N. 07 – Trechos do Relatório 1989, p. 9, 10, 15

(Página

7- Considerando:

- A exigência de nossa itinerância missionária, depois de 25 anos de missão numa mesma paróquia.
- A presença de leigos capacitados e assumindo a pastoral e animação de suas Comunidades.
- O avanço social mais vertiginoso do que nossa ação pastoral.
- O desafio da religiosidade tão manipulada por grupos de exploração da fé do nosso povo.
- A impossibilidade de revesamento de irmãs para renovar ou completar o grupo, para melhor responder pastoralmente a estes desafios, decidimos sair de Nísia Floresta, após séria avaliação e entendimento com as autoridades eclesiais.

(Página IV- JUSTIFICANDO NOSSA DECISÃO

Depois de tão longa caminhada - 25 anos - é bom parar, reabastecer-se, medir as forças, refazer as energias. Para isto torna-se necessário tomar distâncias, contemplar a experiência vivida que vai se transformar em aprendizagem para o futuro.

Consideramos educativo para nós e para as Comunidades a não estabilização. Somos "enviadas" a diferentes Igrejas com as quais vamos aprendendo a viver atentas aos apelos do Senhor nos acontecimentos.

Em fevereiro de 1984, a Equipe Regional em exercício, sentindo a evidência da necessidade de revesamento da Comunidade de Nísia, reconheceu ao mesmo tempo a impossibilidade de fazê-lo, dada a precariedade do nosso quadro de Irmãs, já tão comprometido em tantas Igrejas.

E foi, por ocasião da abertura da Comunidade de Caiçara do Rio do Vento-RN que nossa Regional, acompanhada de uma de suas consultoras, tentou dialogar com o Arcebispo Dom Nivaldo Monte e com Dom Antônio Soares Costa.

Dezembro de 1988: A atual Equipe Regional encontra-se com a Comunidade de Nísia Floresta para uma avaliação que culminou na decisão da saída da Comunidade, da Paróquia.

Cabe-nos agora avaliar o compromisso assumido: Reconhecemos nossos limites, por isso não ousamos recomençar. Decidimos encerrar nossas atividades em Nísia Floresta, na certeza de que a Missão se prolongará pela germinação das sementes lançadas.

(Página

Nísia Floresta, 31 de agosto de 1989.

Irmã Elza Brito Martins
 IRMÃ ELZA BRITTO MARTINS
Irmã Maria Zeneida Esmeraldo Oliveira
 IRMÃ MARIA ZENEIDA E. OLIVEIRA
Irmã Eliza do Espírito Santo Silva
 IRMÃ ELIZA DO ESPÍRITO SANTO SILVA

Obs.: Este Relatório foi elaborado com a contribuição de algumas Irmãs e agentes pastorais que vivenciaram este novo tipo de Ação Pastoral.

8

Fonte: Arquivo MJC

ANEXO N. 08 – Relação dos Vigários dominicais em Nísia Floresta

Pe. Francisco Assis Pereira

Pe. Oto Eufrásio de Santana

Pe. Alfredo Oliveira Costa Filho

Pe. Geraldo Almeida

Frei José Soares

Frei Luiz Gonzaga da Silva Pepeu

Frei Gabriel Távora

Mons. Antônio Barros

Pe. Francisco Assis Pereira

Pe. Oto Eufrásio de Santana

Pe. Alfredo Oliveira Costa Filho

Pe. Geraldo Almeida

Frei José Soares

Frei Luiz Gonzaga da Silva Pepeu

Frei Gabriel Távora

Mons. Antônio Barros

ANEXO N. 09 – Irmãs que integraram a Comunidade de Nísia Floresta

Irmã Irany Vidal Bastos
Irmã Odete Soares
Irmã Maria José Cardoso
Irmã Rosa Siebra
Irmã Elza Brito Martins
Irmã Marlene Pessoa Lins
Irmã Marluce Spínola
Irmã Francisca Helena
Irmã Iraci Lino dos Santos
Irmã Célia Cerqueira
Irmã Maria do Socorro Almeida
Irmã Neusa Leite Moreira
Irmã Maria do Socorro Silva
Irmã Gelba Vasconcelos Serqueira
Irmã Maria da Glória Bastos Silva
Irmã Maria José César de Albuquerque
Irmã Maria José Cruz
Irmã Maria Célia Coutinho
Irmã Rosa Pastora de Meneses
Irmã Maria Zeneida Esmeraldo Oliveira
Irmã Branquinha
Irmã Maria Luiza Melo
Irmã Raimunda Amazonas Trindade
Irmã Francisca das Chagas Ferreira
Irmã Maria Isaura Souza
Irmã Celina Sugai
Irmã Maria de Lourdes Alexandre
Irmã Maria Auxiliadora Pereira
Irmã Elisa do Espírito Santo Silva
Irmã Raimunda Augusta
Irmã Maria das Dores
Irmã Clélia Sampaio
Irmã Eci Maria dos Santos
Irmã Miriam Lemos Rocha

ANEXO N. 10 – Relação dos entrevistados

Pe. João Batista Chaves da Rocha (Vigário paroquial posterior)

Pe. Alfredo de Oliveira Costa Filho (Vigário dominical)

Ir. Leticia Tavares Moreira (Religiosa MJC)

Ir. Eci Maria dos Santos (Religiosa MJC)

Ir. M. Ruth Saraiva Leão (Religiosa MJC)

Ir. M. da Graça Cunha (Religiosa MJC)

Ir. M. José Cardoso (Religiosa MJC)

Marlene Pessoa Lins (Ex religiosa MJC)

Dalvamira Mauricio dos Santos (Paroquiana)

Maria Piedade Bezerra (Paroquiana)

Maria Aparecida Sales (Paroquiana)

Jorge Januário de Carvalho (Paroquiano)

ICONOGRAFIA



Pe. João Batista Chaves



Pe. Alfredo de O. Costa Filho



Marlene Lins



Ir. M. José Cardoso



Jorge Januário de Carvalho



Dalvamira Maurício dos Santos



Maria Aparecida Sales



Maria de Piedade Bezerra